

MAPA SOCIAL

Borda do Campo e
Roseira de São Sebastião

(São José dos Pinhais, PR - 2017)



PUCPR
GRUPO MARISTA

Instituto
RENAULT

EXPEDIENTE

**Pontifícia Universidade Católica
do Paraná**

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-reitor

Vidal Martins

**Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação**

Paula Cristina Trevilatto

**Decano da Escola de Educação e
Humanidades**

Kleber Bez Birolo Candiotti

**Coordenadora da Área Estratégica e do
Núcleo de Direitos Humanos**

Jucimeri Isolda Silveira

**Coordenadora do Programa de Pós-
Graduação em Direitos Humanos e
Políticas Públicas**

Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla

**Instituto Renault
Presidente**

Luiz Pedrucci

Vice-Presidente

Caique Ferreira

Diretora Executiva

Silvia Barcik

Coordenadora de Projetos

Graziela Pontes

**PUCPRESS/Editora Universitária Champagnat
Coordenação**

Michele Marcos de Oliveira

Editor

Marcelo Manduca

Preparação de texto e revisão

Elisama Nunes dos Santos

Paula Lorena Silva Melo

Organizadora da Publicação

Jucimeri Isolda Silveira

Capa, projeto gráfico e diagramação

Fabio Cardoso

Impressão

Oficina do Impresso

Arte-Final

Sintática Comunicação

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

M297
2018

Mapa social: Borda do Campo e Roseira de São Sebastião / Jucimeri Isolda

Silveira (Coordenadora). – Curitiba : PUCPress, 2018.
159 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-54945-24-4

978-85-54945-25-1 (E-Book)

1. Cidades e vilas - Planejamento. 2. Planejamento regional.

3. Desenvolvimento sustentável. I. Silveira, Jucimeri Isolda.

FICHA TÉCNICA

Coordenação do Projeto e da Pesquisa

Jucimeri Isolda Silveira

Pesquisadores da PUCPR

Andrea Curralinho Braga: Professora do Curso de Serviço Social, doutoranda em Políticas Públicas. Pesquisadora do Núcleo de Instituições Democráticas e Observatório dos Conselhos da UFPR e do Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR.

Cesar Bueno de Lima: Professor do PPDH – Direitos Humanos e Políticas Públicas. Mestre e doutor em Sociologia. Pesquisador no Núcleo de Direitos Humanos.

Deborah Ribeiro Carvalho: Professora e Pesquisadora do PPTS – Tecnologia em Saúde – PUCPR e do PPGI – Gestão da Informação – UFPR. Participa do Núcleo da Paz – Paraná. Doutora em Informática e em Computação de Alto Desempenho pela COPPE-UFRJ, 2005.

Jucimeri Isolda Silveira: Professora e pesquisadora do PPDH – Direitos Humanos e Políticas Públicas e do Serviço Social da PUCR, Coordenação da Área e do Núcleo de Direitos Humanos, Mestra em Sociologia e Doutora em Serviço Social. Consultora do Pnud, assessora em políticas públicas do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Assistência Social – Fonseas.

Marcia Terezinha de Oliveira: Professora do Curso de Serviço Social, pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos, consultora na área de serviço social. Mestre em Serviço Social.

Equipe de Pesquisa da Rede Marista de Solidariedade

Bárbara Pimpão: gerente do Centro Marista de Defesa da Infância, pedagoga e mestre em

educação, especialista em proteção integral de crianças e adolescentes.

Beatriz Caitana: Especialista no Centro Marista de Defesa da Infância, investigadora no Grupo Ecosol do Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra CES/UC, doutoranda pela Faculdade de Economia – UC. Pesquisadora colaboradora do projeto Mapa Social.

Renata Macagnani Dias: Analista no Centro Marista de Defesa da Infância, Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Paraná, certificação em Green Belt pelo Grupo Werkema, especialista em Big Data.

Equipe do Instituto Renault

Silvia Barcik: Administradora pós-graduada em marketing. Diretora do Instituto Renault.

Graziela Pontes: Publicitária. Coordenadora de projetos do Instituto Renault.

Cristina Gonçalves: Consultora em RSC, psicóloga, pós-graduada em Adm. Terceiro Setor e Gestão de Projetos.

Pesquisadores Colaboradores

Denise Arruda Colin: Professora do Curso de Serviço Social da PUCPR. Doutora em Sociologia e Assistente Social do Ministério Público do Paraná.

Tamires Caroline de Oliveira: Assistente Social da Defensoria Pública do Paraná, especialista em Gestão de Políticas, Projetos e Programas Social pela PUCPR.

Thaíse Silveira Martins de Oliveria: Administradora, Apoio Técnico e Gestão da Comunicação.

Tiago Barbosa: Economista, mestre e doutorando em Políticas Públicas – UFPR.

Vanessa Ribeiro Both: Estagiária do Núcleo de Direitos Humanos e estudante de Serviço Social.

Pesquisa Domiciliar

Estudantes

Alessandra Dias Ramos Reinaldo; Aline de Azevedo; Aline Ornellas Máximo, Amanda Elias; Amanda Fantato Sangalli; Ana Vitória Braz Bohrer; Anajara Budaz; André Ferreira; Andressa Simões; Bruna Correa de Resende; Cristiane da Silva; Daiane Machado; Dayane Barreto; Debora Machado; Deby Caroline Eidam; Doris Margareth Jesus; Edson Aparecido Ramos Junior; Elaine Moreira; Elisa França; Franciele Gonçalves; Geovana Basilio Custodio; Icléa Melo; Joslaine Rosa de S. Afonso; Karoline Bianca Ogliari; Kássia Cordeiro; Kemilyn Alves; Liziana Barbarine; Luana Fernandes; Luciane Regina Klauzura; Maria Cristina S. de Lima; Nicole Natalia Arias Torres; Patricia Pinheiro Aparecida Ferreira Pinheiro; Paula Cristina Vieira; Priscila Gomes; Queriane Mello; Regiane Reis; Rosana Bovolin Barddal; Thiago Daniel Recchia.

Pesquisadores Colaboradores

Augusto dos Santos Paebano (Ciências Sociais); Maykow Luiz Januário (Ciências Sociais); Danilo A. Cordeiro (Ciências Sociais); Deiler Raphael Souza de Lima (Ciências Sociais); José Ricardo Pacheco (Ciências Sociais); Francine Taina Oliveira (Serviço Social).

Comissão de Acompanhamento do Mapa Social

Luzia de Fátima Zorze, Artur Paulo, Cristina Gonçalves, Carlos Lessa, Márcio Pelinski, José Possebon, João Dionísio, Celso Mehl, Beatriz Fontana, Sergio Nakatami, Gisele dos Santos, Roseli Santos, Rosana Bovolin Barddal.



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	13
Objetivos do Instituto Renault:	15
Objetivos da PUCPR:	15
1. Notas Técnicas e Percurso do Mapa Social	16
1.1. Metodologia da pesquisa quantitativa	18
c) Procedimentos adotados na análise dos dados	19
1.2 Metodologia pesquisa qualitativa	19
a) Formação da equipe de pesquisa de campo:	21
1.3. Grupo gestor e ações realizadas	21
2. Caracterização do Município de São José dos Pinhais	22
a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M	23
b) Indicadores econômicos e fiscais	24
c) Indicadores de Educação.....	25
d) Indicadores de criminalidade e violência.....	27
3. Bairros Borda do Campo e Roseira de São Sebastião	29
4. Principais problemas identificados	30
5. Prosperidade Social	33
a) Emprego	33
b) Empreendedorismo	35
c) Renda	37
d) Capital Humano – Escolaridade	39
e) Qualidade da Educação	41
5.1 Indicativos das Lideranças.....	43
5.2 Recomendações	44
6. Cidade Humana.....	46
6.1 Infâncias, Juventudes e Vulnerabilidades	46
a) Distorção idade-série	48
b) Reprovação	49
c) Abandono	50

d) Educação infantil	53
e) Perfil de Crianças e Adolescentes do Cadastro Único	54
f) Frequência e defasagem escolar	54
g) Inclusão Social de crianças com deficiência	55
h) Trabalho infantil	56
i) Adolescentes incluídos/as em medidas socioeducativas.....	57
6.2 Violências territoriais e intrafamiliares	59
6.3 Gênero e Raça	64
6.4 Renda, Profissionalização e Trabalho.....	68
6.5 Acesso e qualidade da saúde	71
6.7 Principais problemas	78
6.8 Indicativos das Lideranças.....	80
6.9 Recomendações.....	84
7. Cidade Participativa.....	87
7.1 Diagrama das organizações mais representativas	94
7.2 Indicativos da Comunidade.....	96
7.3 Recomendações	98
8. Bem-Estar Urbano	99
8.1 Indicativos das lideranças	109
8.2 Recomendações.....	110
9. Oficina de Hierarquização das Prioridades.....	111
10. Identificação das Lideranças.....	115
11. Ciclo de Desenvolvimento Territorial e Análise Final	116
 REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE I – Questionário da Pesquisa.....	121
ANEXO I – Lista dos equipamentos públicos disponíveis no território	124
ANEXO II – Formulário explicativo das principais variáveis.....	126
ANEXO III – Potencial da rede local	131
ANEXO IV – Formulário dos indicadores primários e secundários coletados na pesquisa	135
ANEXO V – Equipamentos sociais.....	153
ANEXO VI – Lideranças.....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões do Mapa Social e os ODS.....	14
Figura 2 – Mapa de Abrangência	16
Figura 3 – Organizações de maior incidência e importância no território.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do IDH-M de São José dos Pinhais.....	23
Gráfico 2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> municipal – em R\$	24
Gráfico 3 – Evolução das receitas, despesas e <i>superávit</i> fiscal do município – em R\$.....	24
Gráfico 4 – Distribuição relativa das despesas municipais – em 2016	25
Gráfico 5 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono Municipais	26
Gráfico 6 – Evolução e metas do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental no Município.....	26
Gráfico 7 – Evolução e metas do IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental no Município.....	27
Gráfico 8 – Taxas de Ocorrência de Crimes em 2016 – por 100 mil habitantes	28
Gráfico 9 – Número de Homicídios Dolosos e Latrocínio no Município – 2015 a 2017	28
Gráfico 10 – Principais Problemas Apontados – em % das reclamações	31
Gráfico 11 – Peso das dimensões e principais problemas apontados.....	32
Gráfico 12 – Tipo de Ocupação Principal – em % dos ocupados com 14 anos ou mais	34
Gráfico 13 – Áreas de Atuação dos indivíduos com 14 anos ou mais com atividades/empreendimentos informais – em % dos que desenvolvem	36
Gráfico 14 – Áreas de Interesse em Empreender dos indivíduos com 14 anos ou mais – em % dos com interesse em empreender.....	37
Gráfico 15 – Distribuição da renda domiciliar total – em % dos domicílios	38
Gráfico 16 – Distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i> – em % dos indivíduos	38
Gráfico 17 – Nível de escolaridade dos adultos no território em 2010 indivíduos com 25 anos ou mais.....	39

Gráfico 18 – Indicadores de escolaridade das crianças e adolescentes do território.....	40
Gráfico 19 – Evolução do IDEB 4º/5º ano das escolas municipais do território.....	41
Gráfico 20 – Evolução do IDEB 8º/9º ano dos colégios estaduais do território.....	42
Gráfico 21 – Crianças entre 5 e 11 anos fora da escola – em % das crianças dessa idade	47
Gráfico 22 – Indicadores de escolaridade do território – em 2010	48
Gráfico 23 – Distorção idade-série das escolas municipais do território – em 2016.....	48
Gráfico 24 – Distorção idade-série dos colégios estaduais do território – em 2016	49
Gráfico 25 – Taxa de Reprovação dos colégios estaduais – em 2016.....	49
Gráfico 26 – Taxa de Abandono nos colégios estaduais – em 2016.....	50
Gráfico 27 – Número de crianças e adolescentes inseridos no	
Cadastro Único com defasagem escolar das no município por gênero.....	51
Gráfico 28 – Número de crianças e adolescentes inseridos	
no Cadastro Único com defasagem escolar na Borda do Campo por gênero	52
Gráfico 29 – Número de crianças e adolescentes inseridos no	
Cadastro Único com defasagem escolar na Roseira de São Sebastião por gênero	53
Gráfico 30 – Indivíduos cadastrados que não sabem ler nem	
escrever com menos de 18 anos por faixa etária	54
Gráfico 31 – Indivíduos cadastrados com menos de 18 anos por tipo de frequência escolar.....	55
Gráfico 32 – Indivíduos cadastrados com menos de 18 anos por tipo de deficiência	55
Gráfico 33 – Adolescentes incluídos em medidas socioeducativas	
por bairro, gênero e tipo de medida – de janeiro a novembro de 2017.....	58
Gráfico 34 – Violências e Violações de Direitos na Borda do Campo em 2017.....	60
Gráfico 35 – Violências e Violação de Direitos de menores	
de 18 anos no município por gênero – de 2016 a novembro de 2017	61
Gráfico 36 – Ocorrências por idade segundo o gênero	61
Gráfico 37 – Categorias de Violação Sofrida com maior frequência por gênero – 2017	63
Gráfico 38 – Distribuição relativa das ocorrências por sub-região do território	63
Gráfico 39 – Taxa de ocupação e gênero – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais.....	66

Gráfico 40 – Ocupação principal por gênero – em % dos ocupados desse gênero com 14 anos ou mais.....	66
Gráfico 41 – Taxa de atividades/empreendimentos informais e vontade de empreender por gênero – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais.....	67
Gráfico 42 – Gênero e renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos desse gênero	67
Gráfico 43 – Tipo de relação empregatícia dos ocupados.....	69
Gráfico 44 – Renda <i>per capita</i> domiciliar no território e no estado do Paraná – em % dos indivíduos em 2010.....	69
Gráfico 45 – Especialidades de atendimento na Unidade de Saúde Básica local – janeiro a novembro de 2017.....	71
Gráfico 46 – Principais procedimentos realizados na UBS local – em % dos procedimentos.....	72
Gráfico 47 – Saúde como principal problema – em % das reclamações.....	72
Gráfico 48 – Taxa de recebimento de benefícios pelos domicílios – em % dos domicílios	75
Gráfico 49 – Tipo de benefício recebido pelo domicílio – em % dos domicílios	75
Gráfico 50 – Taxa de recebimento de benefícios assistenciais – em % dos domicílios	76
Gráfico 51 – Instituições em que os indivíduos estão inseridos – em % dos inseridos	77
Gráfico 52 – Saúde como principal problema – em % das reclamações.....	78
Gráfico 53 – Segurança como principal problema – em % dos domicílios	79
Gráfico 54 – Percepção do grau de segurança do território (do mais inseguro para o mais seguro) – em % dos domicílios.....	79
Gráfico 55 – Indivíduos que participam de organizações comunitárias.....	88
Gráfico 56 – Tipo de organização comunitária que participam – em % dos domicílios que participam.....	89
Gráfico 57 – Empresas indicadas como colaboradoras no território – em % dos domicílios.....	89
Gráfico 58 – Lideranças de referência indicadas – em % dos domicílios	90
Gráfico 59 – Conhecimento da Associação Borda Viva – em % dos domicílios	90
Gráfico 60 – Indicadores de Urbanização e Acessibilidade – em % dos domicílios	100
Gráfico 61 – Urbanização como principal problema – em % dos domicílios e % das reclamações	101

Gráfico 62 – Situação de posse do domicílio – em % dos domicílios	102
Gráfico 63 – Média de cômodos e dormitórios nos domicílios das famílias do Cadastro Único	103
Gráfico 64 – Material das paredes dos domicílios das famílias do Cadastro Único – em % das famílias cadastradas	104
Gráfico 65 – Linhas de ônibus e densidade do transporte público.....	104
Gráfico 66 – Formas de acesso à água no território – em % dos domicílios	105
Gráfico 67 – Destinação do lixo – em % dos domicílios.....	106
Gráfico 68 – Forma de acesso à energia elétrica – em % dos domicílios	106
Gráfico 69 – Água canalizada, banheiro e calçamento total nas famílias do Cadastro Único – em % das famílias cadastradas	107
Gráfico 70 – Formas de abastecimento de água das famílias do Cadastro Único – em % das famílias cadastradas	108
Gráfico 71 – Forma de escoamento sanitário das famílias do Cadastro Único – em % das famílias cadastradas	108

LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único
CMEI.....	Centro Municipal de Educação Infantil
CRAS.....	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRUP	Diagnóstico Rápido Urbano
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EM	Ensino Médio
IBEU	Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M.....	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
LA.....	Liberdade Assistida
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases
ODS.....	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCD.....	Pessoa com Deficiência
PIB.....	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE.....	Plano Nacional de Educação
PNUD.....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PUCPR.....	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMDP.....	Renda Média Domiciliar <i>per capita</i>
RMS.....	Rede Marista de Solidariedade
SIAB.....	Sistema de Informações da Atenção Básica
SIPIA.....	Sistema de Informação para Infância e Adolescência
UBS.....	Unidade Básica de Saúde
UERJ.....	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO

O Mapa Social dos territórios Borda do Campo e Roseira de São Sebastião, localizados no município de São José dos Pinhais, Paraná, no entorno da montadora Renault BR, realizado em 2017, resulta de uma iniciativa integrada do Instituto Renault e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, com participação da Rede Marista de Solidariedade – RMS.

O Mapa Social dos territórios Borda do Campo e Roseira de São Sebastião, localizados no município de São José dos Pinhais, entorno da montadora Renault, resulta de uma iniciativa integrada do Instituto Renault e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, com participação da Rede Marista de Solidariedade – RMS. O objetivo principal do mapa é desenvolver uma ferramenta para identificar o nível de desenvolvimento dos territórios. Identificar o nível de desenvolvimento dos territórios, especialmente quanto a cobertura de serviços públicos em relação às demandas sociais e territoriais; projetos em desenvolvimento; oportunidades de investimentos e inovação social.

O Instituto Renault do Brasil, criado em 2010, foi concebido com a finalidade de desenvolver e potencializar ações de sustentabilidade social e ambiental, a partir das iniciativas realizadas em diversos setores da empresa. Os projetos realizados, desde então, visam a transformação das comunidades, na direção do desenvolvimento humano, contribuindo na segurança alimentar de crianças e adolescentes e na geração de renda das famílias. A Educação para Segurança no Trânsito e o Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental completam os eixos de atuação do Instituto, que tem ampliado sua atuação mobilizadora de iniciativas sociais, a partir, inclusive, do Mapa Social.

O Mapa Social representa, portanto, a oportunidade de fortalecer e ampliar as ações voltadas ao desenvolvimento humano, com potencialização das sinergias entre atores como governos, organizações da sociedade civil, a própria comunidade, e as empresas parceiras, visando, sobretudo, ampliar a reputação social da empresa e os impactos positivos nos territórios, nas cidades, de modo a corresponder aos compromissos globais e às responsabilidades sociais, considerando os desafios da realidade brasileira.

O Mapa Social possibilitou a construção de novos conceitos ou dimensões, que expressam os dados e indicadores da realidade dos territórios, assim como a proposição de indicadores de monitoramento do desenvolvimento territorial, e de projetos a serem aprimorados e ampliados, a partir da identificação de potencialidades e recomendações técnicas.

As dimensões expressam a análise sobre o grau de Prosperidade Social; de desenvolvimento de uma Cidade Humana; de Bem-Estar Urbano; de fortalecimento de uma Cidade Participativa. Tais dimensões agregam, também, valores e compromissos que se relacionam com os pactos nacionais e globais pelo modelo de desenvolvimento sustentável e pela melhoria da vida das populações em todo mundo, com atuação especialmente nos territórios mais vulneráveis e desiguais, na perspectiva da superação da pobreza e promoção da prosperidade e do bem-estar de todos e todas, com proteção ao meio ambiente e enfrentamento das mudanças climáticas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) favoreceram avanços significativos, como a redução da pobreza global; a ampliação de crianças na escola primária; redução drástica da mortalidade

infantil; expansão significativa do acesso a água potável; investimentos no combate à malária, Aids e tuberculose, protegendo milhões de pessoas; entre outros avanços.

Entretanto, os desafios globais persistem e dependem da atuação conjunta de governos, sociedade civil e demais parceiros. Nesse sentido, a agenda de desenvolvimento pós-2015, assumida pelos Estados-membros das Nações Unidas, tem a finalidade de promover avanços na garantia da dignidade humana, o que requer, também, o engajamento social de corporações, pelo reposicionamento de novos compromissos socioambientais.

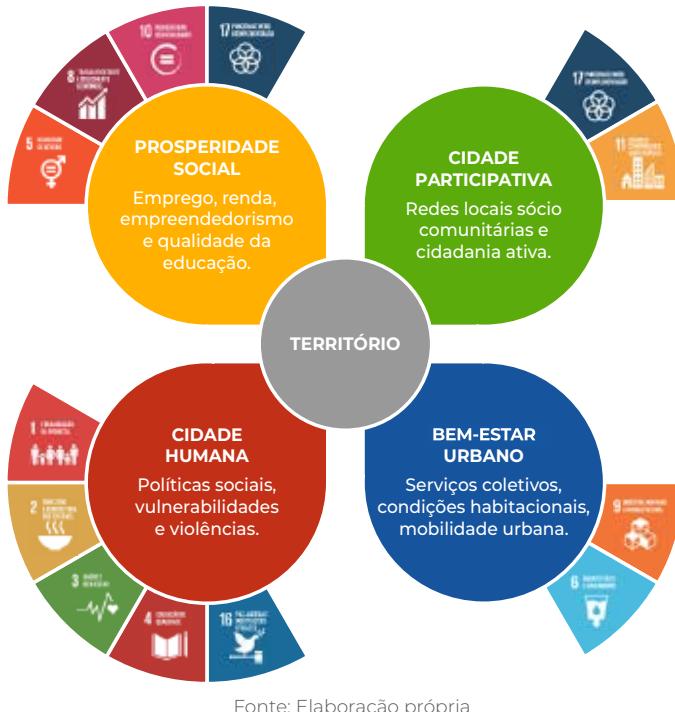
Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e as 169 metas compõe a agenda universal e buscam

concretizar os direitos humanos de todas as pessoas e populações, e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Tais objetivos são integrados e indivisíveis, o que demonstra coerência com a concepção contemporânea dos direitos humanos, e compõem as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

A Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

– ODS possui sintonia e correspondência com as dimensões do Mapa Social, tanto para a análise dos territórios, como para o fomento de ações que expressem os compromissos do Instituto Renault na direção de cidades mais humanas, participativas, prósperas e com elevação do bem-estar urbano.

Figura 1 – Dimensões do Mapa Social e os ODS



As dimensões do Mapa Social se relacionam com objetivos que estão relacionados à agenda internacional de combate à fome, enfrentamento da desigualdade, especialmente social, de gênero e racial, além da promoção do desenvolvimento

econômico, social e ambiental, dos direitos humanos e da cultura da paz. São objetivos que preconizam a construção de cidades mais justas, inteligentes, sustentáveis e humanas.

Quadro 1 – Relação entre as dimensões do Mapa Social e os ODS

DIMENSÕES DO MS	ODS
Prosperidade Social	Igualdade de Gênero
	Bons Empregos e Crescimento Econômico
	Menos Desigualdade
	Parcerias
Cidade Humana	Sem Pobreza
	Sem Fome
	Boa Saúde
	Educação de Qualidade
	Paz e Justiça
Bem-Estar Urbano	Água Potável e Saneamento
	Inovação e Infraestrutura
	Cidades e Comunidades sustentáveis
Cidade Participativa	Cidades e Comunidades sustentáveis
	Parcerias

Fonte: Elaboração própria

A formulação do Mapa Social foi orientada por objetivos institucionais que se complementam e possuem a finalidade central de promover o desenvolvimento territorial e fortalecer o compromisso social da empresa Renault.

Objetivos do Instituto Renault:

- Consolidar indicadores que ao longo do tempo possam ser seguidos, monitorados e comparados nos próximos dez anos.
- Identificar as oportunidades de investimentos sociais na comunidade, financeiros e não financeiros (influência da Renault e de seus parceiros no direcionamento/interferência de programas e políticas públicas, além da capitalização de projetos existentes).
- Mapear e identificar as lideranças locais com o objetivo de criar redes, alavancar e viabilizar novos projetos.

Objetivos da PUCPR:

- Produzir conhecimentos e formular o Mapa Social;
- Realizar pesquisa e inovação social pela expertise na área;
- Subsidiar o planejamento estratégico do Instituto Renault;
- Identificar oportunidades de investimentos sociais e aprimoramentos em políticas públicas;
- Identificar novas lideranças e assessorar a formação do fórum de acompanhamento do Mapa Social;
- Desenvolver uma ferramenta de monitoramento com base em indicadores propostos para o aprimoramento e desenvolvimento de projetos.

Esta publicação expressa uma “fotografia” dos territórios do entorno da Montadora Renault do Brasil, em São José dos Pinhais, para análise de cenários e a construção de novos percursos que fortaleçam a sintonia social dos parceiros engajados, com as demandas das comunidades e o desenvolvimento sustentável.

O Mapa Social está organizado nos seguintes itens: Notas Técnicas e Percurso do Mapa Social; Caracterização do Município de São José dos Pinhais e dos Territórios Borda do Campo e Roseira; Principais Problemas Identificados; Prosperidade Social; Cidade Humana; Cidade Participativa; Bem-Estar Urbano; Oficina de Hierarquização dos Problemas e Prioridades.

Um dos principais diferenciais deste processo foi a participação comunitária, o que torna o Mapa legítimo pelos consensos em relação aos desafios e prioridades para a melhoria do “bem viver” nos territórios pesquisados. A trajetória desta construção

conjunta já favoreceu, pela experiência vivida, a formação de uma rede positiva de interesses e atores significativos, e de um ambiente favorável para investimentos de impacto social, dando sentido ético ao próprio Mapa Social.

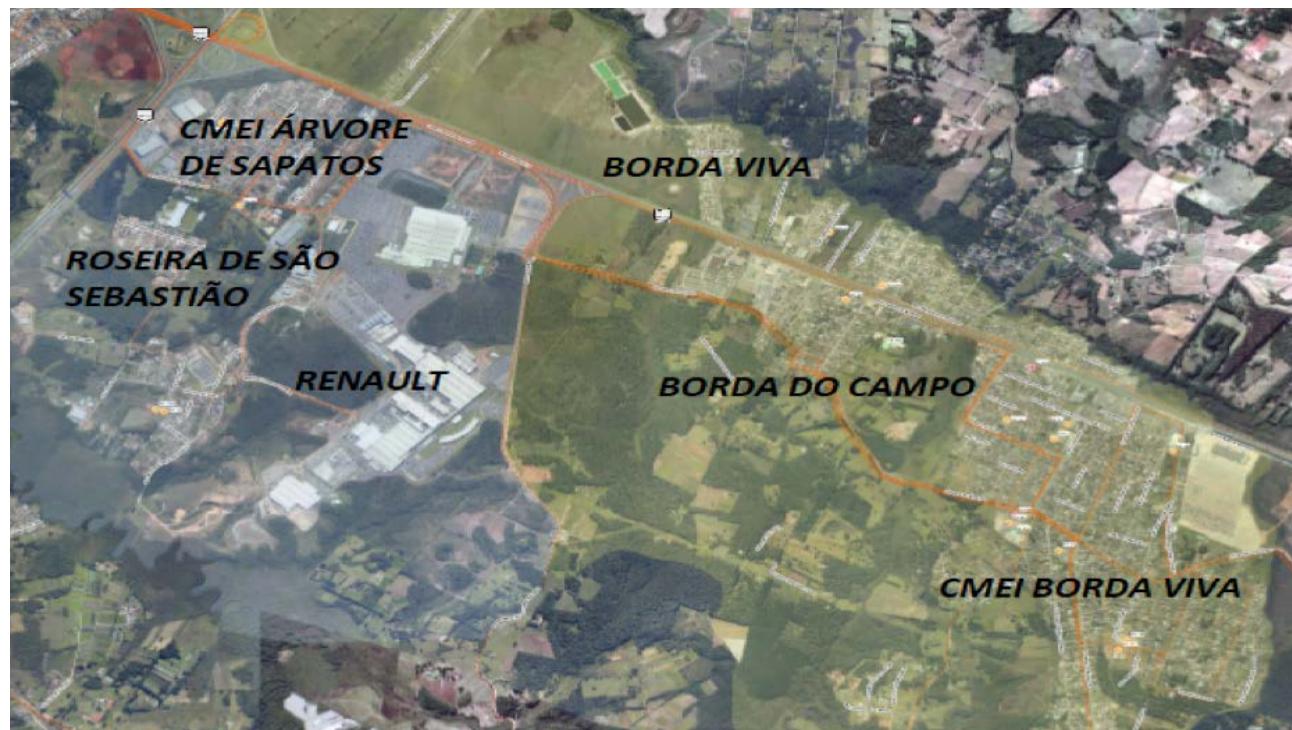
1. Notas Técnicas e Percurso do Mapa Social

O Mapa Social se configura como uma pesquisa com finalidade diagnóstica, tendo sido realizada pela combinação de metodologias qualitativas e quantitativas, a partir de estudos exploratórios de fontes secundárias (mapeamento de 82 itens, com seleção de 16 itens e estudo de 36 indicadores), e aplicação de entrevistas e grupos focais em campo, o que compõem as fontes primárias.

A proposta original não previa a cobertura da área de instalação da Renault (Roseira de São Sebastião), contemplando aproximadamente 17.000 habitantes e 4.800 famílias (IBGE, 2010)¹. Após avaliação pelo comitê gestor do projeto, a área de cobertura da pesquisa foi ampliada, não apenas no que se refere ao espaço geográfico, mas também em relação ao número de domicílios entrevistados. Este número passou de 800 domicílios para 850, para atender, também, ao objetivo de caracterização do entorno da Renault.

A ilustração abaixo caracteriza os territórios abrangidos pelo Mapa Social, ou seja, Borda do Campo e Roseira

Figura 2 – Mapa de Abrangência



Fonte: São José dos Pinhais (2017a).

¹ A estimativa populacional é com base no Censo IBGE 2010. Não há estimativas populacionais oficiais posteriores para o território, embora alguns órgãos refiram 40 mil habitantes. A população do município cresceu entre 2010 e 2017 16,4%, revelando aumento progressivo.

de São Sebastião, após redefinição de abrangência territorial. Ilustra, ainda, os projetos apoiados pelo Instituto Renault.

Tal redefinição resultou num cenário da pesquisa compreendido pelos bairros “Roseira de São Sebastião” e “Borda do Campo”, considerando aproximadamente 21 mil habitantes e 6.500 domicílios (IBGE, 2010).

A análise dos territórios definidos para a realização do Mapa Social, com a finalidade de apreensão de cenários e potencialidades se deu, especialmente, pelo desenvolvimento de pesquisa quantitativa domiciliar e qualitativa, com aplicação de entrevistas e realização de oficinas.

Para a pesquisa quantitativa junto aos domicílios foi elaborado um formulário contemplando 17 (dezessete) questões referentes ao domicílio ou perfil familiar (Apêndice A); e outras 10 (dez) considerando dados referentes a cada um dos moradores (Apêndice B). Este formulário foi avaliado a partir de um pré-teste em campo, garantindo que a duração das entrevistas não ultrapassasse entre 15 a 18 minutos. O questionário foi dividido em seções, consoante as hipóteses indicadas e previamente elencadas.

A avaliação do instrumento foi realizada por meio de uma coleta de dados piloto, correspondendo a 3,5% da amostra de domicílios, totalizando 30 domicílios. Para a pesquisa domiciliar foi adotado um erro amostral aproximado de 3%, com 95% de confiança, o que determinou a coleta em 850 domicílios. A distribuição destes 850 domicílios se deu a partir da adoção da estrutura de cotas, definidas conforme a proporção de domicílios em cada um dos 16 setores censitários, correspondentes ao cenário da pesquisa.

Foto 1 – Equipe de Pesquisa do Projeto



Crédito: Rosana Bovolin

A equipe responsável pela pesquisa domiciliar foi composta por estudantes e pesquisadores da PUCPR.

Foto 2 – Pesquisa Domiciliar



Crédito: André Nascimento

Os estudantes e pesquisadores do grupo participaram do processo de formação, constituído por quatro oficinas, duas para a compreensão do formulário de pesquisa e estratégias de abordagem junto aos domicílios, uma de sistematização e consistência dos dados coletados e a quarta de extração de estatísticas. As quatro oficinas totalizaram 20 horas.

Foto 3 – Oficina Formativa para Pesquisa de Campo



Crédito: Rosana Bovolin

A partir dos dados sistematizados foram criadas algumas variáveis adicionais, tais como generalização de questões abertas e Renda Média Domiciliar *Per capita* (RMDP). Para a construção da variável RMDP foram adotados dois critérios: a partir da massa de renda efetivamente declarada e uma segunda, denominada RMDP imputada, que considera um salário mínimo nacional 2017 (R\$ 930,00) como massa de renda domiciliar para aqueles domicílios que não declararam renda, mas que declararam benefícios como por exemplo aposentadoria.

1.1. Metodologia da pesquisa quantitativa

Os dados obtidos dos questionários foram manipulados no programa Excel, com produção de tabelas e gráficos sobre as questões realizadas, assim como cruzamentos de variáveis transversais como gênero, cor da pele, faixa etária e faixa de renda per capita. A análise se concentrou somente nos dados com maior conteúdo informativo que atendesse aos objetivos da pesquisa.

Para complementar a análise provida pelos questionários, foram estudados dados secundários, coletados de diversas fontes oficiais. Os dados de fontes secundárias que tiveram centralidade na pesquisa foram obtidos do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. Também foram analisados dados sobre o perfil das famílias dos territórios inseridas no Cadastro Único do Governo Federal, assim como dados produzidos e disponibilizados pela Secretarias Municipais de São José dos Pinhais.

O quadro abaixo traz as fontes de dados utilizadas conforme as dimensões de análise.

Quadro 2 – Relação entre Dimensões e Fontes

DIMENSÃO	FONTES UTILIZADAS
Prosperidade Social	IPEA (2016) com base em IBGE (2010) e INEP (2017).
Cidade Humana	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (2017), Secretaria de Assistência Social de São José dos Pinhais (2017), IPEA (2017) com base em IBGE (2010), QEdU (2017), INEP (2016), IPEA (2016), Waiselfisz (2015), IBGE (2010), Saúde Transparente (2017) e PNUD (2015).
Cidade Participativa	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (2017) e Secretaria de Assistência Social de São José dos Pinhais (2017).
Bem-Estar Urbano	IBGE (2010), Secretaria de Habitação (2016), Secretaria de Assistência Social de São José dos Pinhais (2017), Secretaria de Transportes de São José dos Pinhais (2017), IPEA (2016) com base em IBGE (2010) e IBGE (2010).

Fonte: Elaboração própria.

Ocorreram dificuldades na obtenção de dados secundários mais recentes e de dados regionalizados, já que estes geralmente só são obtidos através de censos, realizados a cada dez anos, sendo o último de 2010.

Dentre os dados de fontes secundárias, destaca-se, ainda, a coleta de bases de dados oficiais nacional, estadual e municipal. Para tanto foram coletados dados das seguintes fontes: Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, IBGE, IPEA, Censo Escolar/INEP, DATASUS.

Na abordagem quantitativa do estudo, buscou-se a organização do processo em etapas: a revisão bibliográfica, pelo aprofundamento e ampliação da literatura identificada e a organização metodológica e estrutural do trabalho, incluindo a definição das questões da pesquisa e conceitos de base.

Numa primeira etapa organizada para mapear, sistematizar e enquadrar a população caracterizando o seu contexto social de referência. Na segunda etapa a organização dos instrumentos de recolha dos dados e definição dos parâmetros da investigação e a aplicação dos instrumentos de pesquisa em campo. Para a abordagem qualitativa, com uma postura participativa e a coleta e aplicação de questionários para o caso da abordagem quantitativa.

A quarta etapa se configurou como fase de análise dos dados recolhidos na fase anterior. Nesta etapa,

foram adotados os procedimentos analíticos previamente definidos e tratamento de toda a informação coletada. A sexta etapa foi dedicada a produção analítica global e os seus resultados que são agora apresentados.

c) Procedimentos adotados na análise dos dados

Para análise dos dados, adotou-se como procedimentos a codificação das questões, incluindo as abertas e fechadas. A construção das variáveis foi o passo seguinte adotado, seguindo os parâmetros técnicos usuais. Todos os dados foram verificados em tabelas de frequência e adotadas as medidas de análise previamente definidas pela equipe. Testes estatísticos também foram aplicados na fase de análise da informação.

1.2 Metodologia pesquisa qualitativa

Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa diagnóstica utilizou-se das diretrizes gerais do Diagnóstico Rápido Urbano – DRUP², que é uma ferramenta de ação e aprendizagem coletiva para conhecer uma realidade local ou regional, além de ter como finalidade subsidiar o planejamento, aperfeiçoar ações e incidir em uma forma eficaz de diálogo entre o saber técnico e o saber popular. Segundo Gomes (2014), DRUP é um instrumento que permite: (i) a realização de um diagnóstico integrado e interdisciplinar de realidade urbana; (ii) o preparo para planejamento local; (iii) a avaliação dos recursos sociais, econômicos, políticos e diferentes formas de uso e ocupação territorial; (iv) o estudo de viabilidade de projetos; (v) a mobilização em torno de ações no território.

² Esta técnica é derivação do Diagnóstico Rápido Participativo e foi desenvolvida por International Institute for Environment and Development (www.iied.org) tendo o nome de PLA – Participatory Learning and Action. A IIED tem sede em Londres e atua na África, Ásia, América Latina, Oriente Médio e Pacífico, com algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo. Trabalhando com eles para fortalecer sua voz nas áreas decisórias que os afetam - desde conselhos de aldeia até convenções internacionais.

Apresenta características de flexibilidade e interatividade, já que necessita a participação da comunidade em conjunto com os técnicos (facilitadores do processo). A comunidade participa da obtenção dos resultados através de um método de visualização e racionalização das informações (VERDEJO, 2006; BROSE, 2010).

Esta metodologia permite a capacitação dos envolvidos e estimula os moradores a terem papel de sujeitos e não objeto do processo de discussão dos problemas e soluções em comunidades, de modo a promover a criatividade e a imaginação, propiciando uma visão integrada do território.

O DRUP é parte fundamental do projeto por subsidiar e qualificar o levantamento de informações e dados estatísticos secundários previstos no desenvolvimento da proposta na comunidade. Envolve uma nova abordagem de metodologia participativa, pois o seu enfoque consiste na presença significativa e na escuta e diálogo para a construção de alternativas coletivas sobre as situações complexas. Ainda, tem como foco construir com a população os caminhos do autodiagnóstico, valorizando de forma ampliada as informações e a análise dialógica entre os profissionais envolvidos e os interessados. A organização do processo seguiu as seguintes fases:

- A fase de construção dos objetivos ocorreu concomitantemente à organização dos dados secundários. Foi possível pactuar objetivos comuns por meio de reuniões com a comunidade para definição do foco analítico, com adoção da metodologia da observação assistemática direta e das entrevistas semiestruturada com sujeitos significativos;
- Após o contato com informantes-chave para

identificação sobre problemas e potencialidades no território, bem como identificação de lideranças, foi realizada oficina de capacitação e identificação de problemas. Foi produzido um roteiro temático que enumerou os temas e subtemas investigados no diagnóstico, além de um roteiro de técnicas de campo;

- Oficina I: foi realizado o levantamento dos problemas na comunidade e a definição coletiva da Comissão de Acompanhamento do Mapa Social, que passou a acompanhar todo o processo. Nessa fase de desenvolvimento do diagnóstico participativo, foi possível traçar com os moradores uma síntese dos principais problemas e potencialidades do local, com produção de registros das contribuições coletivas sobre problemas e potencializadas, visando o planejamento de ações futuras. Os números entre parênteses nos quadros sínteses, expostos em cada dimensão, correspondem à quantidade de vezes indicadas pelo grupo focal;

Foto 4 – Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades



Crédito: Jucimeri Silveira

- Análise e discussão dos resultados: neste momento foi possível comparar as percepções da comunidade com a pesquisa domiciliar em curso e os estudos a partir de dados secundários;
- O grupo de pesquisa realizou visitas institucionais para levantamento de informações do território,

especialmente junto à rede de proteção e prefeitura de São José dos Pinhais;

- Oficina II: os pesquisadores realizaram a apresentação da síntese dos dados do Mapa Social e a aplicação de metodologia da Árvore dos Sonhos para Hierarquização dos Problemas. Os resultados da oficina foram sistematizados e validados coletivamente;
- A metodologia prevê a realização de encontro final para a apresentação do Mapa Social e ampla difusão, com foco nas instituições participantes e implicadas, assim como nos sujeitos significativos envolvidos nas fases do diagnóstico participativo.

A metodologia participativa desenvolvida buscou relacionar os estudos de leituras territoriais com a construção coletiva e deliberativa de consensos sobre o propósito das ações, sua abrangência territorial e social; a pauta de temas de investigação; a agenda coletiva das prioridades, com definição de agentes responsável pela busca de soluções que promovam o desenvolvimento de fatores que possibilitem maior coesão social territorial, tendo como parâmetro o desenvolvimento sustentável.

a) Formação da equipe de pesquisa de campo:

Foram realizados processos de capacitação e alinhamento metodológicos para a aplicação das entrevistas. A partir de abordagens teórico-metodológicas como o interacionismo simbólico, os pesquisadores de campo aprimoraram competências e habilidades sobre aspectos técnicos e subjetivos na aplicação de entrevista, o que serviu tanto para as metodologias qualitativas quanto para a pesquisa domiciliar. Ainda a formação teve o objetivo de explorar a capacidade de entrevistadores

perceberem os recursos presentes na entrevista e as diferentes formas que podem utilizar na formulação das perguntas.

Foto 5 – Oficina Formativa para Pesquisa de Campo



Crédito: Jucimeri Silveira

1.3. Grupo gestor e ações realizadas

O planejamento e a execução do projeto Mapa Social contaram com a participação de representantes estratégicos das organizações envolvidas: Instituto Renault; Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR; e Centro Marista de Defesa da Infância (Rede Marista de Solidariedade). Neste espaço de planejamento e monitoramento das ações, foram definidas estratégias e encaminhadas decisões que possibilitaram o pleno desenvolvimento dos objetivos e do cronograma pactuado.

As ações coordenadas e desenvolvidas pelo Grupo Gestor do Mapa Social tiveram início em julho de 2017 com conclusão em dezembro de 2017. Entre junho e agosto foram realizadas ações de planejamento, aproximação do campo e estudos exploratórios preliminares.

No mês de setembro foram realizadas as seguintes atividades: capacitação para pesquisa de campo; ajustes no formulário da pesquisa quantitativa; realização de entrevistas qualitativas com informantes 10 privilegiados; capacitação de

pesquisadores para Pesquisa Domiciliar e pesquisa com informantes-chave; e piloto com 40 famílias. No mês de outubro foram realizadas as atividades: Oficina I – Mapeamento dos problemas com participação de lideranças; análise dos dados da pesquisa do tipo qualitativa; pesquisa domiciliar em 870 domicílios; análise de dados; apresentação dos principais resultados e indicadores; no mês de dezembro ocorreu a apresentação dos resultados preliminares à Renault; Realização da Oficina II – Hierarquização de Problemas, Identificação de Potencialidades; Produção do Relatório Final.

Outros *outputs* estão previstos na fase final do Mapa Social: publicação do Mapa após validação pelo Instituto Renault; publicação de informativo reduzido para ampla disseminação da experiência; devolutiva aos atores envolvidos e interessados nos resultados para demais ações; Planejamento e desenvolvimento do Ciclo II do Mapa Social, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e territorial, além do monitoramento, a partir do diagnóstico, de projetos e de indicadores de impacto.

A produção do Mapa Social foi possível pela garantia de reuniões semanais do Grupo Gestor, além das oito reuniões com a prefeitura de São José dos Pinhais, quatro reuniões com a rede de proteção e três reuniões com a Comissão de Acompanhamento do Mapa.

2. Caracterização do Município de São José dos Pinhais



O município de São José dos Pinhais, que completa 165 anos em 2018, se destaca como terceiro maior polo automobilístico do país e é sede do aeroporto internacional Afonso Pena, que serve a região metropolitana de Curitiba. É uma das cidades mais desenvolvidas do estado, e possui o segundo maior Produto Interno Bruto – PIB total, após a capital Curitiba, e o terceiro maior PIB *per capita* do estado do Paraná. Destaca-se, ainda, a receita municipal *per capita* elevada, favorecendo o desenvolvimento de políticas públicas por parte da prefeitura, o que incide positivamente na expectativa de vida elevada, na mortalidade infantil baixa, além de um índice de desenvolvimento humano considerado médio-alto.

Ao mesmo tempo, o município figura entre os mais violentos do estado, ocupando o 9º lugar na taxa geral de homicídios no Paraná, com situação ainda mais grave para os jovens, que tiveram a 5º maior taxa de homicídio no estado.

Diante do cenário recente de crise econômica, a cidade apresenta dificuldades potenciais, já que 43% do PIB municipal advém de atividades industriais, que costumam ser as mais afetadas em tempos de recessão.

A Tabela 1 reúne os principais indicadores considerados relevantes para a presente caracterização.

Tabela 1 – Indicadores de caracterização do município

INDICADORES	BRASIL	PARANÁ	CURITIBA	S. J. DOS PINHAIS
População - 2017	211.240.000	11.320.892	1.908.359	307.530
Área em km ²	8.515.770	119.880	435,5	944,3
Densidade (hab./km ²) - 2017	24,8	56,7	4.382	325,7
IDH-M - 2010	0,699	0,749	0,823	0,758
PIB per capita mensal (em R\$) - 2010	1.656	1.797,67	3.577,84	5.475,5
Renda per capita mensal das famílias (em R\$) - 2010	688	890	1.581	847
Taxa de desemprego - 2010	6,7%	4,5%	4,5%	4,3%
Taxa de pobreza - 2010	10,6%	6,5%	1,7%	2,6%
Taxa de pobreza extrema - 2010	6,3%	2,0%	0,6%	0,7%
Receita municipal per capita (em R\$) - 2017	ND	ND	3.601	2.976
Taxa de analfabetismo - 2010	9,6%	7,9%	2,6%	4,3%
Longevidade (em anos) - 2010	73,3	74,8	76,3	76,5
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) - 2010	15,6	13,1	11,9	10,6
Índice de Vulnerabilidade Social - 2010	0,326	0,252	0,253	0,266
Taxa de homicídios (por 100 mil hab.) - 2015	29	26,3	32	44
Taxa de homicídio de adolescentes (por 100 mil entre 15 e 24 anos) - 2012	53,4	64,6	92,6	131,6

Fontes: Ipardes (2017), IPEA (2017) com base em IBGE (2010) e Waiselfisz (2012)

Os dados gerais do município permitem inferir que se trata de uma cidade com elevado desenvolvimento, grande extensão territorial, com baixa vulnerabilidade social e pobreza, alto índice de desenvolvimento humano, mas com elevada taxa de violência, especialmente em relação à média paranaense.

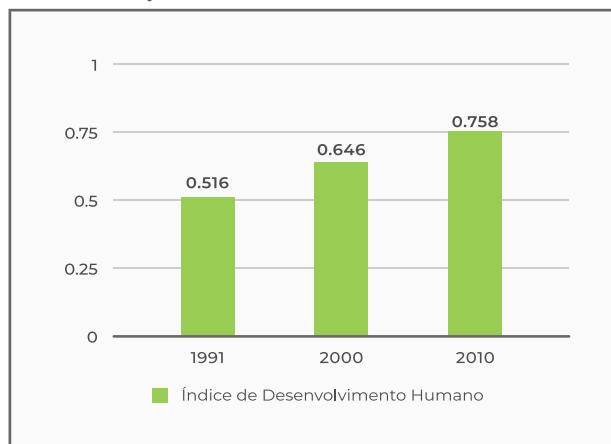
A análise a seguir detalha melhor a situação do município, dividindo os indicadores em quatro dimensões: IDH-M, Indicadores Econômicos e Fiscais, Indicadores de Educação e Indicadores de Criminalidade e Violência.

a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M

O IDH-M busca medir o desenvolvimento humano além da lógica exclusivamente econômica, sendo formado por três dimensões: longevidade, que

mede o desempenho e a qualidade da saúde local, educação, ao medir as taxas de escolaridade e a renda *per capita*, que permite auferir o poder de compra da população. O Gráfico 1 permite visualizar a evolução desse indicador no município nas últimas duas décadas.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO IDH-M DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Fonte: São José dos Pinhais (2017a).

Observa-se uma clara tendência de melhoria do IDH-M municipal, alcançada especialmente pelo maior nível de acesso e escolarização da população local. O IDH-M do município se situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto a partir de 2010.

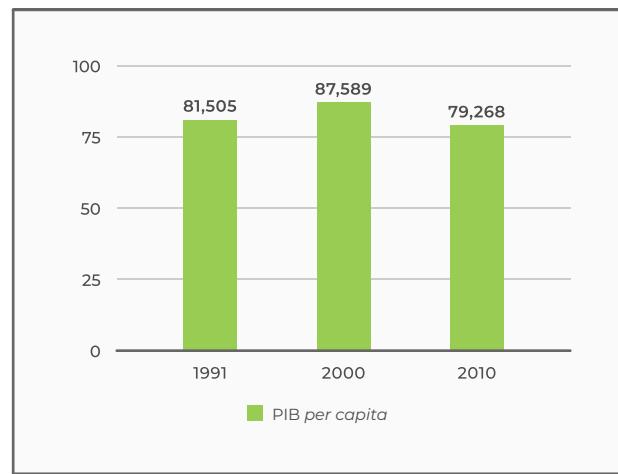
b) Indicadores econômicos e fiscais

Esses indicadores trazem um panorama da situação econômica e fiscal do município, que se torna ainda mais relevante por cobrir o período recente de crise econômica no país. O Gráfico 2 traz a evolução do PIB entre 2014 e 2016, período mais intenso da crise atual.

Destaca-se um aumento do PIB *per capita* em 2015 de 7,5%, contudo, em 2016 com o aprofundamento da crise econômica, política e institucional no Brasil, há uma queda do PIB *per capita* de 9,5%, que fica em um patamar inferior ao nível de dois anos antes, 2014, evidenciando o impacto negativo da crise, o que interfere no conjunto de indicadores sociais e econômicos, ainda que uma avaliação mais precisa seja possível mediante novo censo nacional.

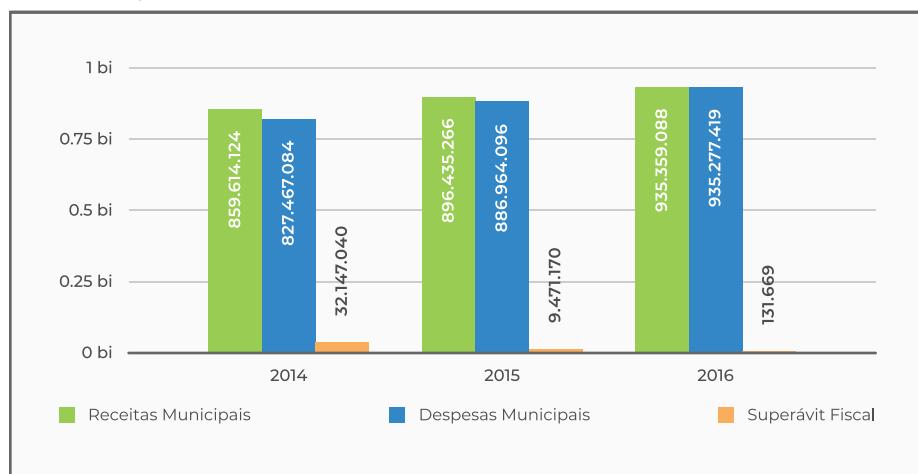
Isso afetou também as finanças municipais, apesar de elas ainda continuarem em um nível considerado razoável. O Gráfico 3 mostra as receitas, despesas e o resultado corrente das contas municipais.

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA MUNICIPAL – EM R\$



Fonte: Ipardes (2017).

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, DESPESAS E SUPERÁVIT FISCAL DO MUNICÍPIO – EM R\$

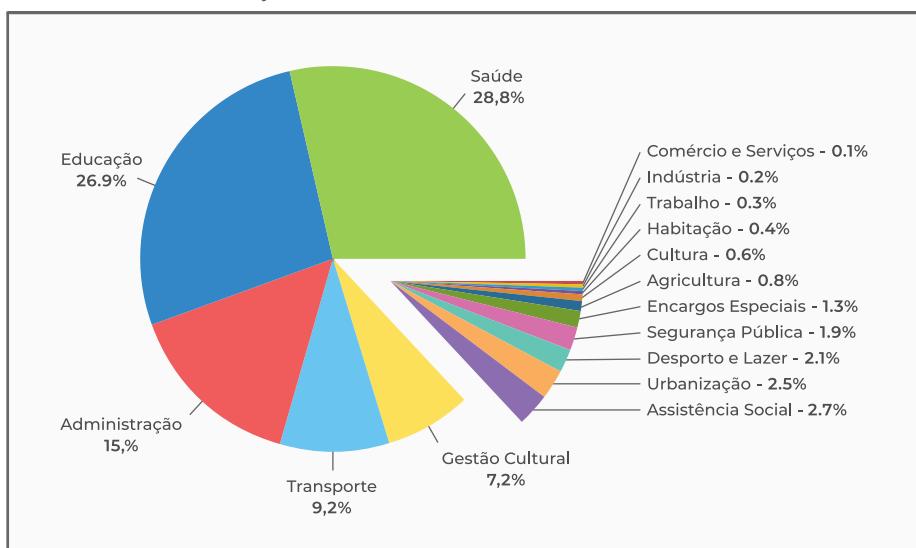


Fonte: Ipardes (2017).

Há uma diminuição muito expressiva do superávit primário do município (receitas municipais que sobram após o pagamento das despesas públicas), de mais de R\$ 32 milhões em 2014 para pouco mais de R\$ 100 mil em 2016. O crescimento das receitas não está acompanhando o das despesas, especialmente para serviços sociais públicos que tendem a ampliar, especialmente diante da crise econômica. Considerando que a crise persiste, as receitas provavelmente terão crescimento lento nos próximos anos, enquanto as despesas públicas se caracterizam por serem relativamente rígidas, tendo em vista as reprogramações orçamentárias em cenários de Planos Plurianuais, o que pode comprometer o orçamento da cidade e fazer com que ela incorra em *déficits* fiscais nos próximos anos.

Além da situação fiscal do município, é interessante observar quais categorias de gastos públicos possuem o maior peso dentro do orçamento municipal. O Gráfico 4 traz a distribuição relativa das categorias de despesas municipais no ano de 2016.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS DESPESAS MUNICIPAIS – EM 2016



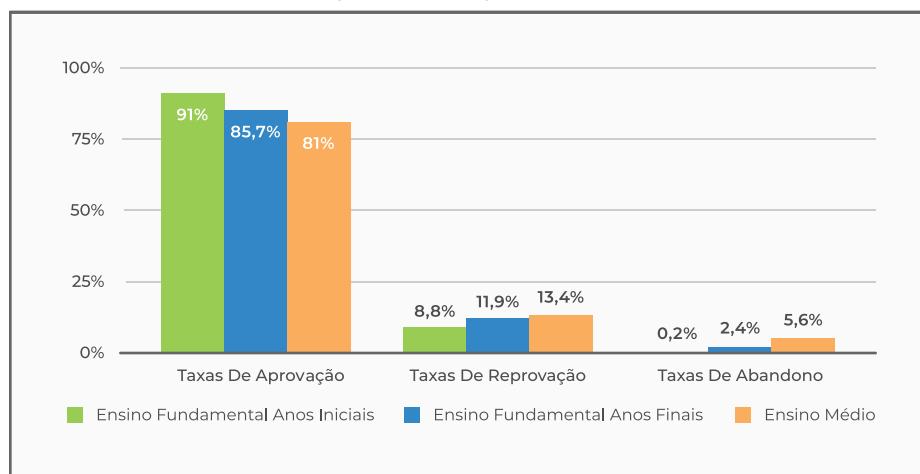
Fonte: Ipardes (2017).

Constata-se que mais de 70% das despesas municipais são alocadas nas áreas de Saúde, Educação e Administração. Tais gastos estão relacionados com as vinculações obrigatórias e manutenção da capacidade de oferta de serviços públicos. Destaca-se também os gastos em Transporte e Gestão Ambiental. Outras áreas como Urbanização, Segurança Pública, Habitação, Assistência Social e Trabalho receberam orçamentos bem mais modestos, apesar da sua relevância social.

c) Indicadores de Educação

Em relação à abordagem da educação há maior concentração nas taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, assim como na qualidade da educação medido pelo IDEB. O Gráfico 5 trata dessa primeira dimensão.

GRÁFICO 5
TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO MUNICIPAIS

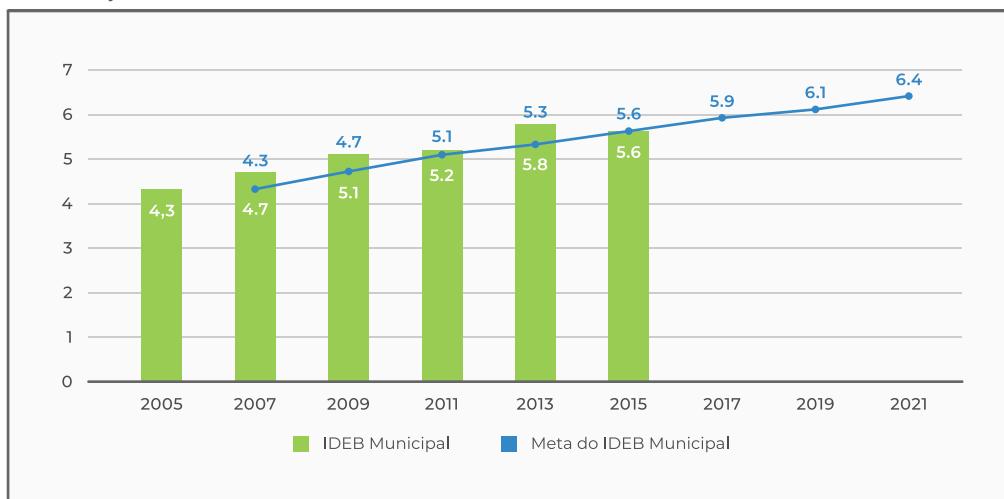


Fonte: Ipardes (2017).

Há uma piora nos indicadores conforme se avança na trajetória escolar. Enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental tiveram bom desempenho, o Ensino Médio deixa a desejar, tendo uma alta taxa de abandono que impactará futuramente na oferta de capital humano do município. Em comparação com o estado, os indicadores do município foram levemente piores em todos os casos, exceto na taxa de abandono no Ensino Médio, onde a taxa de abandono estadual foi de 6,1%.

O Gráfico 6 a seguir traz a evolução do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental (4º/5º séries) e as metas traçadas para esse recorte ao longo do tempo, mostrando, assim, a evolução da qualidade da educação nas escolas e colégios públicos do município.

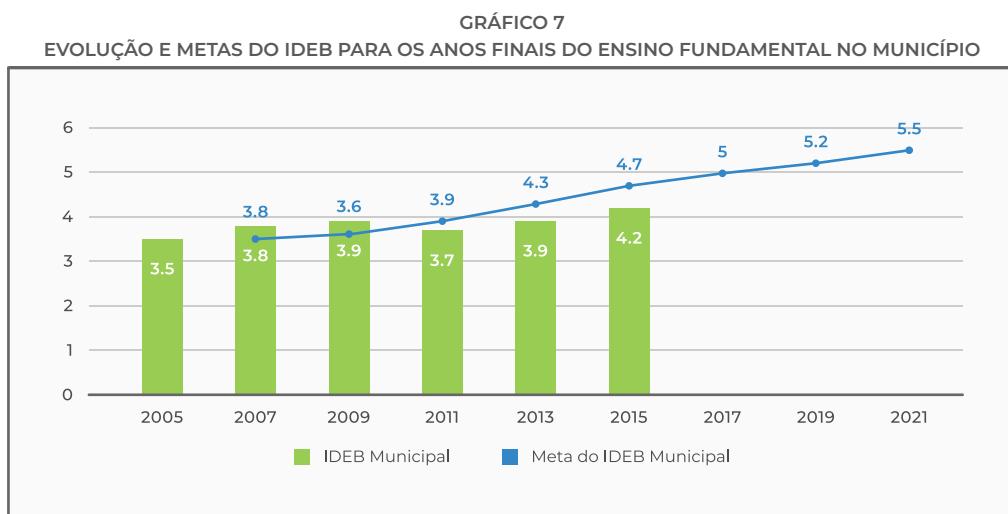
GRÁFICO 6
EVOLUÇÃO E METAS DO IDEB PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO



Fonte: INEP (2016).

Apesar do crescimento do IDEB no período entre 2005 e 2013, constata-se uma leve queda da diferença entre o IDEB real e a meta estimada. O IDEB real sempre ultrapassou a meta, algo bastante positivo. As metas continuam crescentes e ambiciosas, resta identificar os fatores que fragilizam o cumprimento da meta e buscar soluções que aprimorem a capacidade municipal de qualificar a educação e contribuir para melhoria do capital humano na cidade e nos territórios analisados.

O Gráfico 7 abaixo traz as mesmas variáveis, só que para os anos finais do Ensino Fundamental (8º/9º ano) nos colégios estaduais do município.



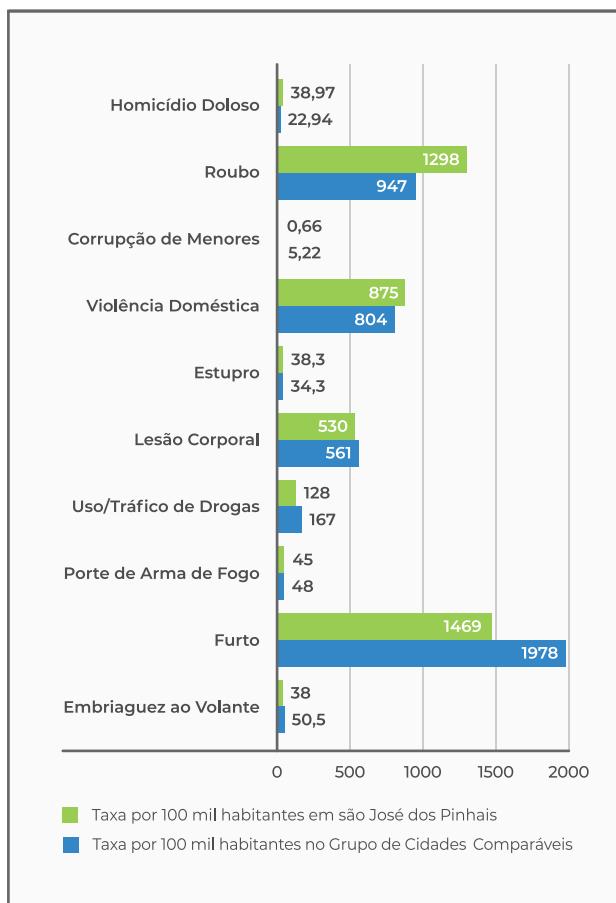
Fonte: INEP (2017).

Exceto pelos dois anos iniciais, as metas excederam o valor real do IDEB para esse recorte educacional. Além disso, a diferença entre o desempenho e a meta cresceu nos últimos anos. Portanto, será um desafio para a cidade alcançar as metas cada vez mais ambiciosas do IDEB, coisa que ela não consegue desde 2009.

d) Indicadores de criminalidade e violência

Os indicadores a seguir se concentram nas taxas de criminalidade e evolução da violência no município nos últimos anos. O Gráfico 8 traz as taxas de variados crimes cometidos a cada 100 mil habitantes em São José dos Pinhais e, como comparação, traz, também, taxas de um grupo de cidades com população semelhante.

GRÁFICO 8
TAXAS DE OCORRÊNCIA DE CRIMES EM 2016 – POR 100 MIL HABITANTES

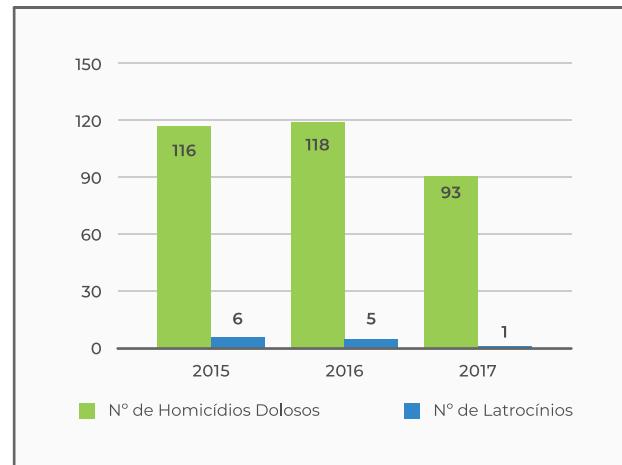


Fonte: PARANÁ (2018).

São José dos Pinhais se destaca pela alta incidência de crimes violentos em comparação com o grupo de outras cidades, em especial a taxa de homicídios dolosos, quase o dobro e a de roubos, significativamente acima da taxa do grupo. Estupros e violência doméstica também são mais frequentes no município que no grupo comparativo, porém por pequena margem. De outra face, a cidade possui taxas baixas de corrupção de menores e furtos em comparação com o grupo das outras cidades. Lesão corporal, embriaguez ao volante e uso/tráfico de drogas são mais frequentes no grupo de comparação, mas por pequena margem também.

O Gráfico 9 a seguir traz as mudanças ocorridas no número de homicídios dolosos e latrocínios no município nos últimos anos.

GRÁFICO 9
NÚMERO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS E LATROCÍNIO NO MUNICÍPIO – 2015 A 2017



Fonte: PARANÁ (2018).

Entre 2015 e 2016 os índices de violência fatal se mantiveram relativamente estáveis, contudo, em 2017, há uma queda significativa nos homicídios dolosos (21,2%) em relação a 2016, assim como nos latrocínios, que caíram em 80% no município. Essa mesma queda foi sentida em outras cidades do estado em 2017, mesmo diante de um cenário nacional de mais de 59 mil ocorrências. No estado do Paraná (Governo do Paraná, 2018), segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2290 mortes violentas (2187 crimes doloso, 67 latrocínios e 36 casos de lesão corporal seguida de morte).

Em suma, a cidade tem melhorado seu índice de desenvolvimento humano nos últimos anos, contudo está passando por um momento de menor crescimento econômico, o que afeta negativamente a capacidade de gastos da prefeitura. Ela também sofre desafios no campo do acesso à educação e qualidade

da educação, apresentando dificuldades recentes em atingir as metas estipuladas. Em termos de violência e criminalidade, apesar da queda recente das taxas de crimes violentos, a cidade ainda possui altas taxas nestes termos.

3. Bairros Borda do Campo e Roseira de São Sebastião

O bairro de Borda do Campo possuía em 2010 18.198 habitantes distribuídos em 5.450 domicílios. Ele apresenta indicadores sociais piores que os do município, com destaque para a renda *per capita* e taxa de pobreza. As taxas de pobreza extrema e de mortalidade infantil são piores do que a média do município e do outro bairro vizinho do território analisado, o Roseira de São Sebastião. Tais aspectos desafiam o poder público a investir em políticas de saúde e assistência social, tendo em vista a necessária focalização em famílias vulneráveis, no atendimento materno-infantil.

Esse bairro conta com 3.318 moradores e 993 domicílios em 2010, tendo indicadores sociais mais próximos aos do Município de São José dos Pinhais e claramente melhores que os do bairro da Borda do Campo.

A análise dos indicadores dos bairros combinados mostra que a situação do território é desfavorável em relação à do município. Grande parte disso é pelo fato do bairro da Borda do Campo ser mais populoso e com indicadores sociais piores. Destaque especial para a renda *per capita*, 35% inferior à média municipal, além das taxas de pobreza e de pobreza extrema serem mais que o dobro das municipais, e a expectativa de vida e mortalidade infantil sejam piores em relação ao município. O único indicador levemente mais favorável do território é a taxa de desemprego em 2010, que ficou inferior à taxa municipal.

A Tabela 2 revela este cenário de piora dos indicadores nos territórios pesquisados, na análise comparada.

Tabela 2 – Indicadores de Caracterização dos Bairros Bairros – em 2010

VARIÁVEL	BRASIL	SJP	BORDA DO CAMPO	ROSEIRA DE SÃO SEBASTIÃO	BAIRROS COMBINADOS
População	211.240.000	264.210	18.198	3.318	21.516
Área (em km ²)	8.515.770	944,3	12	7	19
Densidade (hab./km ²)	24,8	278	1.516	474	1.132
IDH-M	0,699	0,758	0,694	0,728	0,699
Renda <i>per capita</i> familiar (em R\$)	688	846,93	526,6	682,36	550,6
Taxa de pobreza	10,6%	2,6%	5,7%	2,1%	5,0%
Taxa de pobreza extrema	6,3%	0,7%	1,5%	0,5%	1,3%
Taxa de desemprego	6,7%	4,5%	3,8%	2,4%	3,6%
Taxa de analfabetismo	9,6%	4,3%	6,6%	5,6%	6,5%
Longevidade (em anos)	73,3	76,5	73,6	75,4	73,9
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	15,6	10,6	14,8	12,2	14,4

Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

Os territórios focalizados no estudo expressam maior concentração de pobreza e um índice menor desenvolvimento humano; menor renda *per capita*; uma taxa de desemprego próxima da média municipal; e mortalidade infantil mais elevada.

4. Principais problemas identificados

Antes de partir para a análise pormenorizada dos dados e das dimensões é importante destacar quais os principais problemas identificados no território pelos domicílios.

No questionário domiciliar foi perguntado ao respondente do domicílio qual seria o principal problema em sua opinião a afetar o território. Os respondentes poderiam apontar mais de um, desde que eles considerassem ser os problemas mais urgentes.

A Tabela 3 traz os problemas mais destacados por proporção das reclamações registradas.

Mais de 40% de todas as reclamações elencam a saúde como um dos principais problemas do território, sendo a categoria mais citada pelos habitantes. Durante as oficinas, os moradores presentes apontaram que o principal problema nessa área seria a falta de recursos humanos nas unidades de saúde, que se encontram sobrecarregadas. Também apontam a dificuldade de deslocamento para unidades de saúde em casos mais graves, como gravidez de risco ou emergências médicas, já que as unidades locais nem sempre estão preparadas para atender essas demandas, muitos moradores não possuem veículo particular que permita essa locomoção de modo rápido e em horários fora do horário comercial, e os ônibus são escassos e com linhas nem sempre com trajetórias

Tabela 3 – Principais problemas em % e número de reclamações

CATEGORIA	% DAS RECLAMAÇÕES	NÚMERO DE RECLAMAÇÕES
Saúde	43,4%	544
Segurança	16,8%	211
Pavimentação	8,1%	102
Transporte	6,7%	84
Educação	4,6%	57
Creche	3,3%	41
Não tem reclamação	2,6%	33
Saneamento	2,6%	33
Infraestrutura	1,9%	24
Falta tudo	1,1%	14
Prefeitura	1,0%	12
Cursos profissionalizantes	0,9%	11
Lazer	0,9%	11
CRAS	0,6%	7
Limpeza pública	0,6%	8
Emprego	0,4%	5
Banco	0,3%	4
Comércio	0,3%	4
Acessibilidade	0,2%	3
Apoio cultural	0,2%	2
Calçamento	0,2%	3
Centro de Juventude	0,2%	2
Comunicação	0,2%	2
Esporte	0,2%	3
Lixo	0,2%	3
Sinalização das ruas e casas	0,2%	3
Agente comunitário	0,1%	1
Atividades culturais	0,1%	1
Casa-lar	0,1%	1
Correio	0,1%	1
Corrupção	0,1%	1
Farmácia	0,1%	1
Fraldas	0,1%	1
Habitação	0,1%	1
Iluminação	0,1%	12
Mato	0,1%	1
Passarela	0,1%	1
Políticos	0,1%	1
Preconceito	0,1%	1
Projetos sociais	0,1%	1
Ruas	0,1%	1
Serviços públicos	0,1%	1
Total de reclamações	100,0%	1254

Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

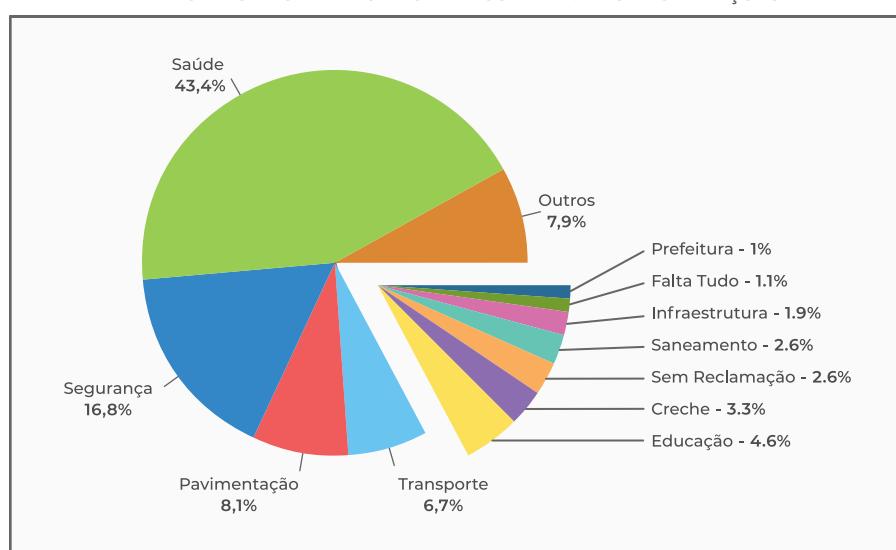
convenientes. Sem dúvidas esse é o ponto em que a maioria dos moradores deseja mudanças e ações do poder público.

Em seguida vem a segurança, com quase 17% das reclamações. Há preocupação significativa dos moradores com o tráfico de drogas e com a distância de deslocamento entre o domicílio e o ponto de ônibus mais próximo, que muitas vezes ocorre em momentos de pouca visibilidade e passa por áreas pouco habitadas. Em terceiro, a pavimentação que, apesar da maioria das ruas do bairro serem pavimentadas, a falta de pavimentação é citada em mais de 8% das reclamações como um dos problemas que mais incomodam no bairro.

Um lembrete relevante é que os domicílios foram orientados a indicarem somente os problemas considerados mais graves e urgentes. Provavelmente a lista completa de reclamações seria maior, assim, esses dados revelam a percepção de urgência dos problemas segundo os moradores do território, não sendo um inventário completo dos problemas.

O Gráfico 10 abaixo reproduz os dados da tabela acima de modo visual, trazendo os principais problemas citados pelos domicílios na pesquisa.

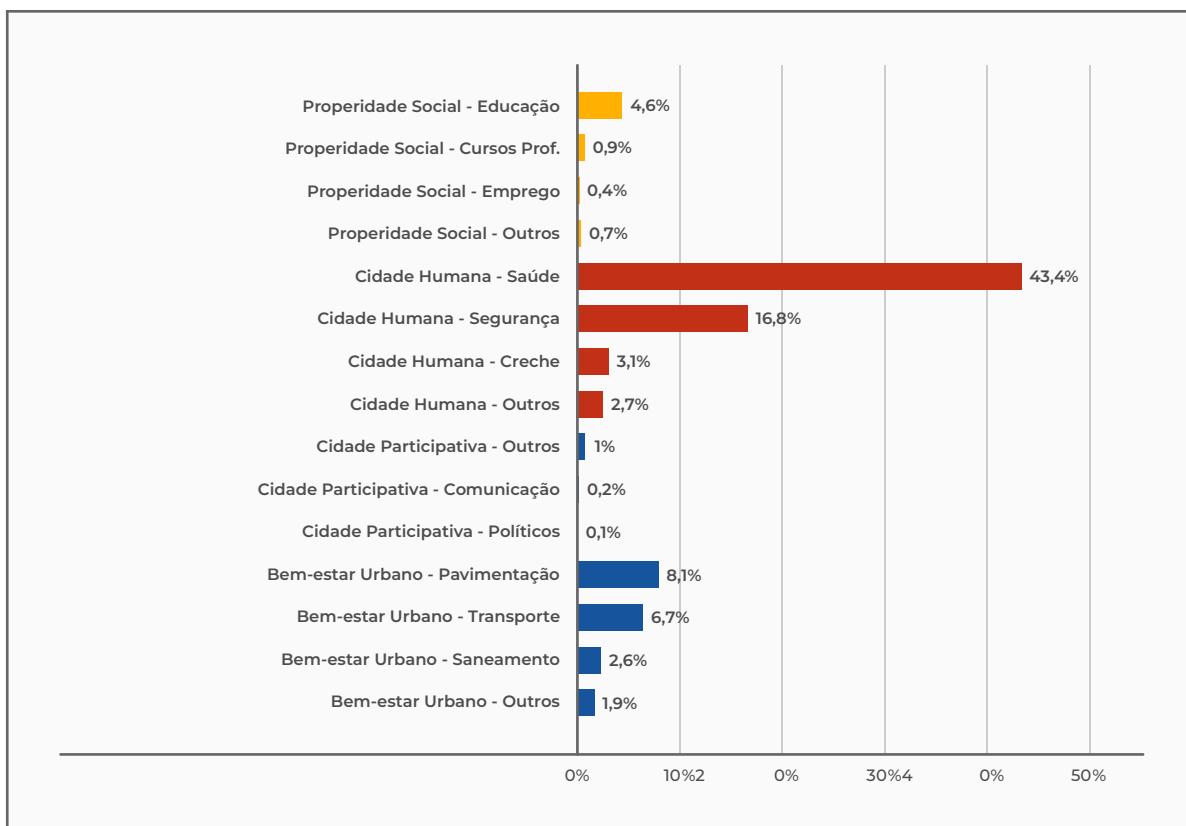
GRÁFICO 10
PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS – EM % DAS RECLAMAÇÕES



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

É possível classificar os problemas conforme as dimensões de análise aplicadas, conforme pode ser visto no próximo gráfico.

GRÁFICO 11
PESO DAS DIMENSÕES E PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Observa-se a importância atribuída pelos moradores aos temas envolvidos na dimensão de Cidade Humana e em menor grau na de Bem-estar Urbano. Contudo, a análise a seguir procura dar importância semelhante a todas as dimensões propostas, seja porque foram citadas entre os principais problemas identificados pela comunidade ou pelo fato de envolverem variáveis subjacentes e que influenciam esses problemas, no caso as questões socioeconômicas na Prosperidade Social e as questões políticas e de participação na Cidade Participativa.

5. PROSPERIDADE SOCIAL

A dimensão Prosperidade Social abrange indicadores de trabalho, emprego e renda com análise de capacidade empreendedora, considerando indicadores de educação, escolaridade e vocação identificada entre os respondentes da pesquisa. A Tabela 4 sintetiza os indicadores mais relevantes desta dimensão. Do ponto de vista da prosperidade social é possível, de modo geral, concluir que os territórios pesquisados possuem contrastes significativos, especialmente pela alta informalidade, o que pode revelar potencial precarização dos vínculos de trabalho. Ao mesmo tempo, o estudo indica um significativo potencial empreendedor.

Tabela 4 – Principais indicadores da Prosperidade Social

INDICADOR	RESULTADO
1. Moradores que trabalham por conta própria (14 anos ou mais)	20,4%
2. Interesse em empreender (14 anos ou mais)	32,9%
3. Pessoas que não trabalham, não estudam e não recebem aposentadoria (entre 18 a 64 anos)	20%
4. Renda domiciliar média declarada	R\$ 2.223
5. Desvio-padrão da renda domiciliar média	R\$ 1.669
6. Taxa de pobreza das famílias cadastradas Cadastro Único	74,6%
7. Famílias inseridas no Bolsa Família do total de cadastradas	34,4%
8. População em idade escolar fora da escola/ensino superior (entre 12 e 25 anos)	44,8%
9. População em idade universitária no ensino superior (entre 17 e 25 anos)	13,9%
10. Distorção idade-série média	21,4%
11. IDEB médio das escolas e colégios do território	4,5

Fontes: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017), Mapa Social – Pesquisa Individual (2017), INEP (2016) e São José dos Pinhais (2017b).

Um indicador que afeta negativamente a prosperidade social é o índice elevado de jovens fora do ensino médio e superior, o que certamente possui relação com a qualidade da educação fundamental, além de outros fatores relativos à vulnerabilidade social familiar e territorial.

A análise detalhada da dimensão prosperidade social para a identificação de cenários, tendências e potencialidades requer recortes analíticos em cinco áreas: emprego; renda; empreendedorismo; escolaridade da população e qualidade da educação.

a) Emprego

As taxas de ocupação e desocupação podem ser entendidas como medidas da capacidade e do potencial de geração de renda de uma economia. Dos indivíduos em idade produtiva legalmente permitida no território, ou seja, com 14 anos ou mais, 58,7% estão ocupados. Considerando os indivíduos com 18 anos ou mais, 63% possuem alguma ocupação, valor muito inferior à taxa municipal em 2010 de 76,2% (IPEA, 2017, com base em IBGE, 2010), mas similar à taxa nacional de 65,9% (IBGE, 2016b).

Observa-se uma diferença significativa entre as taxas de ocupação por gênero, com dois terços dos homens em idade produtiva legal tendo um emprego, ao passo que entre as mulheres essa taxa é de cerca de 50%. Em termos raciais, há diferença pouco expressiva nas taxas de ocupação.

A taxa de desocupação dos adultos atinge 37%. Isso não é algo necessariamente ruim, já que pessoas adultas que não estão trabalhando podem estar dedicando seu tempo aos estudos, podem estar aposentadas ou ainda não exercerem uma profissão porque não a encontram ou não há a necessidade de trabalhar para complementar a renda do domicílio.

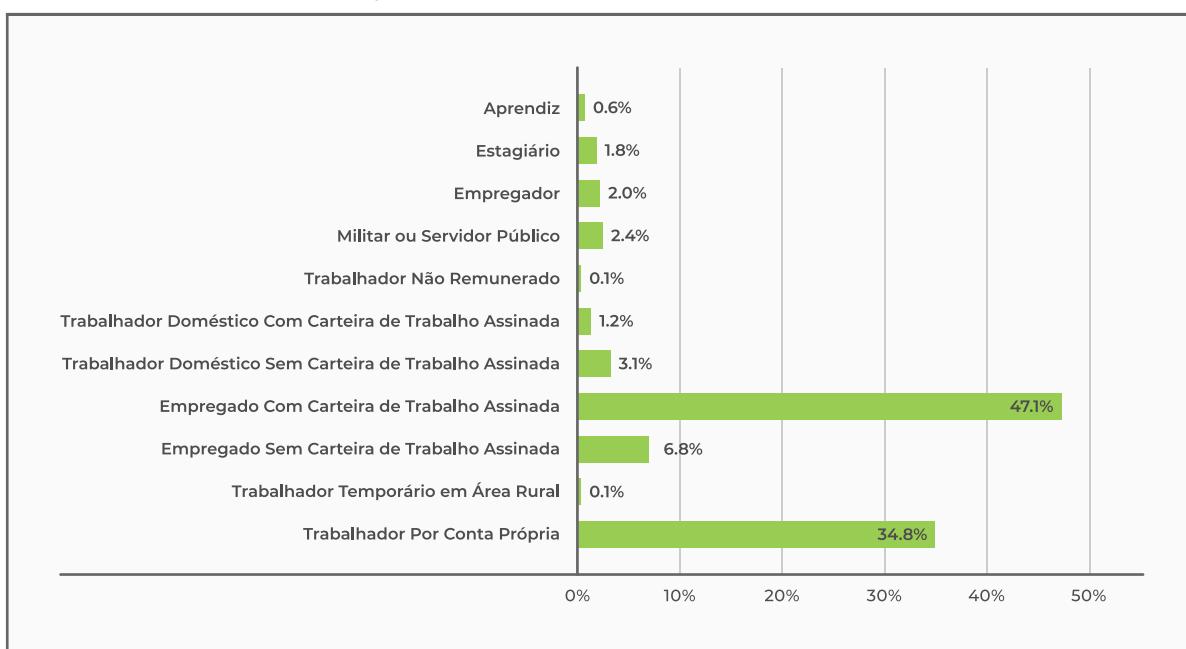
Entretanto, a taxa de pessoas entre 18 e 64 anos que não trabalham, não estudam e que estão em domicílios em que nenhum dos membros recebe aposentadoria chegou a 20%, retratando de modo

mais fiel a oferta potencial de trabalho do território. Entre os jovens de 16 a 29 anos, 22,5% não trabalha nem estuda, taxa próxima da nacional de 25,8%, indicando que a amostra não difere substancialmente das tendências nacionais nesse quesito.

Além das taxas de ocupação e do seu potencial de alavancar a renda das famílias, há uma preocupação com relação aos tipos de ocupações que os indivíduos estão exercendo. Por exemplo, trabalhos com carteira assinada garantem maior segurança de renda em caso de eventos adversos em comparação com trabalhos sem carteira assinada, assim como um fluxo de renda mais estável que ocupações por conta própria.

O Gráfico 12 traz a distribuição dos ocupados por tipo de ocupação.

GRÁFICO 12
TIPO DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL – EM % DOS OCUPADOS COM 14 ANOS OU MAIS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

A análise dos dados acima permite concluir que cerca de 53% dos ocupados trabalhavam em ocupações formais (empregado com carteira assinada, funcionários públicos, trabalhador doméstico com carteira assinada), taxa mais baixa que a nacional de 58,2% em 2016. A taxa de pessoas que trabalhavam por conta própria foi de 34,8%, acima da taxa nacional de 28,9% (IBGE, 2016b). Essa baixa taxa de ocupação formal e alta taxa de trabalho por conta própria indica que grande parte dos trabalhadores estão sujeitos a incertezas de emprego e de renda. Pelo lado positivo, poucos trabalham sem carteira assinada. Outro fato a se destacar é que quase ¾ dos empregados domésticos ainda trabalham sem carteira assinada no território.

Cruzando o tipo de ocupação com as faixas etárias dos indivíduos, destaca-se que os ocupados entre 18 e 45 anos tendem a ter empregos com carteira assinada e uma menor proporção que trabalha por conta própria, indicando uma maior segurança e estabilidade no emprego nessa faixa etária. Observa-se o comportamento oposto na faixa de 65 anos ou mais, na qual quase dois terços dos ocupados trabalham por conta própria. E, além disso, o número de idosos que trabalham em serviços domésticos sem carteira assinada é o mesmo em relação ao total dos que trabalham com carteira assinada nas ocupações gerais. Isso indica que muitas pessoas idosas permanecem ou buscam atividades produtivas, de forma a complementar a renda domiciliar. Por este motivo, a tendência é que, tendo em vista a menor expectativa de vida, esta faixa etária acaba por encontrar empregos de menor estabilidade, gerando um baixo rendimento.

Em termos raciais, observa-se uma maior taxa de pessoas negras ocupadas sem registro em

carteira e em trabalho doméstico, igualmente sem registro em carteira. Contudo, essa e as outras desigualdades raciais tendem a ser pequenas no estudo realizado.

As mulheres tiveram um perfil empregatício menos favorável que o dos homens, com maiores taxas de ocupação em trabalhos domésticos, sem carteira assinada, e ocupações não remuneradas em relação aos homens. Entretanto, as expressões de desigualdade não foram substanciais, fazendo com que o perfil de ocupação dos gêneros seja similar.

b) Empreendedorismo

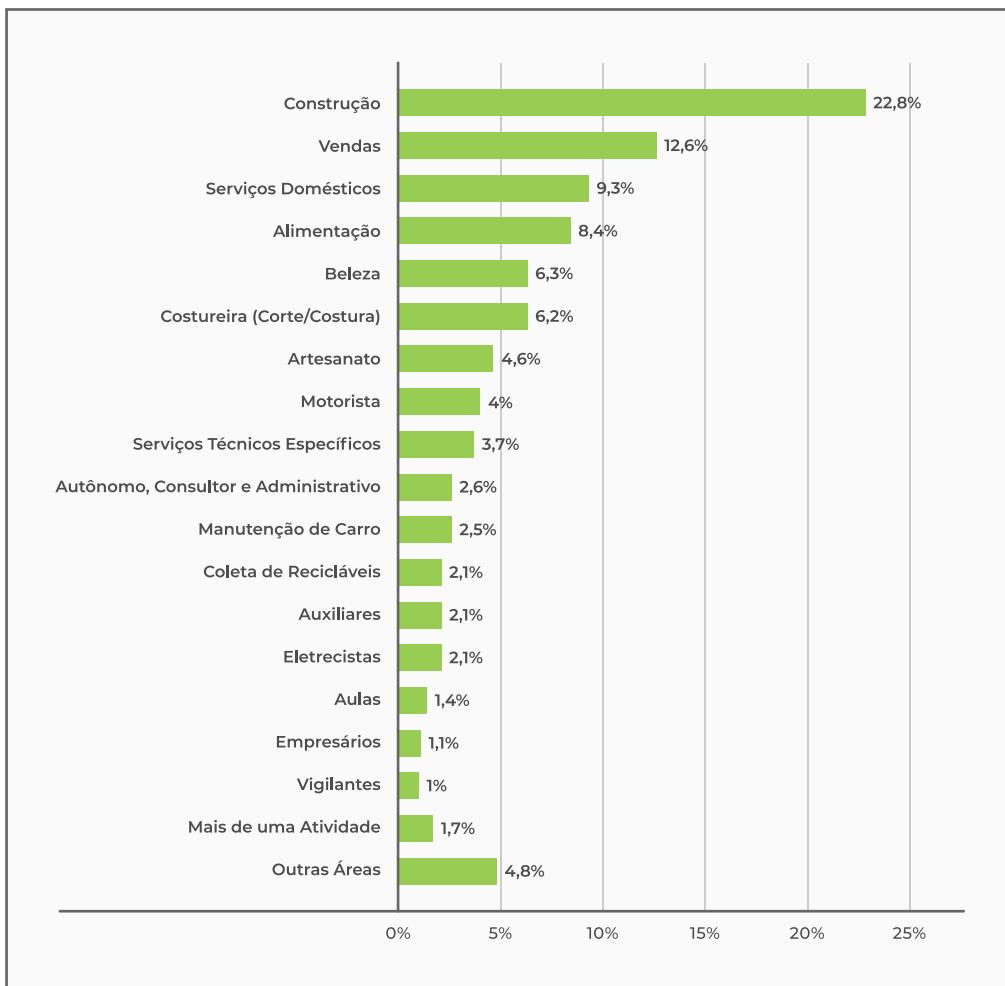
O território apresenta um grande número de pessoas que trabalham por conta própria. Como mostrado anteriormente, a taxa de pessoas que possuem alguma atividade ou empreendimento informal com 14 anos ou mais é de 26,5%. Já a de pessoas com interesse em abrir um negócio próprio é de 32,9%.

As pessoas entre 31 e 64 anos foram as que apresentaram as maiores taxas de atividades/empreendimentos informais, ou seja, quase 1/3. Porém, essa faixa etária é a de maior proporção de pessoas em empregos com carteira assinada, podendo indicar que alguns exercem essa atividade informal de forma complementar ao rendimento domiciliar.

Em termos raciais e por faixas de renda, as diferenças entre as taxas de pessoas com atividades/empreendimentos informais e a taxa de pessoas com interesse em empreender foram pequenas. Quanto ao gênero, quase 30% dos homens exerciam atividades informais, comparado com menos de 25% das mulheres. Não obstante, o desejo de empreender era muito similar entre os gêneros, com quase um

terço tendo vontade de ter um negócio próprio. O Gráfico 13 mostra a distribuição setorial dos indivíduos com atividades/empreendimentos informais.

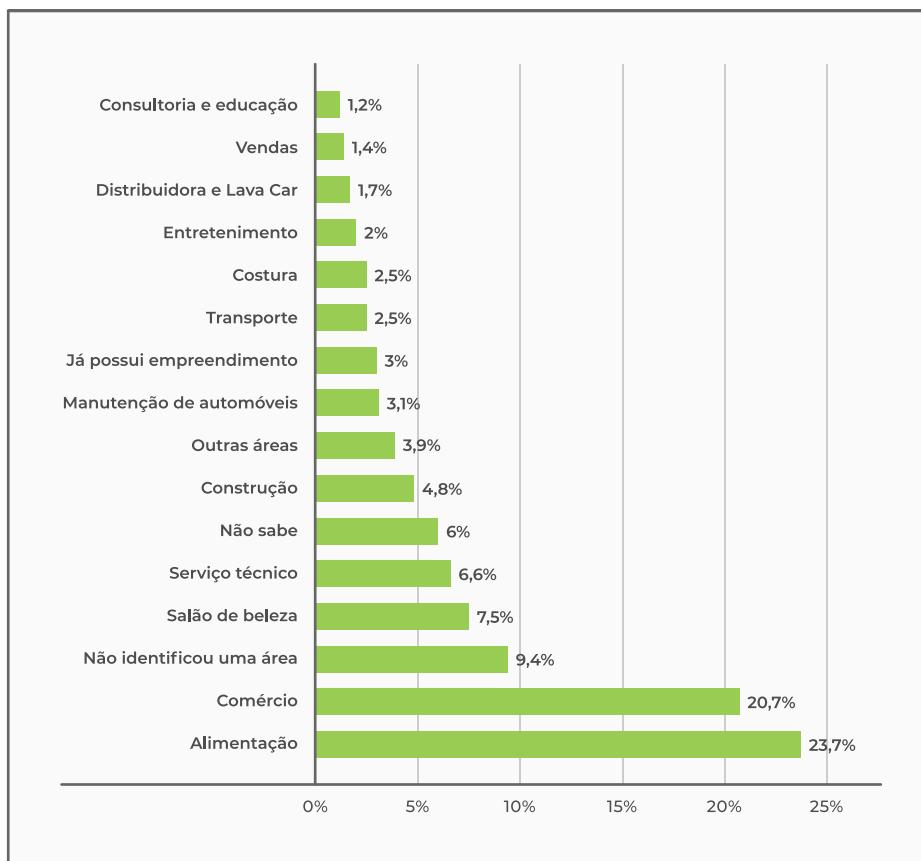
GRÁFICO 13
ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM 14 ANOS OU MAIS COM ATIVIDADES/EMPREENDIMENTOS INFORMAIS – EM % DOS QUE DESENVOLVEM



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Nota-se o percentual elevado de pessoas que trabalham na área de construção, notadamente como pedreiros e eletricistas, assim como percentual significativo em funções nas áreas de vendas, serviços domésticos e alimentação. Esses setores representam juntos mais da metade dos empreendimentos. Ainda é possível observar a grande variedade de setores nos quais os indivíduos estão atuando, sendo que a maioria está relacionada à prestação de serviços não complexos, ou seja, que não exigem formação superior para sua execução e que incorporam pouca tecnologia. Desses empreendimentos e atividades, cerca de 70% são individuais e 18% familiares, indicando um grande potencial de ação pública, do terceiro setor ou empresarial na profissionalização e formalização desses negócios. Outra questão relevante são as áreas de interesse apontadas pelos indivíduos com vontade de empreender, mostradas no gráfico 14 a seguir.

GRÁFICO 14
**ÁREAS DE INTERESSE EM EMPREENDER DOS INDIVÍDUOS COM 14 ANOS
OU MAIS – EM % DOS COM INTERESSE EM EMPREENDER**



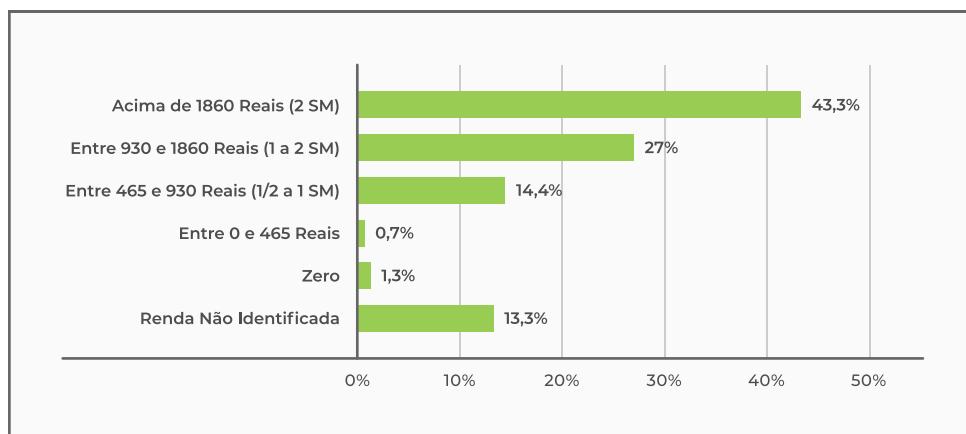
Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Há uma variedade notável de setores, a maioria relacionados a serviços não complexos. O padrão é um pouco diferente do notado nos setores dos empreendimentos existentes. Há um domínio da alimentação e do comércio, assim como 9,4% dos indivíduos que ainda não identificaram em qual área desejam empreender. Novamente aqui há um potencial enorme de atuação no sentido de oferecer qualificação profissional e intermediação de mão de obra junto ao mercado.

c) Renda

A renda representa o melhor indicador do padrão de vida dos indivíduos de uma localidade. O Gráfico 15 traz a distribuição dos domicílios por faixa de renda total.

GRÁFICO 15
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR TOTAL – EM % DOS DOMICÍLIOS

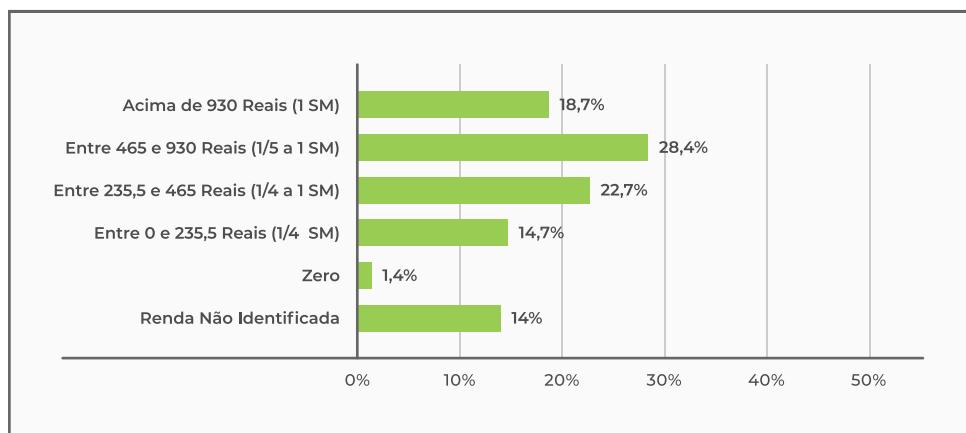


Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Observa-se que a maioria dos domicílios possui renda mensal superior ao salário mínimo vigente de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais), sendo que 43,3% possui renda acima de dois salários mínimos, ou seja, R\$ 1.860,00 (mil, oitocentos e sessenta reais). A renda média domiciliar no território foi de R\$ 2.224,00 (dois mil, duzentos e vinte e quatro reais) e a renda domiciliar mediana de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Uma forma de melhor visualizar a situação dos domicílios é observando quanto de renda cada membro do domicílio possui. Nesse sentido, o Gráfico 16 traz uma medida mais acurada do padrão de vida dos indivíduos, a renda *per capita* domiciliar.

GRÁFICO 16
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* – EM % DOS INDIVÍDUOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

A distribuição da renda *per capita* mostra que a maioria dos domicílios possui renda baixa, de menos de meio salário mínimo por pessoa. Enquanto a renda *per capita* do território foi de R\$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais), a brasileira, segundo o IBGE (2018), é de R\$ 1.268,00 (mil, duzentos e sessenta e oito reais), um valor 69,3% superior à do território. A maioria das famílias do território possui renda relativamente baixa, apesar de estarem acima da pobreza extrema. A renda *per capita* mediana foi de R\$ 600,00 (seiscentos reais), que pode ser considerada uma medida mais fiel da descrição do padrão de vida do indivíduo típico, já que não é tão influenciada pela variabilidade da renda, que no caso dessa amostra foi bem significativa.

Em termos raciais, há pouca diferença, sendo a mais marcante uma maior taxa de indivíduos brancos em faixas de renda *per capita* acima de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais). Quanto às faixas

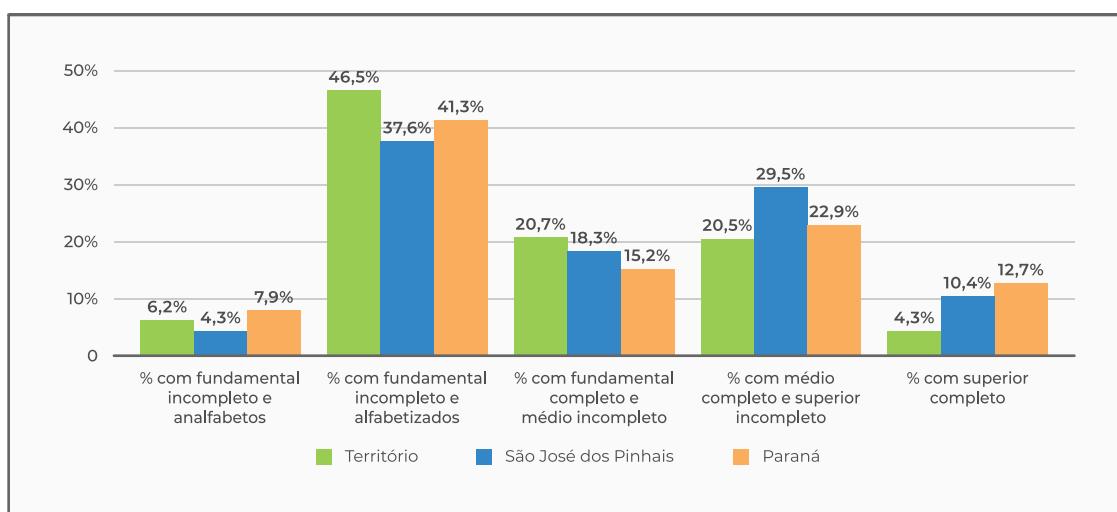
etárias, há uma leve concentração de crianças e jovens, assim como de idosos em faixas de renda mais baixas, de meio salário mínimo ou menos. As outras faixas etárias possuem uma distribuição mais equilibrada e similar.

Outro fato a ser destacado é que os indivíduos com emprego no setor público e com carteira assinada concentraram-se, em sua maioria, nas faixas de renda *per capita* mais elevadas, mas aqui também a diferença é pequena.

d) Capital Humano – Escolaridade

Além das taxas de ocupação e tipo de emprego, há a questão da qualificação da oferta de trabalho, refletida nas taxas de escolarização e de qualidade da educação no território que formam o denominado capital humano. Iniciando pela escolaridade, o Gráfico 17 traz o nível de escolaridade dos adultos do território.

GRÁFICO 17
 NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ADULTOS NO TERRITÓRIO EM 2010 – INDIVÍDUOS COM 25 ANOS OU MAIS



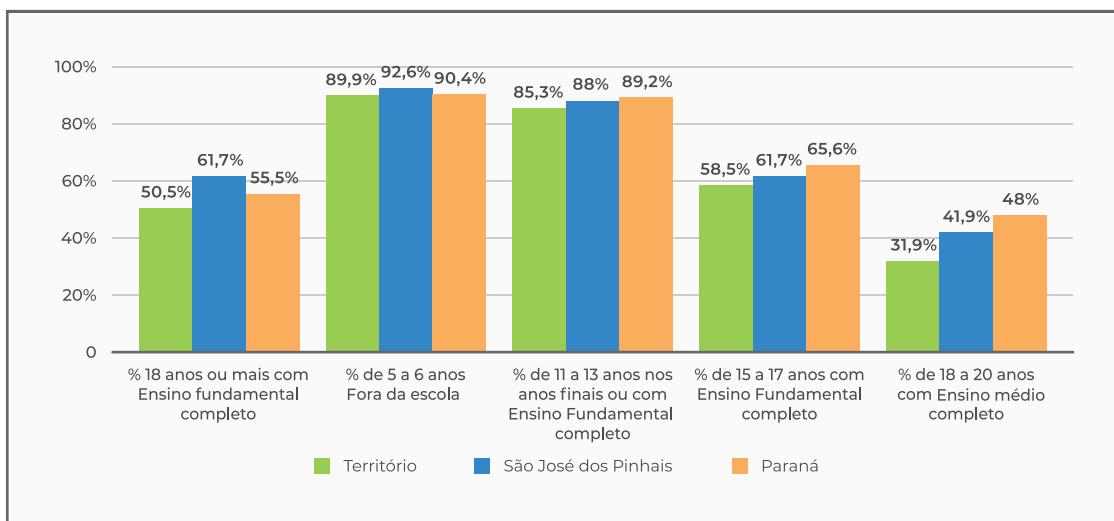
Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

Pode-se notar que o perfil de escolaridade dos adultos no território é evidentemente menos favorável que o municipal e estadual. Quase metade dos adultos parou antes de completar o ensino fundamental, apesar de serem alfabetizados. Somente $\frac{1}{4}$ completou o ensino médio. A situação do ensino superior é ainda mais desfavorável, somente 4,3% dos adultos completaram essa etapa de ensino, menos da metade da taxa municipal e quase três vezes menos que a taxa estadual.

Esses dados representam em parte o potencial de qualificação atual da mão-de-obra adulta. A análise do índice de desenvolvimento humano nas últimas décadas revela uma melhoria progressiva, embora insuficiente. É importante verificar como a formação dos jovens e crianças está no momento, para a identificação de cenários futuros e possibilidades de maior prosperidade social, particularmente nos territórios pesquisados.

O Gráfico 18 traz um panorama da situação da escolaridade atual, com foco nos adolescentes e suas taxas de conclusão dos níveis de ensino.

GRÁFICO 18
INDICADORES DE ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO TERRITÓRIO



Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

Assim como a taxa de conclusão do Ensino Médio no tempo esperado (18 a 20 anos), a taxa de adultos com o Ensino Fundamental completo é inferior à taxa municipal e estadual. A situação do ensino Fundamental é mais favorável e similar à do município e estado, em especial nos anos iniciais, com grande maioria das crianças entre 5 e 13 anos na escola e sem grandes defasagens. Já a taxa de jovens de 15 a 17 anos com Fundamental completo é um pouco inferior no território em relação ao município e ao estado.

Os dados evidenciam um déficit expressivo na formação atual dos jovens no território, o que provavelmente impactará de forma negativa no que diz respeito à empregabilidade e mesmo no desenvolvimento do território. Menos de 60% dos jovens completaram o ensino fundamental até os 17 anos e apenas 31,9% dos

jovens de 18 a 20 anos, idade típica de inserção no mercado de trabalho, completaram o ensino médio. Pelos dados é possível notar que a situação dos jovens entre 15 e 20 anos é desfavorável nas três localidades, mas no território é ainda mais crítica.

Outro indicador também relevante é a taxa de frequência dos jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior, a faixa etária mais típica de estudo desse grau de ensino. Esse nível de ensino é opcional e as vagas gratuitas são limitadas, o que justifica melhor as decisões e limitações envolvidas em cursá-lo que o ensino obrigatório.

A amostra aponta que somente 16% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam cursando o Ensino Superior. A taxa é menos da metade da taxa nacional de 34,6% (Observatório do PNE, 2018). Esse resultado aponta para um cenário futuro menos favorável para o território, pois a conclusão do ensino superior é

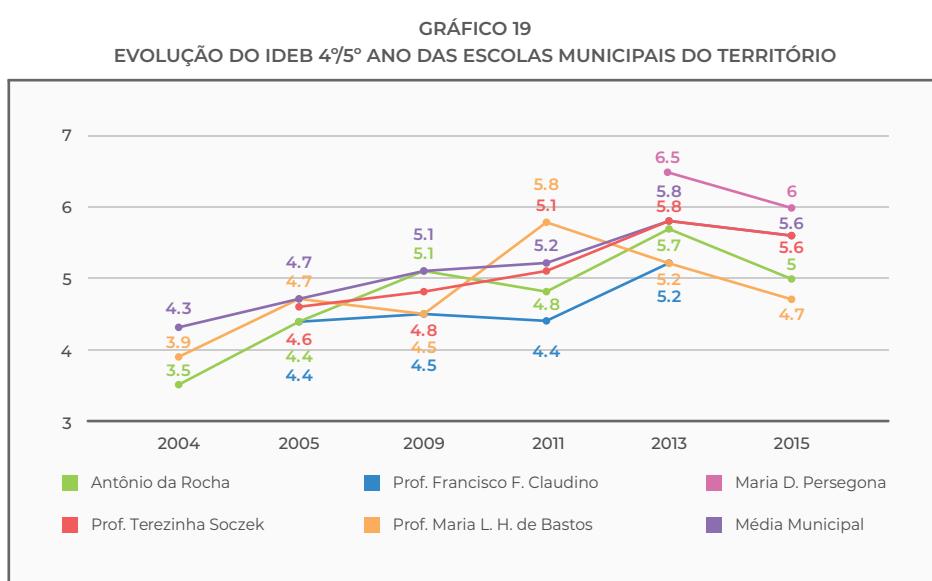
associada com maiores salários e com a incidência de outras externalidades positivas na sociedade.

Um aspecto positivo a ser destacado é que não se observam diferenças significativas nessa propensão a cursar o ensino superior por gênero e raça. Faixas de renda *per capita* mais altas tenderam a ter taxas mais elevadas de frequência, mas por pequena margem.

e) Qualidade da Educação

Por fim, analisa-se aqui a qualidade da educação das escolas e colégios presentes no território, complementando, assim, a análise da escolaridade feita acima, de modo a configurar o panorama do capital humano local.

O Gráfico 19 mostra a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos alunos de 4º e 5º ano das escolas municipais do território.



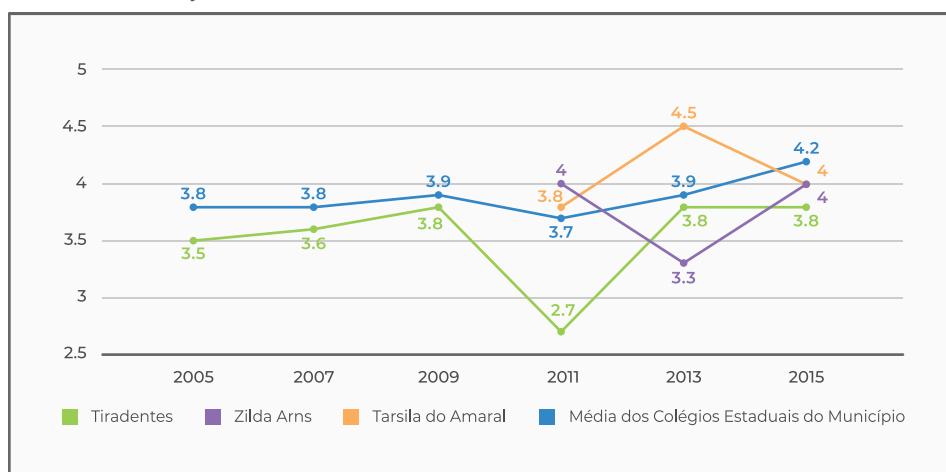
Fonte: INEP (2016).

Há uma tendência de melhoria desse índice, interrompida por uma leve queda em 2015. As escolas do bairro Borda do Campo (Antônio F. da Rocha, Prefeito Francisco F. Claudino e Maria L. H. de Bastos) tiveram desempenho significativamente inferior às do bairro Roseira de São Sebastião (Maria D. Persegona e Prof. Terezinha Soczek). As escolas municipais da Borda do Campo também ficam bem abaixo da nota média municipal, figurando entre as 10% de pior desempenho em sua categoria

no município. Já as da Roseira de São Sebastião ficam acima da média municipal e figuram entre as 30% de melhor desempenho no IDEB entre as escolas municipais de São José dos Pinhais. Três das escolas ficaram acima do IDEB médio municipal das cinco analisadas.

O Gráfico 20 traz o IDEB dos colégios estaduais do território dos estudantes da 8º e 9 séries.

GRÁFICO 20
EVOLUÇÃO DO IDEB 8º/9º ANO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DO TERRITÓRIO



Fonte: INEP (2016).

Ao contrário da análise anterior das escolas municipais, aqui não se observa uma tendência tão objetiva de melhoria do IDEB. Apesar de não ser possível uma comparação direta, a nota média municipal e as dos colégios estaduais do território são bem inferiores às médias do IDEB das escolas municipais. Porém, o desempenho no território quando comparado com o municipal foi menos desfavorável que o das escolas municipais. Os colégios Tiradentes e Zilda Arns, na Borda do Campo, tiveram desempenho fraco, mas relativamente próximo à média municipal dos colégios estaduais, se situando na faixa dos 30% de pior desempenho no município. Já o Tarsila do Amaral, na Roseira de São Sebastião, figurou entre os 10% de melhor desempenho no município.

Este padrão é o mesmo em relação ao das escolas municipais. O bairro Borda do Campo possuía uma qualidade da educação inferior à municipal e a do bairro Roseira de São Sebastião. Já esse bairro está acima da média municipal e entre os bairros de melhor desempenho na cidade.

Em suma, em termos de capital humano, o território está em posição de desvantagem, especialmente pelos indicadores inferiores do bairro Borda do Campo, em relação ao município. Evidencia-se que os indicadores de escolaridade de adultos e adolescentes atualmente se mostram insuficientes, em especial pelo alto índice de jovens que não concluem o ensino médio no tempo esperado e a taxa baixa de jovens que entram para o ensino superior. Esses dados mostram a dificuldade de reter o jovem na escola e lhe dar uma educação de qualidade e de impacto, que ajude a quebrar barreiras e diminuir a desigualdade social.

5.1 Indicativos das Lideranças



A oficina para a realização de diagnóstico participativo possibilitou a identificação e hierarquização dos principais problemas relacionados à temática:

Quadro 3 – Principais problemas em Educação, Cultura e Acesso a Conhecimento

- Colégios estaduais insuficientes do Ensino Fundamental e Médio (3)
- Insegurança permanente no contexto das escolas
- Falta de espaços destinados ao acesso à cultura
- Superlotação das salas de aula da comunidade
- As escolas não têm estrutura e equipamentos adequados
- Falta de investimento público nas escolas (2)
- Falta de locais de atendimento à educação infantil – falta de creches (3)
- Falta de alimentos na escola
- Reduzidos espaços de lazer e malconservados
- Dificuldade de acesso a transporte para deslocamento até a escola
- Dificuldade de acesso e falta de investimento na cultura (3).
- Faltam sessões de cinema, dança e arte.

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Evidencia-se uma preocupação significativa da comunidade com a infraestrutura escolar do território, considerada precária e com insuficiência de vagas, tanto no ensino fundamental e médio, quanto na educação infantil, o que, segundo os participantes, dificultaria o acesso a melhores empregos e impediria que mães com filhos pequenos pudessem trabalhar, tendo em vista a falta de vagas nos Centros de Educação Infantil. De outra face, foram indicadas potencialidades e prioridades para o desenvolvimento da prosperidade social, especialmente na educação, cultura e no acesso ao conhecimento:

Quadro 4 – Potencialidades em Educação, Cultura e Acesso a Conhecimento

- Início da organização de reuniões públicas na associação de moradores da borda do campo – fomentando a participação e organização para lazer e cultura (2)
- Maior canal de acesso à educação e cultura são pelas igrejas (3)
- Comerciantes mais unidos para cobrarem do poder público acesso a lazer e cultura (3)
- Associação de moradores fica em localização de fácil acesso e pode fomentar atividades de lazer (2)
- Atuação das igrejas no auxílio assistencial para os moradores (2)
- Participação dos moradores na escola
- Atuação de pessoas da comunidade que atuam de modo voluntário na promoção de cultura e lazer.

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017)

As indicações de potencialidades revelam uma ênfase no potencial percebido da participação e no engajamento da comunidade e de organizações locais, fomentadas inclusive pelas oficinas do projeto. Não foram citadas potencialidades em relação ao poder público ou mudanças esperadas na infraestrutura das escolas. Moradores enxergam potencial de ação coletiva popular para mudanças no território, mas acreditam que seja necessário maior organização e mobilização social.

Importante observar que a falta de reconhecimento das políticas públicas entre as potencialidades pode significar o descrédito da população em relação aos serviços públicos ou a ideia que as soluções podem vir da sociedade civil. Os moradores reconhecem a união crescente dos comerciantes locais voltada para a cobrança de ações do poder público.

5.2 Recomendações

Dado o elevado número de pessoas com empreendimentos e manifestações de desejo em empreender, a comunidade se beneficiaria enormemente se cursos de profissionalização e técnicos fossem oferecidos com focalização em determinados setores e em escala.

Novos atores poderiam atuar de modo mais estratégico, a exemplo do SEBRAE, para a oferta de qualificação profissional, junto à rede de políticas e iniciativas da sociedade civil. Para este sentido, um aspecto pode ser destacado: a própria comunidade indicou a existência de espaços que poderiam ofertar qualificação profissional, com destaque para o Centro de Referência de Assistência Social, tendo em vista a estrutura disponível e pouco utilizada para este fim.

A formalização desses pequenos negócios, assim como sua profissionalização, ajudaria a aumentar o grau de formalidade do emprego no território e poderia levar ao aumento da renda dos domicílios, com redução de sua variabilidade e insegurança.

A oferta de empregos para jovens aprendizes da comunidade pela Renault ou empresas relacionadas poderia contribuir significativamente na formação técnica e profissional dos jovens da comunidade e na redução da taxa de evasão escolar.

O território com maior prosperidade social requer, especialmente, a ampliação e o monitoramento

do número de empregos gerados para jovens, adolescentes e mulheres da região pela Renault e parceiras; o investimento em arranjos produtivos (Caminhos do Vinho; Cooperativa de recicláveis); a formação de jovens para o mundo do trabalho. Com relação ao projeto Borda Viva, recomenda-se o desenvolvimento de ações que favoreçam a melhoria da capacidade de renda das famílias; o aumento no percentual de mulheres empreendedoras; a formação de mulheres empreendedoras; o monitoramento do tempo de permanência das famílias; o aprimoramento da gestão e dos resultados dos projetos.

A criação de projetos de apoio e a mobilização por melhorias na infraestrutura das escolas e colégios da Borda do Campo poderia ajudar positivamente na qualidade da educação, assim como diminuir a evasão escolar ao tornar a escola mais atrativa.

Portanto, nesta dimensão, um conjunto de iniciativas de empresas, organizações formadoras de trabalho qualificado e do poder público poderiam ser fomentadas. A formação de um Fórum de Investidores, com participação da prefeitura, pode ser uma estratégia importante na captação de projetos, investimentos e compromisso social, assim como incidência no modelo de desenvolvimento de capital humano e competências nas dimensões do trabalho e da cidadania.

6. CIDADE HUMANA

A dimensão Cidade Humana é composta por indicadores e análises que expressam o grau de vulnerabilidade social, a incidência de violências, assim como as políticas sociais e organizações da sociedade civil no território pesquisado. A Tabela 5 demonstra os principais indicadores em relação ao tema.

Tabela 5 – Indicadores principais da Cidade Humana

INDICADOR	RESULTADO
1. Vulnerabilidade Social das Famílias	50,5%
2. Crianças entre 5 e 11 anos fora da escola	1,7%
3. Taxa de pobreza das pessoas (<i>renda per capita < 1/2 S.M.</i>)	38,9%
4. Saúde principal problema	43,7% (1º)
5. Ocorrência de violência e medidas socioeducativas	73
6. Taxa de risco nas famílias (pessoas em acolhimentos e CREAS)	2,1%
7. Insegurança principal problema	16,8% (2º)
8. Mortalidade infantil – por mil nascidos vivos	14,4 (território) São José dos Pinhais – 10,6

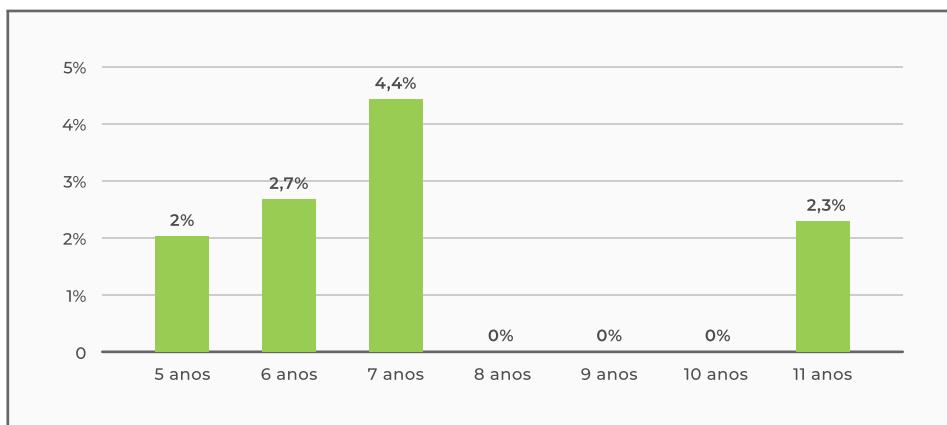
Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017), Mapa Social – Pesquisa Individual (2017), São José dos Pinhais (2017b) e IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

Trata-se de um território com alta vulnerabilidade social e incidência de violências (infanto-juvenil e mulher), além de oferta insuficiente de serviços sociais, com destaque para saúde e educação, assim como de projetos sociais na área.

6.1 Infâncias, Juventudes e Vulnerabilidades

A análise sobre os indicadores e resultados da pesquisa de campo permitem um olhar mais apurado sobre a realidade de crianças e adolescentes. O Gráfico 21 apresenta a situação de crianças e adolescentes fora da escola, o que além de expressar a exclusão do acesso a um direito fundamental, torna o território e as famílias potencialmente mais vulneráveis.

GRÁFICO 21
CRIANÇAS ENTRE 5 E 11 ANOS FORA DA ESCOLA – EM % DAS CRIANÇAS DESSA IDADE



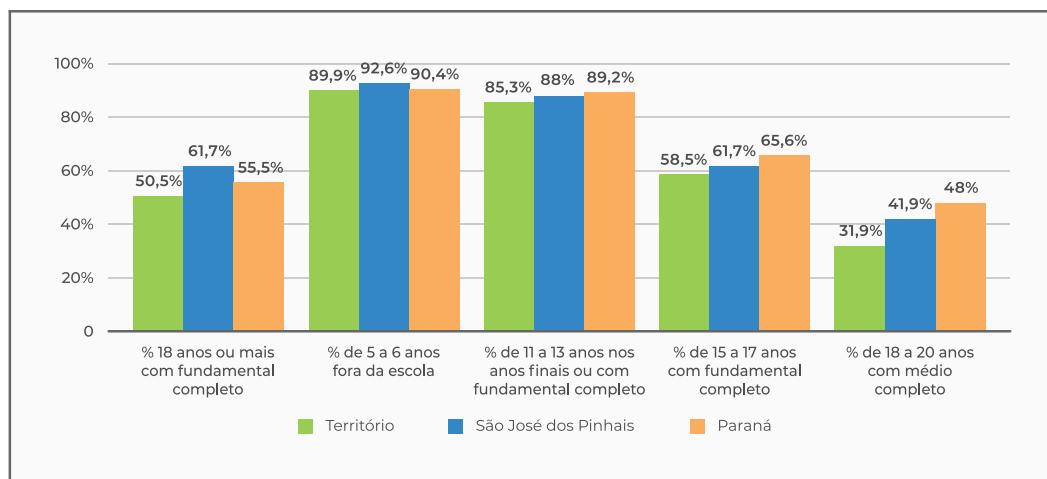
Fonte: Mapa Social – Pesquisa Individual (2017).

As taxas de crianças fora da escola são relativamente baixas, mas significativas nos anos iniciais, mostrando que a região ainda não conseguiu consolidar o ensino a partir dos 5 anos. Das crianças com 7 anos, 4,4% estão ainda fora da escola.

A educação de qualidade como um direito fundamental deve ser o princípio orientador de qualquer sociedade que queria ser democrática e justa. Se na história das infâncias o acesso à educação foi negado e nem sempre entendido como um direito humano, atualmente, talvez seja o direito fundamental com maior cobertura de acesso para esse grupo populacional. No entanto, o mesmo não se aplica às condições para a permanência de crianças e adolescentes, o que expressa a frágil integralidade dos direitos e das políticas públicas. Importante destacar que a qualidade da educação possui relação com as condições de permanência e com os recursos humanos e tecnológicos, assim como com o acesso das crianças e suas famílias às demais políticas sociais, considerando suas

demanda. A educação gratuita, de qualidade e próxima à residência das crianças e adolescentes é um direito de todos, sem distinção. No entanto, a distância entre as promessas em termos das garantias legais, e a efetividade de uma educação de qualidade ainda é significativa. Não se trata apenas de assegurar vagas suficientes para atender a demanda existente, mas de tornar as escolas espaços atrativos, criativos, de contínua aprendizagem e com qualidade adequada. Os resultados aferidos tanto na aplicação dos questionários nos domicílios quanto no levantamento de informações secundárias, dão conta de percentuais de evasão escolar elevados no Ensino Fundamental, e no Ensino Médio. Segundo dados do IPEA, com base no censo demográfico de 2010, os valores não se distanciam dos percentuais médios do Estado do Paraná, como se verifica no gráfico a seguir.

GRÁFICO 22
INDICADORES DE ESCOLARIDADE DO TERRITÓRIO – EM 2010



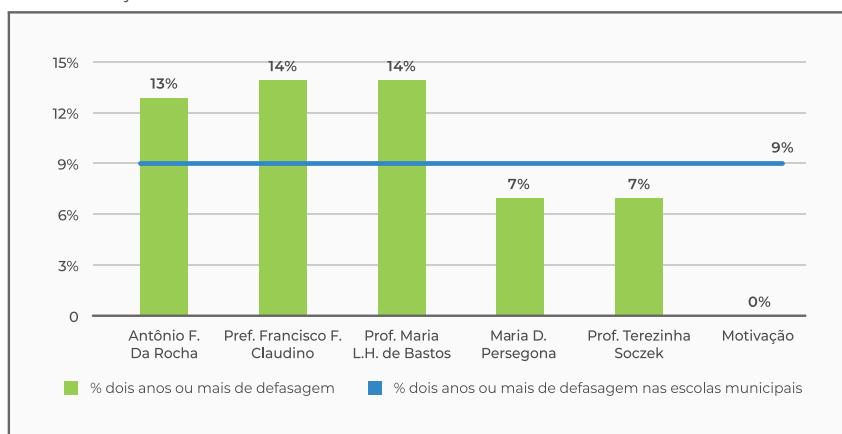
Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

Outra evidência da fragilidade da permanência na escola é o total do território de pessoas com 18 anos ou mais com fundamental completo, que segundo o IPEA é de 50,5%. Isto significa que mais da metade da população dos bairros mapeados não continuaram seus estudos e ou se quer frequentaram a escola. No que concerne aos dados primários mapeados nos questionários, os maiores percentuais de crianças fora da escola concentram-se na idade de 15 anos com 13,3% e 17 anos com 14%. São idades que correspondem ao período do Ensino Médio, o que corrobora com a tendência dos resultados do Censo Escolar de 2017, cujo percentual de abandono no Ensino Médio é de 12,7%, o maior entre todos os anos de ensino.

a) Distorção idade-série

A questão assume feições dramáticas quando se observa a defasagem idade/série entre os jovens estudantes que frequentam as escolas públicas do ensino médio, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 23
DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO – EM 2016



Fonte: QEDU (2017).

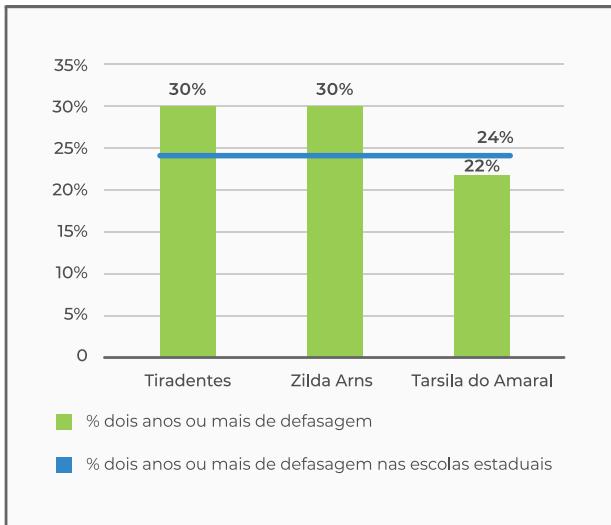
As análises comparadas entre os territórios Borda do Campo e Roseira revelam uma tendência de indicadores mais favoráveis no Bairro Roseira de São Sebastião. Destaca-se, nesse sentido, que todas as escolas do Borda do Campo possuem distorção idade-série maiores em relação ao bairro Borda do Campo e a taxa geral do município. O Gráfico 24 traz o mesmo indicador, agora aplicado aos colégios estaduais.

O padrão é o mesmo das escolas municipais, só que ainda mais agravado, quase um terço dos alunos desses anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio estão dois anos ou mais atrasados em relação à série esperada.

b) Reprovação

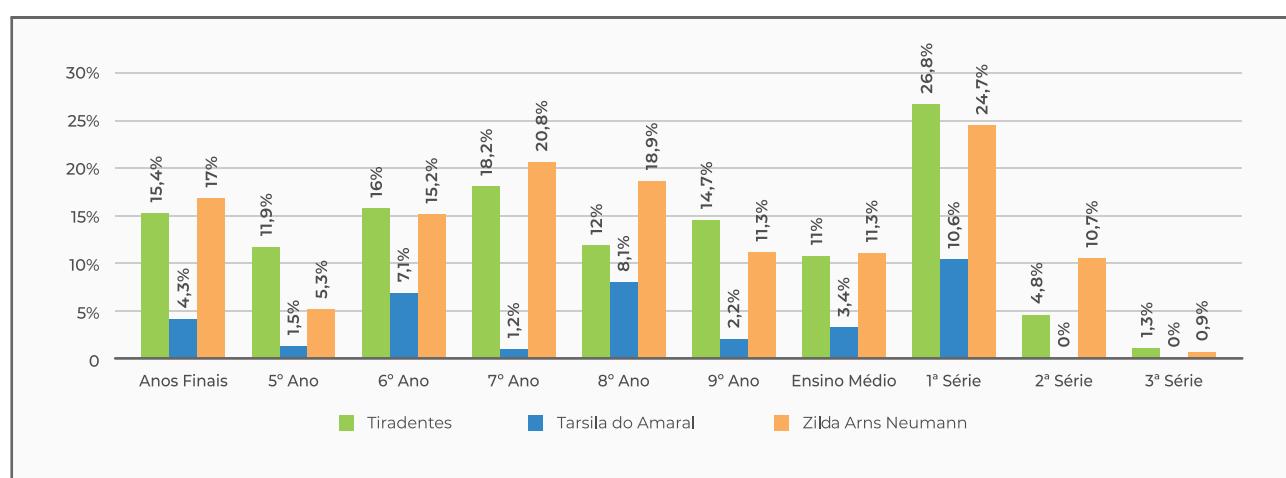
As taxas de reprodução que são disponibilizadas a seguir analisadas, em comparação com os valores alcançados no indicador abandono, retratam tanto a vulnerabilidade das escolas estaduais, quanto o primeiro ano do ensino médio (EM) como sendo determinante para a continuidade dos alunos. É no ano inicial do EM que há maior reprovação e percentuais mais elevados de abandono. O gráfico revela uma tendência

GRÁFICO 24
DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DO TERRITÓRIO – EM 2016



Fonte: QEDU (2017).

GRÁFICO 25
TAXA DE REPROVAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS – EM 2016



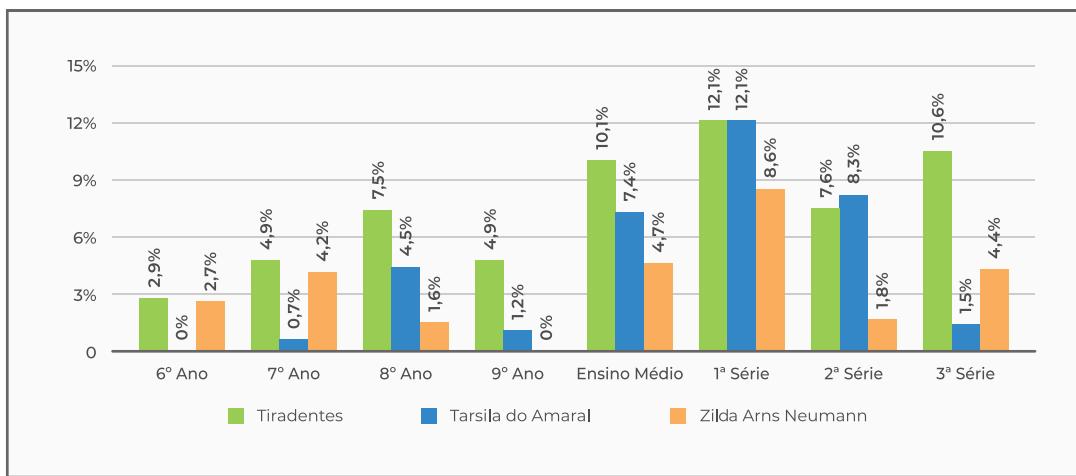
Fonte: INEP (2016).

de reprovação significativa no 1º ano do ensino médio, o que demanda solução estratégica. Demonstra, ainda, assimetria entre as Escolas presentes no território, com a Tarsila do Amaral, sediada na Roseira de São Sebastião tendo melhores indicadores que os dois colégios da Borda do Campo, repetindo o padrão assimétrico de desempenho entre os bairros.

c) Abandono

As maiores taxas de abandono concentram-se sobretudo nos anos finais. É calculada a partir do percentual de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar (fonte primária das informações sobre esta matéria). Verificam-se dois fenômenos preocupantes neste segmento, por um lado taxas elevadas no primeiro ano do ensino médio, com valores entre 12% e 8%, e as taxas mais elevadas quer seja nas séries do Ensino Fundamental, quer seja nas séries do ensino médio atribuídas a mesma escola, nomeadamente a Escola Tiradentes.

GRÁFICO 26
TAXA DE ABANDONO NOS COLÉGIOS ESTADUAIS – EM 2016



Fonte: INEP (2016).

As taxas de abandono encontradas no ensino médio são significativas em todas as escolas pesquisadas. Particularmente no caso da Escola Tarsila do Amaral e Tiradentes, os percentuais da primeira série do EM são na ordem dos 12% e da segunda série os percentuais são de 8,3 e 7,6 respectivamente. Enquanto a Escola Zilda Arns apresenta um total de 8,6% de taxa de abandono para a primeira série. Em relação às taxas identificadas para o terceiro ano do Ensino Médio a Escola Tiradentes novamente apresenta percentuais de 10,6%, bastante superiores em relação aos percentuais das escolas Tarsila e Zilda Arns.

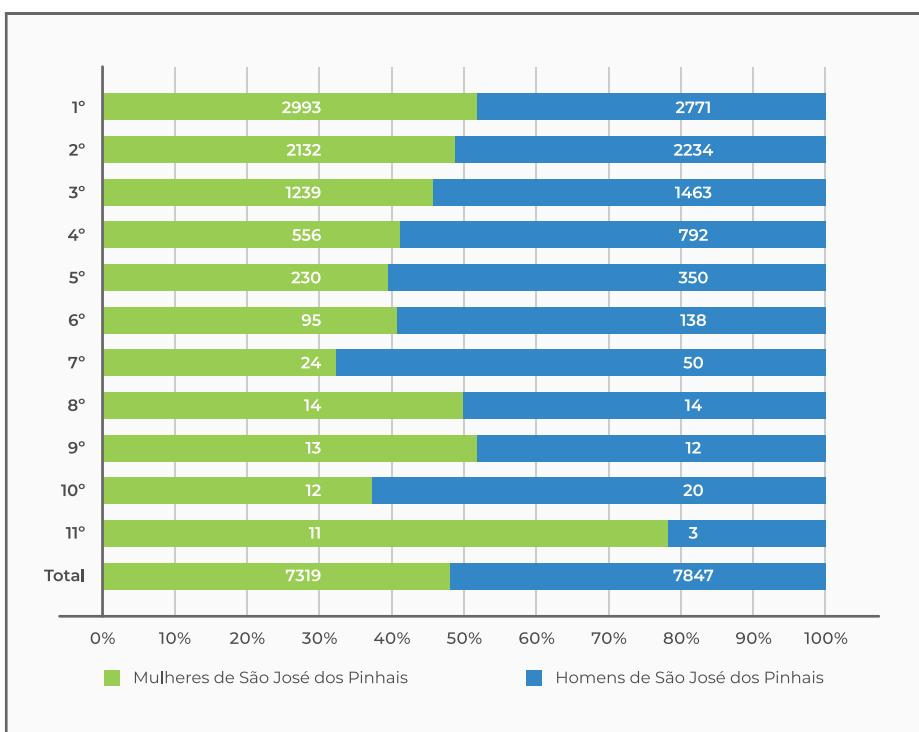
O padrão se repete aqui, com o colégio da Roseira de São Sebastião tendo desempenho razoável, o Zilda Arns da Borda do Campo possui as menores taxas de abandono, já o Tiradentes, também na Borda do Campo, tem altas taxas de abandono e é provavelmente a escola com maiores dificuldades em todo o território e a que mais necessita de intervenções.

Em relação à Escola/formação escolar, é importante ponderar que a maioria dos adolescentes e jovens sabe formular suas aspirações e possui capacidade de identificar e atribuir valor e prestígio diferenciado às profissões mais valorizadas nas sociedades contemporâneas. É, portanto, prematuro supor que a juventude pobre e em situação de vulnerabilidade social está menos propensa a frequentar a escola, ou possui menor senso de dever profissional, em relação aos seus pares da classe média. A esse respeito, autores como Foucault (1987) e Bourdieu (2007) afirmam que é preciso considerar manifestações de recusa às relações de poder-saber que, por meio da aprendizagem de profissões subalternas,

mantêm a distribuição desigual de capital cultural e persistem reproduzindo a existência de uma ordem econômica e sociocultural elitista, injusta e excludente. Nesse sentido, investir em educação de qualidade, integrada a outras políticas públicas, contribui para o desenvolvimento sustentável.

A realidade das infâncias e juventudes precisa ser analisada considerando a desigualdade em suas expressões de classe, gênero, raça e etnia, e os impactos no processo de aumento do grau de vulnerabilidade das famílias. O Gráfico 27 ilustra a defasagem escolar das famílias cadastradas no Cadastro Único para acesso aos programas sociais, considerando a variável gênero.

GRÁFICO 27
NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSERIDOS NO CADASTRO ÚNICO
COM DEFASAGEM ESCOLAR DAS NO MUNICÍPIO POR GÊNERO

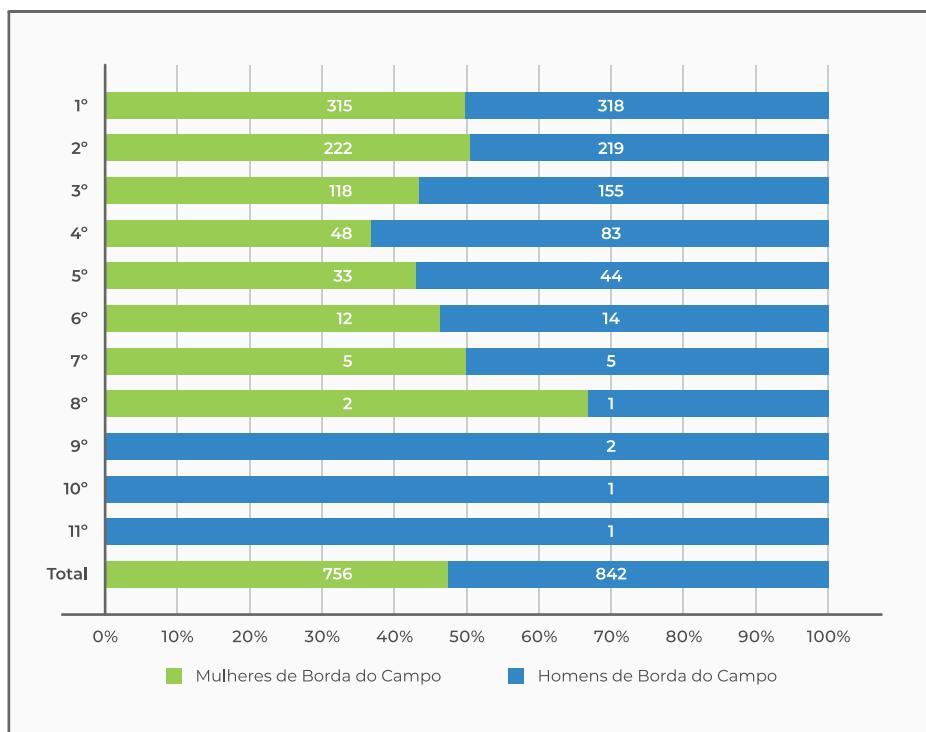


Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Os dados revelam uma dificuldade maior em pessoas e famílias vulneráveis acessarem e permanecerem na educação. A defasagem nos primeiros anos do Ensino Fundamental impacta diretamente na escolarização, no acesso ao nível médio e superior, portanto, na ascensão social das famílias vulneráveis.

Observa-se uma defasagem maior no sexo masculino e nos primeiros anos do ensino fundamental, como pode ser visto abaixo.

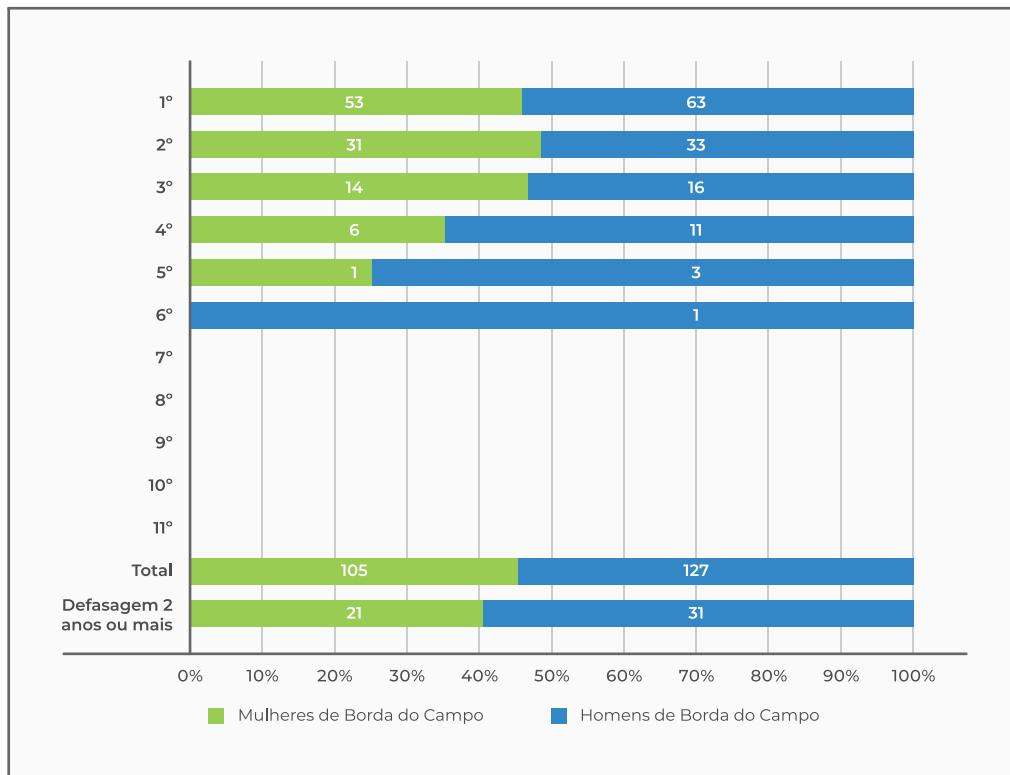
GRÁFICO 28
NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSERIDOS NO CADASTRO ÚNICO
COM DEFASAGEM ESCOLAR NA BORDA DO CAMPO POR GÊNERO



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Com relação à defasagem escolar da população inserida no Cadastro Único residente no Borda do Campo, observa-se que não existe uma diferença significativa considerando a variável gênero. No entanto, a distorção idade-série assume dimensões significativas nos primeiros anos do Ensino Fundamental, assim como no último ano do ensino médio, aspectos que justificam uma focalização maior para redução da disparidade entre idade e série, tanto nos primeiros anos do Fundamental como no Ensino Médio.

GRÁFICO 29
**NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSERIDOS NO CADASTRO ÚNICO COM DEFASAGEM
ESCOLAR NA ROSEIRA DE SÃO SEBASTIÃO POR GÊNERO**



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

d) Educação infantil

Não por acaso, em 2016, o decreto da Lei nº 13.257, em 08 de março de 2016, situa a primeira infância como prioridade absoluta no que signifique atenção às suas especificidades. Os mais variados estudos comprovam que o investimento nesta fase da vida e a atenção às suas particularidades representa retornos justos e saudáveis para a sociedade do ponto de vista social, cultural e econômico. A educação, por sua vez, é uma das áreas prioritárias para as políticas públicas de atendimento à essa população. Para além da educação infantil, se tem ainda a saúde, a alimentação e a nutrição, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma

de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

A primeira etapa da educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental), também designada como Educação Infantil, corresponde ao atendimento educacional para crianças de 0 a 5 anos, sendo os três primeiros anos de frequência em creche e dos quatro e cinco anos em pré-escola.

Importante destacar que, nesta etapa do percurso educacional, o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, assim como ações de complementariedade na atenção às famílias, deve ser o objetivo central da

educação infantil. Práticas pedagógicas adequadas para essa faixa etária devem ser incorporadas no cotidiano das crianças, incluindo capacidade e habilidades dos profissionais em concordância com os requisitos exigidos, além da participação das crianças nestes processos. Cabe ao Estado, nesse sentido, assegurar o atendimento das crianças da educação infantil de zero a cinco anos de idade.

Não obstante, segundo os dados do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA, ainda que a confiabilidade da informação é parcial dada as dificuldades técnicas no preenchimento, subnotificações e inconsistência das informações, dos dados levantados em 2017, 699 registos ao todo, 359 deles dizem respeito a denúncias pela ausência de educação infantil ou impedimento de acesso, mais de 51% do total de direitos violados. Para além das questões relacionadas ao acesso à educação infantil nos bairros diagnosticados, é evidente que a qualidade das escolas nem sempre tem sido considerada, dada as fragilidades encontradas no que significa: a formação dos professores, as condições de infraestrutura e equipamentos.

e) Perfil de Crianças e Adolescentes do Cadastro Único

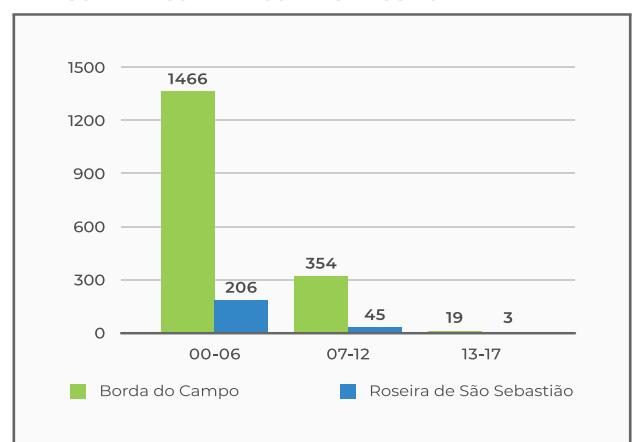
Ao considerar a multiplicidade de questões, suas complexidades no nível territorial e, sobretudo a dificuldade de acesso aos dados organizados, o diagnóstico ampliou o segmento populacional analisado e, como estratégia, mapeou dados referentes ao perfil das famílias inseridas no CadÚnico. Embora o Mapa Social tenha acessado os dados de todas as famílias do município, para esta seção, mapeou-se os dados específicos das famílias

que declararam residir nos bairros pesquisados. Dada a condição de vulnerabilidade social, a partida das famílias cadastradas nos programas justifica-se, preliminarmente, o fato de se encontrar neste grupo, de forma ainda mais acentuada, a desigualdade e a pobreza social das famílias. Para uma melhor apresentação das informações, subdividiu-se em três subtemas prioritários, a saber: trabalho infantil, inclusão social, frequência e defasagem escolar.

f) Frequência e defasagem escolar

Nesta subseção, possivelmente, encontramos resultados mais alarmantes no que signifique acesso aos direitos. No que signifique os casos de famílias sem escolaridade cadastradas, a soma dos bairros fornece um total de 399 indivíduos com idade entre 7 e 12 anos declarados como não sabe ler nem escrever. Um total que põe em causa tanto o acesso à educação, como também a qualidade da mesma, num contexto em que a educação básica é meta universal da política educacional. No caso

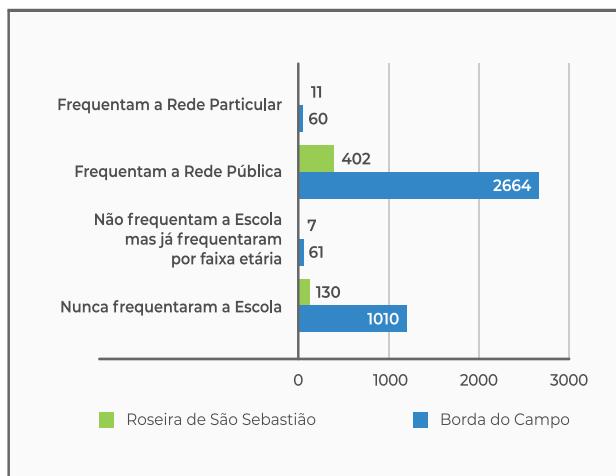
GRÁFICO 30
INDIVÍDUOS CADASTRADOS QUE NÃO SABEM LER NEM ESCRIVER COM MENOS DE 18 ANOS POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

dos adolescentes com idade entre 13 e 17 anos, os números diminuem para 22 casos, mas significa que, uma das hipóteses é que este grupo populacional não frequentou ou abandonou a escola muito antes da sua alfabetização inicial.

GRÁFICO 31
INDIVÍDUOS CADASTRADOS COM MENOS DE 18 ANOS POR TIPO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR



Fonte: São José dos Pinhais (2017b)

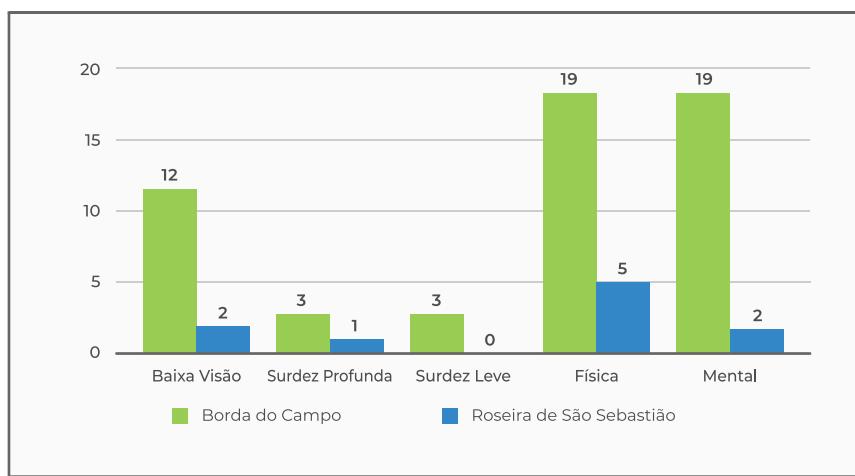
No que se refere à frequência escolar, 33 crianças e adolescentes, nunca a frequentaram, e 56 já

frequentaram, mas no período em que os dados foram coletados não frequentavam. No caso da variável *nunca frequentou*, o maior número de casos aparece na faixa etária entre 7 e 12 anos. Já a variável empírica *já frequentou, mas não atualmente*, os casos aumentam enormemente entre adolescentes de 13 a 17 anos, corroborando com a hipótese do abandono no Ensino Médio, seguindo a tendência e média nacional. Isto significa um total de 89 crianças e adolescentes fora da escola nos bairros em dados referentes ao ano de 2017.

g) Inclusão Social de crianças com deficiência

É facultado, às crianças e aos adolescentes com deficiência, o atendimento sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais e específicas de saúde. Dos bairros pesquisados, o número de crianças e adolescentes com menos de 18 anos com algum tipo de deficiência é de 66 indivíduos. As deficiências com maior prevalência referem-se sobretudo à física e mental, com um total de 38 casos em Borda do Campo e 07 casos em Roseira de São Sebastião.

GRÁFICO 32
INDIVÍDUOS CADASTRADOS COM MENOS DE 18 ANOS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA



Fonte: São José dos Pinhais (2017a; 2017b).

Os números aqui apresentados dizem respeito a um extrato da população dos bairros, e, portanto, não representam a realidade concreta, tão pouco podem ser considerados enquanto amostras. Trata-se apenas dos casos identificados no grupo beneficiado por algum programa social. Ao mesmo tempo, possibilita a focalização de políticas e iniciativas solidárias que possibilitem o acesso a um conjunto de políticas que garantam a autonomia, a convivência e o pleno desenvolvimento de pessoas com deficiência.

A concepção de inclusão baseia-se na defesa do acesso à saúde e demais políticas sociais, em igualdade de condições, tendo em vista as barreiras sociais, além das barreiras arquitetônicas. Isto implica, dentre outras exigências, o combate à discriminação, a melhoria das condições de acessibilidade, a construção de espaços mais participativos e de formação de sujeitos políticos, o acesso às políticas e programas sociais, à educação. Numa abordagem mais ampla, é o reconhecimento do potencial dessas crianças em desenvolverem-se e contribuírem com a vida em sociedade, por um lado, e, por outro, de as proteger dada a sua condição mais vulnerável do que de seus pares que não possuem deficiências. São as diferenças que devem ser visibilizadas para assegurar a sua adequada proteção social e a potencialização daquilo que as iguala para a sua não discriminação e para o fortalecimento da diversidade.

h) Trabalho infantil

Apesar de todos os esforços empreendidos em prol do combate ao trabalho infantil, sejam eles no nível de Estado, ou as ações da própria sociedade civil, ainda vigoram casos de trabalho na infância mesmo em meios urbanos. A proximidade relacional do

trabalho enquanto instrumento educativo baseado em elementos culturais, torna ainda mais difícil perceber os contornos que ele assume e as formas como acontece. Ademais, sugere-se que as análises sobre as situações de trabalho infantil demandam uma associação com o tema da pobreza infantil, enquanto problema marcante na atualidade, expressão da desigualdade social. Ou seja, pode haver uma relação interdependente entre um e outro. Observa-se que tradicionalmente os estudos sobre pobreza infantil sempre assumiram que os recursos econômicos das famílias são de igual modo distribuídos entre os seus membros, camuflando critérios diferenciadores como o gênero e a idade dos integrantes. Pesquisas mais recentes (Bastos et al., 2008) denunciam tal perspectiva e aferem justamente o quanto as crianças precisam de recursos sobre os quais não têm controle, e de necessidades que não se esgotam apenas na renda da família.

Além disso, a pobreza infantil ao incidir sobre uma população vulnerável intensifica o seu impacto no futuro, contribuindo diretamente para reprodução da própria pobreza e outras expressões da desigualdade social. Os efeitos no tempo condicionam o bem-estar das crianças e as oportunidades que possuem para romper com o ciclo da pobreza no âmbito da família. A existência de trabalho infantil, pode ser entendido como um fenômeno indicador dessa situação, pois interrompe com o acesso a direitos para mudanças e mobilidade social mais estruturais. Ao contrário, por vezes, no contexto social e cultural em que se insere, é visto como a solução econômica imediata. Mas, não é o trabalho infantil que alterará o status da pobreza infantil, ao contrário, prolongará ainda mais a sua permanência.

A partir dessas reflexões, é possível entender que mesmo que o número de casos de trabalho infantil identificados em São José dos Pinhais seja não significativo, há a necessidade de uma atenção, justamente por tais casos configurarem violação de direitos humanos. Nos bairros Borda do Campo e Roseira, foram declarados pelas famílias 04 e 02 casos respectivamente de crianças em situação de trabalho infantil segundo os dados do CadÚnico – (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017b).

Entende-se como trabalho infantil qualquer atividade exercida por crianças menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos com atenção aos parâmetros legais de aplicação. Haja vista a existência de controle e vigilância dessa situação, a maior parte dos casos não são declarados pelas famílias, ou se quer classificados como trabalho infantil, pois são incorporados na lógica de naturalização de determinadas atividades, sobretudo àquelas que ocorrem no seio das famílias.

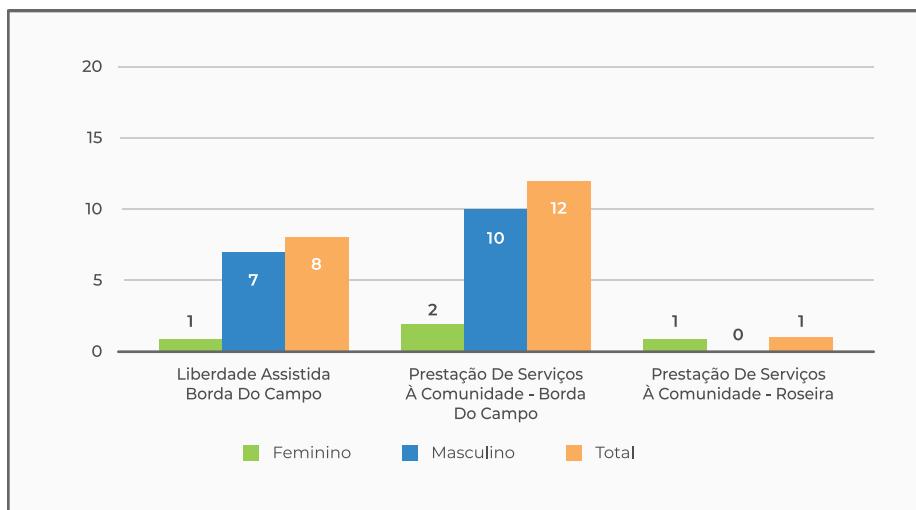
Por outro lado, a negligência deve ser entendida à luz de múltiplos fatores. A pobreza é um deles, e as obrigações do Estado não podem ser reduzidas, já que as condições de bem-estar devem ser por elas asseguradas, o que inclui o desenvolvimento de capacidade protetiva das próprias famílias e o acesso às políticas públicas.

O desemprego, a escassez de vagas na educação infantil e a falta de espaços específicos para cuidado das crianças, são alguns dos fatores que potencializam a aproximação de crianças ao mundo do trabalho. E, portanto, a perspectiva multidimensional do problema não pode ser exclusivamente a negligência e a penalização, antes disso, é verificar a totalidade dos determinantes em que se associa.

i) Adolescentes incluídos/as em medidas socioeducativas

As medidas socioeducativas referem-se à aplicação de medidas específicas e adequadas para crianças e adolescentes que cometem algum tipo de ato infracional, designado como uma conduta descrita como crime ou contravenção penal. Além disso, pode-se dizer que isto é uma designação diferenciada, que procura salvaguardar o caráter especial das medidas e do atendimento a ser prestado para essa população em conflito com a lei. Em relação aos dados coletados, foram considerados os dados disponíveis na área de Vigilância Sócio assistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. O período que se teve em conta nesta análise compreende os meses de janeiro a novembro de 2017, organizados por bairro, sexo, cor e tipo de medida aplicada.

GRÁFICO 33
ADOLESCENTES INCLUÍDOS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS POR BAIRRO, GÊNERO
E TIPO DE MEDIDA – DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2017



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Observa-se uma maior prevalência de adolescentes incluídos no programa em medidas do tipo prestação de serviços (PSC), do sexo masculino e que se autodeclararam da cor amarela. Importa ressaltar que a informação referente à declaração de cor pode revelar inconsistências, em relação aos parâmetros utilizados pelo IBGE no Censo Nacional. Ao todo, 21 adolescentes dos bairros Borda do Campo e Roseira de São Sebastião estiveram inseridos nos programas no período referido, de um total de 233 adolescentes no município.

As medidas aplicadas são subdivididas entre liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC). No relatório estadual de 2015 do Departamento de Atendimento Socioeducativo do Paraná, o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa igualmente tem-se um percentual significativo de adolescentes do sexo masculino 93,91%, o que revela a necessidade de uma especial atenção a este grupo em particular. No caso do Paraná, o grupo etário com maior número

de casos é de 17 anos (35,79%), seguido do grupo de adolescentes com 16 anos completos (26,6%).

O orçamento destinado à gestão do Sistema Socioeducativo no Paraná teve uma execução razoável em 2015, 86,7% do valor orçado; em 2016 foi executado 72,2%. No entanto, os recursos disponíveis no Fundo da Infância atingem percentuais de execução na ordem de 36,7%, segundo informações disponíveis no Relatório de Análise do Orçamento Criança no Paraná (2017). Em seção específica será tratado o tema do orçamento-criança, mas importa destacar duas questões reflexivas: a primeira que é o aumento do número de adolescentes em cumprimento de medida nos últimos dez anos, e as condições precárias de infraestrutura dos equipamentos públicos.

Em relação à violência, envolvendo o adolescente ora como vítima, ora como autor, um dos desafios aqui propostos é compreender e oferecer, a partir da realidade econômico-social e cultural do território

em que jovens e adolescentes residem, estudam e trabalham novas formas de abordagem dos direitos humanos, promovendo o imperativo da participação popular e das práticas restaurativas na mediação pacífica dos conflitos.

A hipótese aqui sugerida é que a distância entre os propósitos oficiais de solução de conflitos dirigidos aos estudantes e a expectativa que estes formulam em relação ao teor dos conflitos resulta, ao menos em parte, da ausência de espaços e pouca permeabilidade das instituições escolares (diretores, professores, os próprios estudantes, quadro administrativo e comunidade local), na promoção de mecanismos de participação, diálogo, deliberação e responsabilização, evitando adotar soluções retributivas e estigmatizantes (LIMA; SILVEIRA, 2017).

A promoção de dialógicos deliberativos no espaço escolar pode oferecer, por meio das práticas restaurativas, respostas mais eficazes e legítimas na solução e prevenção dos conflitos que ocorrem no espaço escolar. Paralelo a isso, a abertura de espaços deliberativos, no sentido de atribuir a cada adolescente e jovem o direito de escuta, voz e decisão, em relação à ocorrência de um determinado conflito, assim como a melhor forma de resolvê-lo, contribui para a produção de saberes e práticas inovadoras, as quais podem ser incorporadas e utilizadas pela própria instituição escolar como estratégia (política pública) de pacificação e promoção dos direitos humanos juvenis.

6.2 Violências territoriais e intrafamiliares

Sabe-se que o percurso da consolidação dos direitos da criança foi e tem sido complexo e repleto de tensões das mais variadas ordens. Uma delas é a falta

de consenso sobre os limites e papéis dos adultos, do Estado e a autonomia das crianças. Prevalece a cultura da tutela, quer seja pela família, quer seja pelo próprio Estado. Os direitos de provisão, aqueles destinados a garantia dos direitos fundamentais básicos como o direito à vida e à saúde, direito à educação e lazer, são, talvez, os que mais reúnem concordância social. Por outro lado, os direitos de proteção, possivelmente, são aqueles sobre os quais recaem maior atenção em tempos de acentuada desproteção social. Surgem justamente com o propósito de assegurar o respeito à integridade física e moral de crianças e adolescentes, que supõe justamente o acesso aos direitos fundamentais.

Não obstante, o cenário nacional e internacional não deixa dúvidas sobre a enorme dificuldade que as sociedades contemporâneas têm em cumprir o princípio básico do direito à vida das crianças e protegê-las das situações de maus-tratos e violência. O recente relatório global do UNICEF de 2017 dão-nos conta da morte de 1 adolescente de 10 a 19 anos a cada 7 minutos no mundo, seja por homicídio, seja por formas de violência e conflitos coletivos. No Brasil, as taxas de homicídio na adolescência além de se terem aumentado, corroboram para a ideia de que os fatores da cor e raça e sexo aumentam a probabilidade de morte e tornam essa camada da população ainda mais vulnerável. Ou seja, são os adolescentes negros do sexo masculino os mais vulneráveis nessa matemática da sobrevivência. Se a mortalidade infantil reduziu significativamente entre 1990 e 2015, de 95.938 para 37.501, segundo o relatório Homicídios na Adolescência no Brasil (UNICEF, 2017), o homicídio de adolescentes aumentou de 4.754 para 10.290. Da região sul, o Paraná é o estado com as maiores taxas de homicídio, com valores preocupantes para

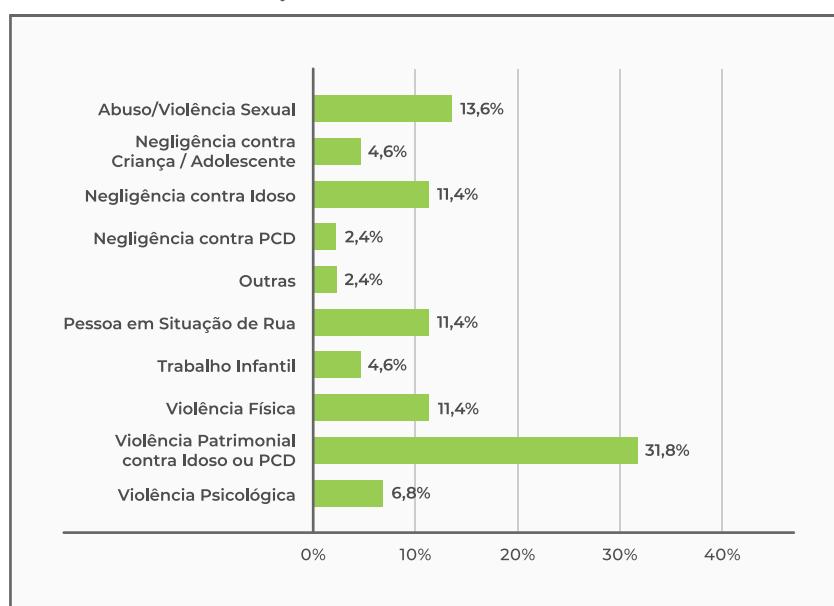
os municípios de Pinhais e Almirante Tamandaré pois ultrapassam o valor de 6 adolescentes vítimas para cada grupo de 1000 (UNICEF, 2017). São José dos Pinhais situa-se na escala intermediária com valores entre 2 a 4 adolescentes perdidos para cada grupo de 1000.

Esse extrato da violência letal na adolescência além de alarmante, os contextos em que se desenvolve tem se prevalecido, não havendo mudanças significativas ao nível das medidas de proteção e prevenção. No caso das situações de violência contra

crianças, as várias formas em que se manifesta continua a perpetuar, com especial atenção às questões da violência física e sexual.

Das notificações registradas pela rede de proteção do município, nomeadamente os registos realizados pelo CRAS em relação às pessoas de idade até 18 anos, a negligência contra crianças e adolescentes continua a ser a forma de violência com maior número de ocorrências no bairro Borda do Campo, e a violência psicológica no bairro Roseira de São Sebastião, como pode ser observado nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 34
VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA BORDA DO CAMPO – EM 2017



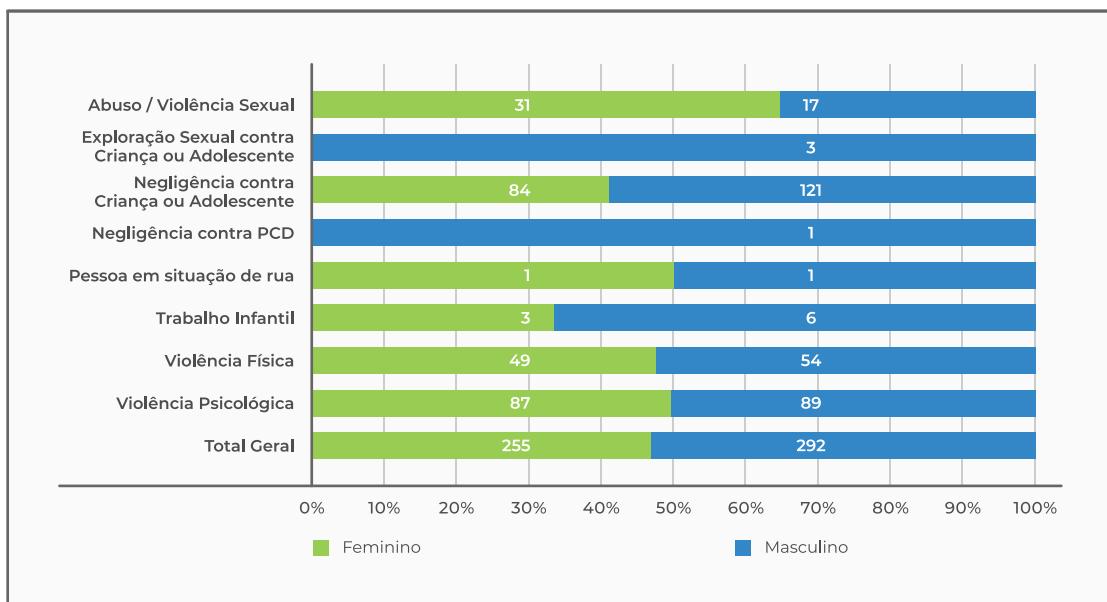
Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Importante observar, além dos casos significativos e preocupantes de violações de direitos de crianças e adolescentes, a ocorrência de situações de violência contra pessoas idosas e pessoas com deficiência, populações vulnerabilizadas por fatores como ciclo de vida e deficiência, o que possui relação com a desigualdade e discriminação.

As diferenças estatísticas mais significativas em termos de gênero encontram-se nos indivíduos do sexo feminino como as vítimas mais vulneráveis às situações de abuso/violência sexual, e o sexo masculino como aqueles que mais sofrem casos de negligência, além da tendência de maior incidência de violência urbana. No caso específico dos bairros

Borda do Campo e Roseira de São Sebastião foi possível mapear os números de ocorrência de violências ou violações registradas por sexo. Destaca-se a ocorrência significativa de violência sexual, considerando as fragilidades em redes de proteção e a realidade de subnotificação, além das situações ocorrerem com maior frequência no espaço doméstico e nas relações familiares.

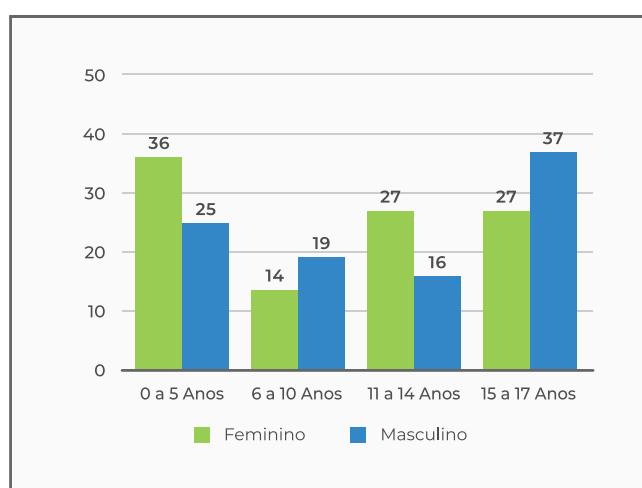
GRÁFICO 35
VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE MENORES DE 18 ANOS NO MUNICÍPIO POR GÊNERO – DE 2016 A NOVEMBRO DE 2017



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Para um melhor apuramento das violações registradas no território, para além dos registros de ocorrência do CRAS, foram coletados os dados de atendimento do Conselho Tutelar unidade Afonso Pena, responsável pelos casos localizados nos bairros Borda do Campo e Roseira. Ao todo, no ano de 2017, foram registrados 202 atendimentos a casos de violação de direitos. Deste total, cerca de 30% corresponde a violações contra crianças de 0 a 5 anos e 32% contra adolescentes de 15 a 17 anos. Também são as meninas as que mais sofrem situações de violação de direitos, pois correspondem a 52% do total de casos registrados.

GRÁFICO 36
OCORRÊNCIAS POR IDADE SEGUNDO O GÊNERO



Fonte: Conselho Tutelar de São José dos Pinhais (2017).
 Elaborado pelos autores.

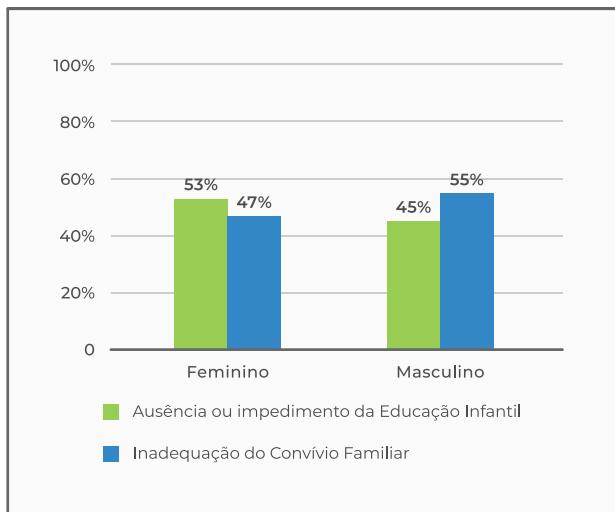
Em relação às categorias de violação sofrida, a inadequação do convívio familiar e a ausência de educação infantil ou impedimento de acesso foram aquelas que obtiveram o maior número de casos atribuídos, totalizando 56 atendimentos. Em terceiro lugar aparece a violência sexual – abuso, com 15 atendimentos registrados. Importa assinalar que embora se verifique a dispersão de ocorrências entre as categorias de violação, as situações relacionadas a educação infantil, convívio familiar e negligência, violência física e sexual, além da submissão de crianças e adolescentes a atividades ilícitas configuraram 64% do total de violências registradas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 6 – Categorias de Violações Sofridas

CATEGORIA	QUANTIDADE
Ausência de Educação Infantil ou impedimento de acesso	28
Inadequação do convívio familiar	28
Violência sexual – abuso	15
Prejuízo a vida e saúde por ação ou por omissão	13
Guarda Provisória – orientação	12
Violações a dignidade/ Negligência familiar	12
Violência física	11
Submissão de crianças ou adolescentes a atividades ilícitas ou contravenções sociais	10
Denúncia	8
Guarda	8
Documentação	7
Acompanhamento Poder Judiciário	6
Atos atentatórios ao direito a Educação	5
Inexistência de Ensino Fundamental ou dificuldade no acesso	5
Denúncia infundada	5
Inexistência de Ensino Médio ou dificuldade no acesso	4
Uso e abuso de drogas	4
Falta de condições educacionais adequadas	3
Registro Civil – falta de acesso	3
Apoio específico	2
Ato infracional	2
Privação ou dificuldade de convívio familiar	2
Atendimento inadequado em saúde	1
Atos atentatórios a vida e a saúde	1
Atos atentatórios ao exercício da cidadania	1
Impedimento de permanência do sistema escolar	1
Informações	1
Não atendimento em saúde	1
Notificação obrigatória hospital e maternidade	1
Situação de rua (adolescente)	1
Violência psicológica	1

Fonte: Conselho Tutelar de São José dos Pinhais (2017).

GRÁFICO 37
CATEGORIAS DE VIOLAÇÃO SOFRIDA COM MAIOR FREQUÊNCIA POR GÊNERO – 2017



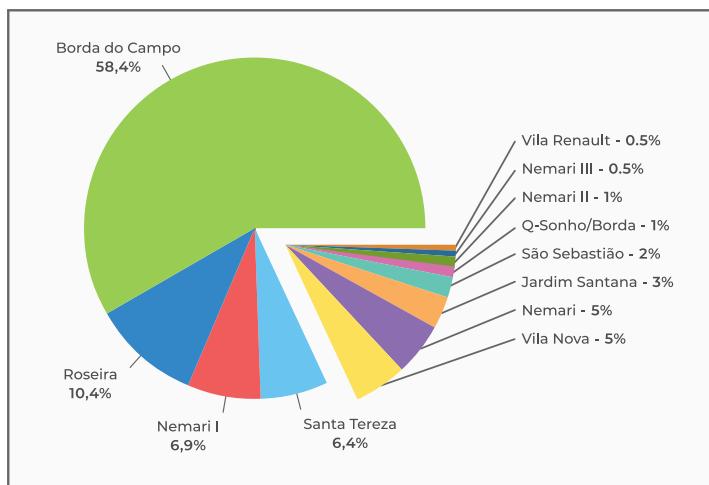
Fonte: Conselho Tutelar de São José dos Pinhais (2017).

As meninas, também nas violações com maior incidência, representam o grupo social mais afetado, com 64% do total apresentado. A inadequação do convívio familiar é uma categoria composta, sobretudo, por situações designadas nos registros de atendimento por conflito familiar e denúncias da presença na família de adulto e ou responsável usuário de substâncias psicoativas.

Em relação ao agente violador, os dados obtidos junto ao Conselho Tutelar revelam simultaneamente a diversidade de agentes e a dispersão dos dados. Pode-se identificar enquanto responsáveis pela ação indivíduos membros da família ou próximos, e ou instituições quer seja do setor público, quer seja do segmento privado. O agente violador com maior número de casos associado é a categoria pessoa física, que face ao método de preenchimento adotado não foi possível precisar o papel social que assume. No entanto, como agente violador 1, são aos pais que são atribuídos a responsabilidade pelo maior número de casos de violação, com um total de 26, seguido da família com 16 casos associados.

A distribuição dos casos de violação pelos territórios estudados assume a seguinte configuração: evidência de uma maior concentração de situações no bairro Borda do Campo, que abrange diferentes loteamentos e valores significativos nos loteamentos Nemari I, e bairro Roseira. Face ao método de normalização dos nomes dos bairros e loteamentos, eventualmente, poderão ser encontradas distintas designações para regiões iguais.

GRÁFICO 38
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS OCORRÊNCIAS POR SUB-REGIÃO DO TERRITÓRIO



Fonte: Conselho Tutelar Afonso Pena de São José dos Pinhais (2017).

Corroborando com os resultados encontrados no tratamento da informação direta do Conselho, as notificações registradas no Sistema de Informação para a Infância (SIPIA), revelam dados que apontam a violação do direito à educação, nomeadamente o acesso à educação infantil. Não obstante, tanto os dados diretamente coletados quanto o Sistema SIPIA não atendem a todos os critérios de confiabilidade, isso porque o processo local de registro dos dados ainda é frágil e sem a devida infraestrutura técnica. No período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018 foram registradas nas sedes dos Conselhos Tutelares³ do município de São José dos Pinhais 693 violações. Deste total, 536 foram cometidas contra crianças, e sobretudo no que se refere à violação do direito à educação, cultura, esporte e lazer. Na tentativa de melhor apurar o que compõe este direito violado, no sistema identificou-se um total de 359 registos referentes à ausência de educação infantil ou impedimento de acesso. Em segundo lugar, 40 casos dizem respeito à inexistência de Ensino Fundamental ou dificuldade no acesso.

6.3 Gênero e Raça

As desigualdades sociais, de gênero e raça/etnia resultam do processo sócio histórico de constituição

das sociedades, baseadas numa estrutura patriarcal, e de reprodução de papéis sociais de gênero nas sociedades. Os territórios mais vulneráveis, numa perspectiva social, acirram mais as desigualdades entre homens e mulheres, com especial recorte para a questão racial.

As desigualdades de gênero se materializam de diversas formas, sendo algumas delas: violência no âmbito doméstico e familiar; feminização da pobreza; desigualdade salarial, ocupações formais e informais, funções sociais atribuídas, entre outras. Portanto, é necessário apontar no Mapa Social alguns dados preliminares sobre as desigualdades de gênero e raça no território estudado.

Abaixo seguem dois indicadores da Região Sul, que podem ser comparados, mais adiante, com a realidade local do território estudado.

Tabela 7 – População Economicamente Ativa de 16 anos ou mais por sexo, cor/raça na Região Sul em – em 2015

MULHERES		HOMENS	
Brancas	5.555.141	Brancos	6.622.546
Negras	1.485.604	Negros	2.137.363

Fonte: IPEA (2016).

Tabela 8 – Taxa de Participação de 16 anos ou mais por sexo, cor/raça e situação de pobreza na Região Sul – em 2015

TAXA	HOMENS BRANCOS	HOMENS NEGROS	MULHERES BRANCAS	MULHERES NEGROS
Extremamente pobres	60,8%	53,6%	35,3%	44,0%
Pobres	78,0%	73,0%	49,4%	57,9%
Vulneráveis	71,0%	75,5%	48,2%	53,1%
Não pobres	81,4%	85,1%	64,3%	67,4%

Fonte: IPEA (2016).

³ O município de São José dos Pinhais possui em funcionamento dois Conselhos Tutelares. O Conselho responsável pelo atendimento dos bairros tomados em análise neste diagnóstico é aquele designado por Conselho Afonso Pena.

O retrato preocupante da realidade da população que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Segundo o Relatório das Desigualdades: Raça, Gênero e Classe, da UERJ, em 2015 os dados de pessoas sem instrução autodeclaradas brancas são de 4%, enquanto para negras é de 9%. No que diz respeito a ter o Ensino Superior completo, a proporção é de 19% para pessoas brancas e 7% para negras. Faixas de renda familiar *per capita* também apresentam disparidades que revelam desigualdade de renda associada.

Há relações evidentes também entre desigualdades de gênero e raça. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (2016a), relativa ao período de 1995 a 2015, comprova que a desigualdade de gênero é histórica e agravada pela questão racial. De acordo com a pesquisa, mulheres recebem em média 30% a menos que homens no mercado de trabalho e a renda mensal média de uma mulher negra não chega a 40% da renda dos homens brancos, por exemplo. A Pnad aponta a precarização das atividades desenvolvidas por trabalhadoras negras: 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%).

Outros índices comprovam a grave situação de violência a que estão expostas as mulheres negras. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) 2017 da Unesco, mulheres negras entre 15 e 29 anos tem 2,2 mais chances de serem assassinadas no Brasil do que uma mulher branca da mesma idade. O Paraná é o 19º no ranking de homicídios de mulheres, segundo o Mapa da Violência 2015. O Mapa também aponta que de 2003 a 2013, no Paraná, houve aumento no homicídio de mulheres,

sendo das brancas 14,4 e das negras 22,9. Inclusive convém ressaltar que o Paraná ocupada o 24º lugar no ranking de homicídios de mulheres negras, revelando um dado importante se considerarmos que 67,6% da população paranaense é branca (7,59 milhões), sendo que a população negra e parda corresponde a 31,1% (372 mil e 3.123, respectivamente) (PNAD Contínua, IBGE, 2016a).

O Mapa da Violência contra às Mulheres de 2015 não inclui São José dos Pinhais entre as 100 cidades com maiores taxas de homicídios de mulheres, mas várias cidades da região metropolitana de Curitiba estão na faixa de 14 a 12 homicídios por 100 mil mulheres. Os dados do Mapa da Violência contra às Mulheres de 2015 sobre São José dos Pinhais dão conta que:

Tabela 9 – Homicídio de Mulheres em São José dos Pinhais

INDICADOR	VALOR
Homicídios de mulheres em 2009	20
Homicídios de mulheres em 2010	13
Homicídios de mulheres em 2011	11
Homicídios de mulheres em 2012	10
Homicídios de mulheres em 2013	5
Taxa de homicídio de mulheres média (por 100 mil mulheres)	8,7
Posição entre os municípios do Brasil	184º

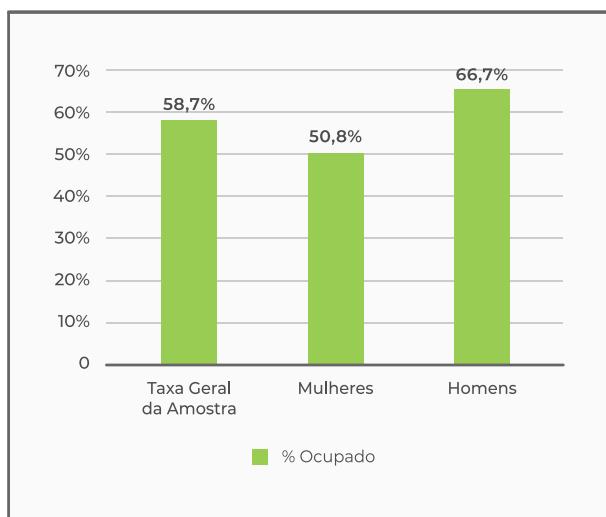
Fonte: Waiselfisz (2015).

O estado do Paraná tem índices relativamente elevados de violência contra a mulher, mas as formas de visibilidade e atuação em rede ainda são frágeis. A Secretaria de Segurança Pública do Estado não possui dados específicos sobre gênero quanto aos crimes, e seu relatório só inclui dados em nível de município.

A desigualdade de renda e as oportunidades de acesso ao mundo do trabalho são parcialmente

identificada no Mapa Social. Observa-se, entretanto, uma taxa de ocupação maior dos homens em relação às mulheres como apresentado abaixo.

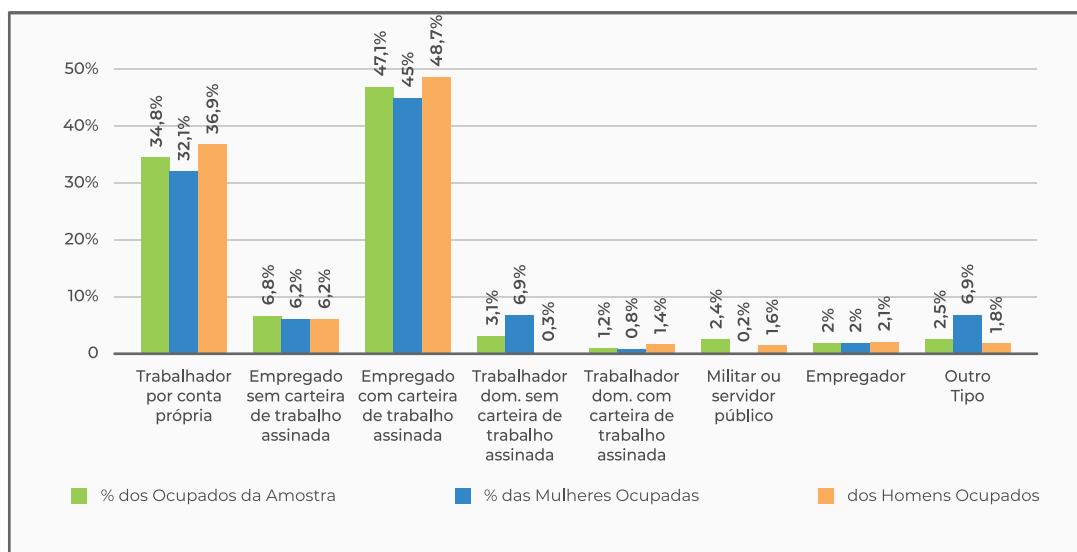
GRÁFICO 39
TAXA DE OCUPAÇÃO E GÊNERO – EM % DOS INDIVÍDUOS COM 14 ANOS OU MAIS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Individual (2017).

Constata-se que os homens possuem uma relativa vantagem quanto ao emprego com carteira assinada.

GRÁFICO 40
OCUPAÇÃO PRINCIPAL POR GÊNERO – EM % DOS OCUPADOS DESSE GÊNERO COM 14 ANOS OU MAIS

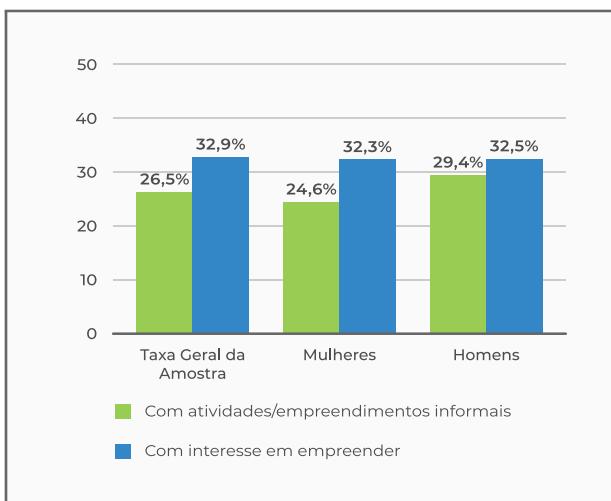


Fonte: Mapa Social – Pesquisa Individual (2016).

Os aspectos da baixa ocupação das mulheres em relação aos homens, e de sua inserção majoritária em serviços informais, sem estabilidade e segurança mantêm as mulheres nos ciclos de violência doméstica e familiar. É preciso considerar a autonomia econômica como um dos principais fatores para a superação da situação de violência e, neste sentido, potencializar projetos que assegurem o acesso das mulheres em trabalhos formais e com rendimentos igualitários aos dos homens podem contribuem para a baixa nos índices de violência contra as mulheres e nos índices de desigual distribuição salarial entre os gêneros.

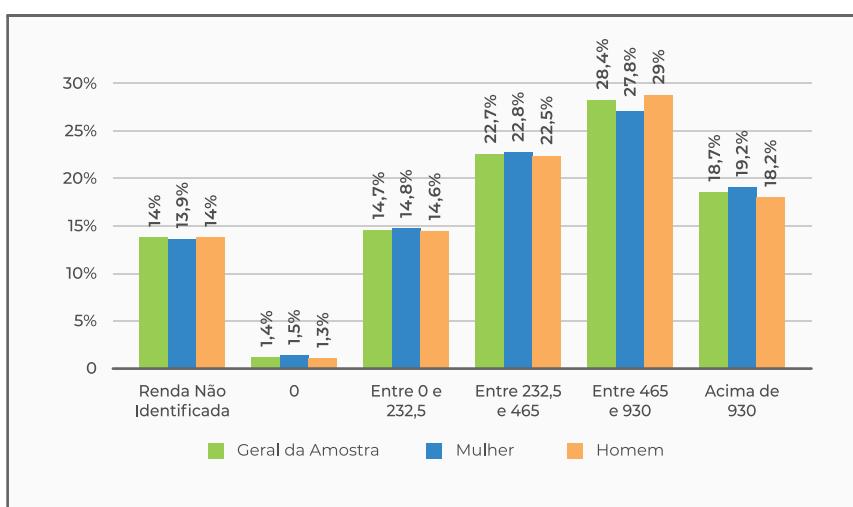
Neste sentido, foi possível identificar possibilidades no território, já que em relação à vontade de empreender as mulheres apresentam maior interesse, como representado ao lado:

GRÁFICO 41
TAXA DE ATIVIDADES/EMPREENDIMENTOS INFORMAIS E VONTADE DE EMPREENDER POR GÊNERO – EM % DOS INDIVÍDUOS COM 14 ANOS OU MAIS



Em relação ao indicador renda e gênero, destaca-se que o Mapa não identificou diferenças significativas, como a seguir:

GRÁFICO 42
GÊNERO E RENDA PER CAPITA – EM % DOS INDIVÍDUOS DESSE GÊNERO



Ainda assim, a tendências dos territórios é a presença de relações desiguais em várias dimensões. Como os territórios analisados revelam trabalhos e vínculos precarizados, é possível que se justifique esta homogeneização.

A redução do racismo e da desigualdade de gênero depende, centralmente, de reformas e políticas públicas que permitam a redução efetiva da desigualdade étnico-racial, de gênero e social. Do mesmo modo, as iniciativas da sociedade civil e solidárias podem contribuir de modo significativo para a construção de sociedades e comunidades mais humanas, com respeito e valorização da diversidade.

6.4 Renda, Profissionalização e Trabalho

Em face de uma conjuntura econômica, política e sociocultural caracterizada pela persistência da desigualdade, exclusão e violência às quais, muitas vezes, perpassam e se inserem no cotidiano da escola, a realização de pesquisa de campo voltada à compreender o modo de ser, pensar e agir dos jovens estudantes, contribui para que as instituições educacionais possam utilizar os resultados de tais estudos nos processos de formulação e execução de políticas públicas educacionais mais eficazes e legítimos de solução e prevenção pacífica dos conflitos no interior das escolas.

Ao enfatizar o caráter mais empírico que analítico da realização do Mapa social do Borda do Campo e Roseira, diagnóstico realizado por especialistas e estudantes de diferentes áreas do conhecimento da PUCPR, é importante destacar os problemas que emergiram na realidade local e, ao mesmo tempo, enfatizar iniciativas que contribuem para superar desigualdades e violências, incluindo as que afetam os adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, os quais

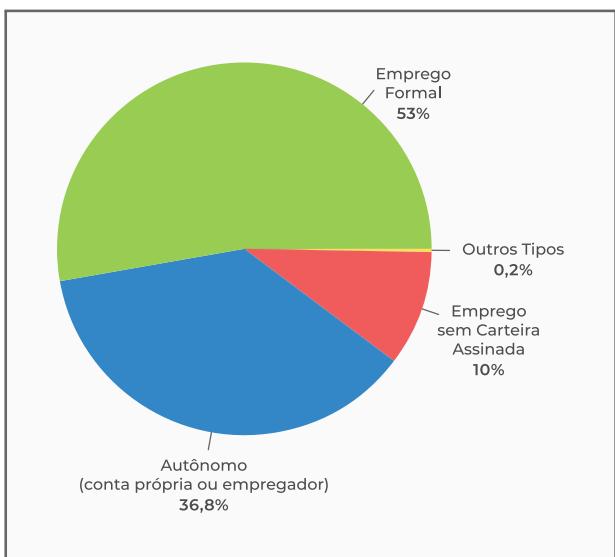
representam quase 27% do total da população que reside nos bairros pesquisados.

Dentre os diferentes problemas que compõem o resultado da pesquisa domiciliar nos bairros Borda do Campo e Roseira, com a participação de 870 domicílios que abrigam 2.973 pessoas, incluindo o percentual de 26,6% jovens de 15 a 29 anos, é importante ressaltar a distribuição das pessoas em relação ao trabalho e distribuição da renda.

Em relação aos problemas que mais preocupam a população local, os setores de saúde e segurança representam mais de 60% das reclamações. Antes, porém, de discutir e pensar em alternativas político-institucionais de enfretamento e inversão deste quadro, principalmente, no que diz respeito aos desafios de participação, melhoria da qualidade de ensino e inclusão da juventude no mercado de trabalho, é preciso observar alguns perfis da população economicamente ativa no território. A esse respeito, os dados apontam que 53% das pessoas em idade econômica ativa (18 a 64 anos) possui trabalho com carteira assinada e mais de 40% trabalham por conta própria ou sem carteira assinada, sendo que a taxa de indivíduos ocupados com carteira assinada é de 27,6%. O restante da população está sem emprego e/ou à procura de trabalho.

A questão do trabalho, em especial da possibilidade de os jovens terem acesso ao emprego formal decente, é um desafio político, social e institucional urgente que demanda a promoção de políticas públicas capazes de equacionar esse grave problema urbano que, do ponto de vista da insegurança urbana, vem provocando mudanças sem precedentes em relação à ocupação do território e ao comportamento individual e coletivo das pessoas.

GRÁFICO 43
TIPO DE RELAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS OCUPADOS

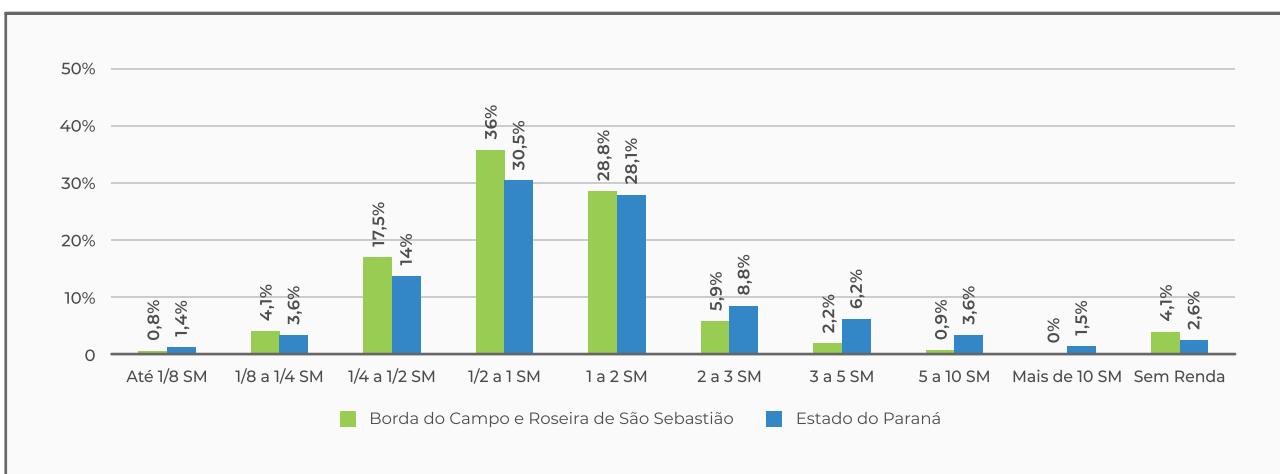


Fonte: Mapa Social – Pesquisa Individual (2017).

Quanto ao trabalho informal, há percepção da comunidade que a informalidade não é uma escolha, mas uma necessidade derivada de fatores estruturais de desemprego, informatização da produção e tendências de informalização do mercado de trabalho, afetando especialmente a juventude. Quanto às empresas instaladas na região, identificou-se reclamações quanto à empregabilidade da mão de obra disponível na própria região. Outro ponto diz respeito à falta de uma política que facilite o acesso estágios e a busca do primeiro emprego.

Para além dos dados de ocupação formal/informal das pessoas é interessante observar a distribuição da renda média familiar dos Bairros Borda do Campo e Roseira com o rendimento domiciliar médio do Estado do Paraná.

GRÁFICO 44
RENDA PER CAPITA DOMICILIAR NO TERRITÓRIO E NO ESTADO DO PARANÁ – EM % DOS INDIVÍDUOS EM 2010



Fonte: IBGE (2010).

Os dados mostram que os bairros da Borda do Campo e Roseira possuem uma população de trabalhadores/as cuja maioria absoluta (94,2%) aufera renda *per capita* domiciliar de até 3 salários mínimos. O rendimento das pessoas e famílias está, em grande medida, relacionado à ocupação de empregos que exigem pouca qualificação e baixa remuneração. Em relação aos jovens de 15 a 29 anos, o dilema do emprego precarizado contrasta com o advento da sociedade de consumo. Por esse motivo, muitos jovens preferem “cortar caminho” e trilhar o sonho de ganhar dinheiro à curto prazo na ilegalidade. Em muitas situações, ele recusa

o trabalho legal que paga menos e prefere enfrentar o risco do trabalho ilegal oferecido pela indústria de controle do crime. Seja como for, a realidade juvenil urbana mostra que não é possível abstrair o valor do trabalho desprezando a importância hierárquica que a sociedade e seu respectivo modo de produção atribuem às profissões, em especial diante de uma juventude seduzida a ver no consumo um poderoso mecanismo de distinção social. Tampouco, é plausível dar crédito acadêmico às explicações que vinculam a perda de interesse e afeição pelo trabalho ao espírito hedonista da juventude contemporânea. Violência/tráfico de droga. Isso tudo é percebido com sério problema que gera insegurança e medo. Há sentimento não desprezível, entre a população, de considerar o tráfico de drogas como uma opção de vida entre muitos adolescentes e jovens que moram no bairro, realidade que os coloca em risco social. Ao mesmo tempo, há um sentimento de desconfiança da capacidade do Estado/polícia reverter a indústria de controle do crime.

A intensificação dos processos de reestruturação produtiva, informatização da produção e hegemonia cultural centrada na sociedade de consumo acirrou a concorrência meritocrática e impôs, aos adolescentes e jovens, o imperativo da formação e

qualificação permanentes, como forma de garantir o acesso às profissões que prometem maior ganho e prestígio social (Bourdieu, 2007). Em face deste quadro, o que está em jogo não é, por certo, buscar explicações acadêmicas que se esforçam para mostrar os motivos que levam muitos adolescentes e jovens a perfilarem o mundo da ilegalidade e se submeterem às situações de risco e conflito.

É importante aqui demonstrar qual parcela da juventude tende obter seletivamente os melhores empregos e salários e qual a fração de adolescentes e de jovens que, diante de uma série de obstáculos socioeconômicos e educacionais, dificilmente conseguirão realizar o sonho de ter uma profissão que simbolize prestígio, poder e reconhecimento social. Realidade que pode ser alterada com investimento sociais por meio de políticas públicas e iniciativas solidárias.

Outros indicadores também contribuem para a vulnerabilidade territorial. A análise, por exemplo, dos indicadores de saúde como expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e taxa de gravidez na adolescência revelam, ainda que com pouca variação, maior vulnerabilidade, vinculadas, especialmente, às condições e qualidade de vida.

Tabela 10 – Indicadores de Saúde do território

INDICADORES	TERRITÓRIO	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Expectativa de vida ao nascer (em anos)	73,87	76,53
Mortalidade infantil (cada mil nascidos vivos)	14,36	10,6
Taxa de gravidez na adolescência (10 a 17 anos)	2,77%	3,07%

Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010) e São José dos Pinhais (2017c).

Ainda que as disparidades nos indicadores não sejam significativas, é importante observar que o território pesquisado possui vulnerabilidades diversas. Por isso a análise dos fatores sociais e econômicos como significativos para a reprodução da desigualdade e vulnerabilidade, assim como potenciais transformadores da realidade analisada.

6.5 Acesso e qualidade da saúde

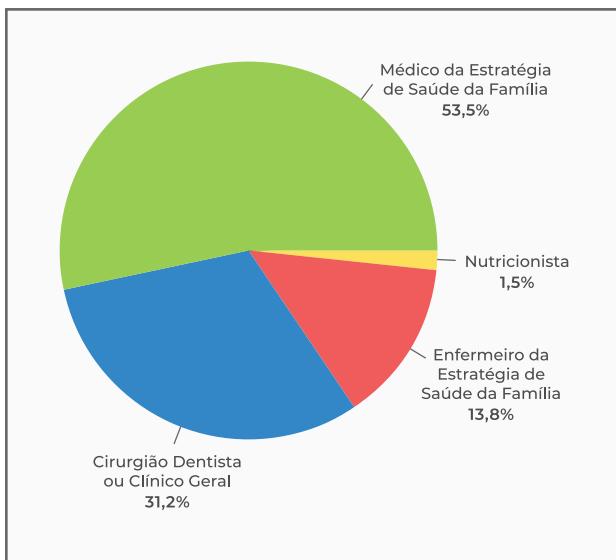
As demandas por saúde se destacaram no mapa social, tanto na pesquisa domiciliar, quanto na qualitativa que buscou apreender as percepções, identificar problemas e potencialidades.

O tempo médio de espera para atendimento nas Unidades de Saúde no território pesquisado tem sido de 73 minutos (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017), demonstrando uma fragilidade na atenção básica e um desafio para o poder público.

Grande parte dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde do município são executados pela estratégia de saúde da família, com maior atendimento realizado por médico, seguidos de dentistas, enfermeiros e por último, com apenas 1,5%, nutricionistas, conforme representação gráfica abaixo.

Na pesquisa domiciliar a saúde comparece como sendo o principal problema do território, chegando a 43,7%, como pode ser observado na representação gráfica.

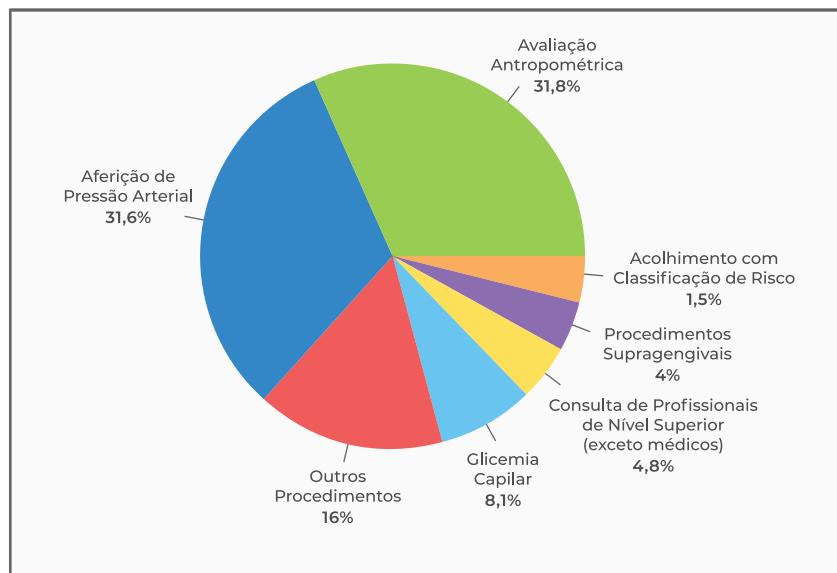
GRÁFICO 45
ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA LOCAL – JANEIRO A NOVEMBRO DE 2017



Fonte: São José dos Pinhais (2017c).

Com relação aos procedimentos realizados destaca-se a aferição de pressão arterial e a avaliação antropométrica (tamanho, forma e composição do corpo), conforme a seguir.

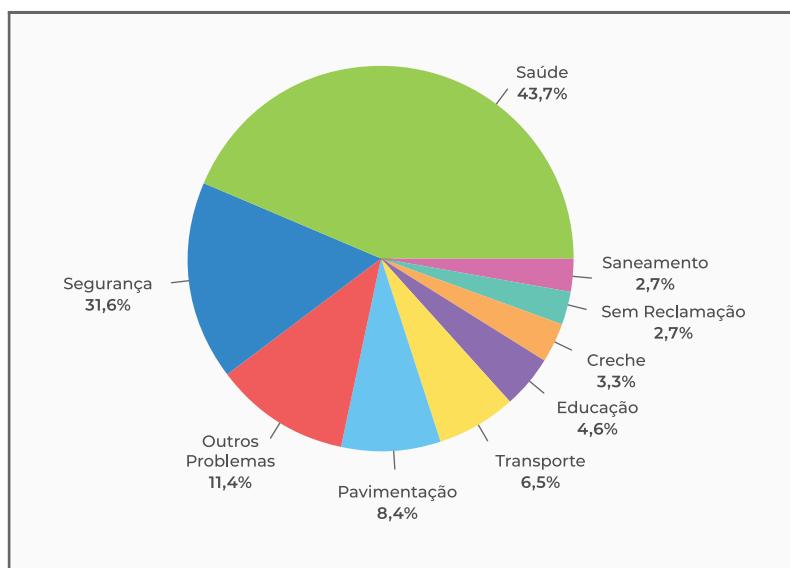
GRÁFICO 46
PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UBS LOCAL – EM % DOS PROCEDIMENTOS



Fonte: Saúde Transparente (2017).

Na aplicação do questionário era possível indicar mais de um problema. No conjunto de problemas a saúde, portanto, comparece de modo significativo.

GRÁFICO 47
SAÚDE COMO PRINCIPAL PROBLEMA – EM % DAS RECLAMAÇÕES



Fonte: Mapa Social - Pesquisa Domiciliar (2017).

6.6 Vulnerabilidade e acesso à Assistência Social

O município de São José apresenta baixa vulnerabilidade social em relação a outros municípios do Paraná. Entretanto, comparecem territórios com concentração de pobreza. Dados extraídos do CadÚnico confirmam tal realidade de maior vulnerabilidade relacionada à capacidade de renda das famílias. Observa-se uma taxa de 38,9% de

pobreza cadastradas nos programas sociais, o que potencializa, pelo acompanhamento social e acesso aos serviços públicos, a redução da vulnerabilidade social. Entretanto, considera-se baixa a inserção de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, totalizando 27,3%, o que pode estar relacionado aos critérios de acesso em relação às expansões federais e à capacidade do município em realizar busca ativa e inserção das famílias vulneráveis.

Tabela 11 – Pobreza, inserção e cobertura no Cadastro Único no território

TAXA	VALOR
Taxa de pobreza (% das famílias da amostra com renda per capita menor que R\$ 435 mensais)	38,9%
Taxa de famílias cadastradas no Cadastro Único (priorizadas em programas sociais) – em % das famílias do território	67,8%
Taxa de famílias cadastradas e atendidas pelo Programa Bolsa Família em % das famílias cadastradas	27,3%

Fonte: Mapa Social - Pesquisa Domiciliar (2017) e São José dos Pinhais (2017b).

O acesso das famílias cadastradas na política de assistência social, especialmente aquelas que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, assim como famílias com histórico de risco social, é fundamental para a redução da vulnerabilidade e das violações de direitos nos territórios. Essencialmente, o trabalho social gerado no âmbito dos serviços objetiva à garantia do acesso aos direitos e às políticas públicas; o fortalecimento de vínculos sociais nos espaços de convivência primária, considerando os diferentes arranjos familiares, e de sociabilidade, para o desenvolvimento de capacidade protetiva, aquisição de conhecimentos, de bens materiais e imateriais, produção e troca de aprendizados e saberes, na direção do protagonismo e da plena expansão dos indivíduos sociais (SILVEIRA, 2017). Importante destacar tal finalidade, tendo em vista

a vulnerabilidade sócio-territorial e a presença destacada do CRAS nos territórios pesquisados.

Na assistência social a proteção básica oferta serviços e benefícios às famílias vulneráveis visando a prevenção de violações de direitos e o desenvolvimento de capacidades e protagonismo social, com garantia de segurança de renda, sobrevivência e autonomia. Este processo de desenvolvimento de capacidades em condições objetivas requer tecnologias sociais que ativem a reflexão sobre fatores materiais e imateriais que dificultam evoluções da capacidade protetiva, além de orientar a reorganização dos projetos de vida, na definição de avanços que dependem de proatividade e acesso a bens e serviços como direitos. Portanto, as demandas por renda e demais seguranças

dependem do papel ativo dos equipamentos e de uma rede fortalecida. A proteção social especial, por sua vez, foi estruturada para desenvolver serviços que atuam em situações de maior complexidade, tendo em vista o risco ou ocorrência de violações de direitos como violência, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional cometido por adolescentes, entre outras. O suporte profissional para a interrupção de fatores geradores de violações demanda interferência positiva nas dinâmicas familiares, pactuações de responsabilidades protetivas e de acesso a demais direitos (SILVEIRA; COLIN, 2017).

Em situações insustentáveis, a pessoa ou família é protegida em acolhimentos institucionais, orientados por princípio de brevidade, excepcionalidade, e garantia de convivência familiar e comunitária, com garantia da tutela e proteção estatal.

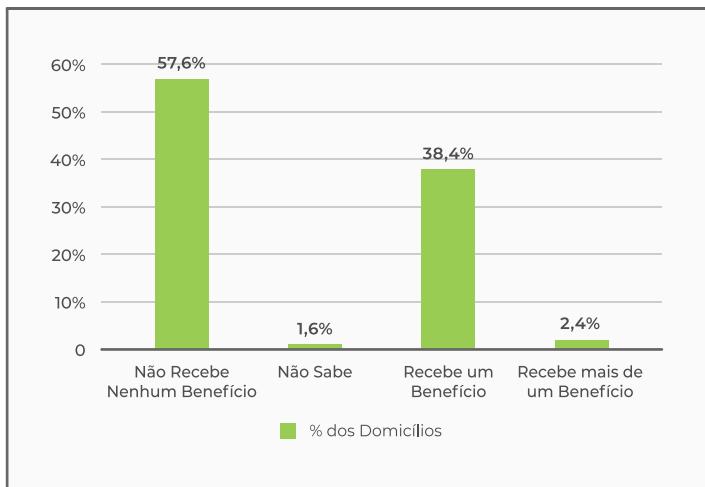
Independente dos serviços e das necessidades sociais das famílias vulneráveis, as equipes podem, a partir da diretriz, fortalecer vínculos, desenvolver técnicas de filiação social que promovam adesão consciente e a disposição para a construção de projetos de vida. Temas e questões transversais precisam ser consideradas no trabalho social com famílias, como fatores que às vulnerabilizam ainda mais, e potencializam fragilidades sociais e desigualdades: desigualdade de gênero; orientação sexual; estigmas e preconceitos; questões étnico-raciais e geracionais; entre outros. Assim, a transversalidade dos direitos humanos na prestação dos serviços apoia o reconhecimento das diferenças, a valorização das diversidades, a construção de alteridades. Tais expressões de desigualdade se apresentam nos territórios periféricos, o que é aprofundado diante da baixa capacidade das gestões cumprirem o pacto federativo e garantirem a provisão de serviços de qualidade.

Além da dimensão social e relacional voltada ao desenvolvimento de competências como o cuidado, a proteção, o respeito, a produção de alteridades, outra dimensão muito incentivada na educação permanente e nas orientações/supervisões técnicas é a da subjetividade política. As estratégias de engajamento da população na organização da política, na participação autônoma em fóruns populares, conselhos deliberativos, conferências, audiências públicas, contribuem na identificação de demandas. Isto, que fortalece a legitimidade da política pública democrática, como também e especialmente, desenvolve laços sociais, potencializa a superação de estigmas e preconceitos, com fortalecimento do sentimento de pertença no território e no espaço familiar, desenvolvendo habilidades como a negociação, o respeito às posições diversas, a solução pacífica de conflitos, a construção de propostas coletivas para problemas locais. Portanto, o trabalho social desenvolvido nos serviços tem uma dimensão ético-política capaz de produzir transformações subjetivas que contribuem na construção de uma sociedade e de comunidades mais humanas.

As intervenções realizadas nos serviços se diversificam, observando-se as aquisições e aprendizados sociais que oportunizem reconstrução de projetos de vida, participação social, prevenção e interrupção de ciclos de pobreza e demais violações de direitos humanos, o que demanda, além da atuação interdisciplinar, a intersetorialidade, tendo em vista a identificação de fenômenos e situações transversais complexos (a exemplo da pobreza e violência), assim como as eventuais restituições de direitos e tutela do Estado, na relação com o sistema de justiça.

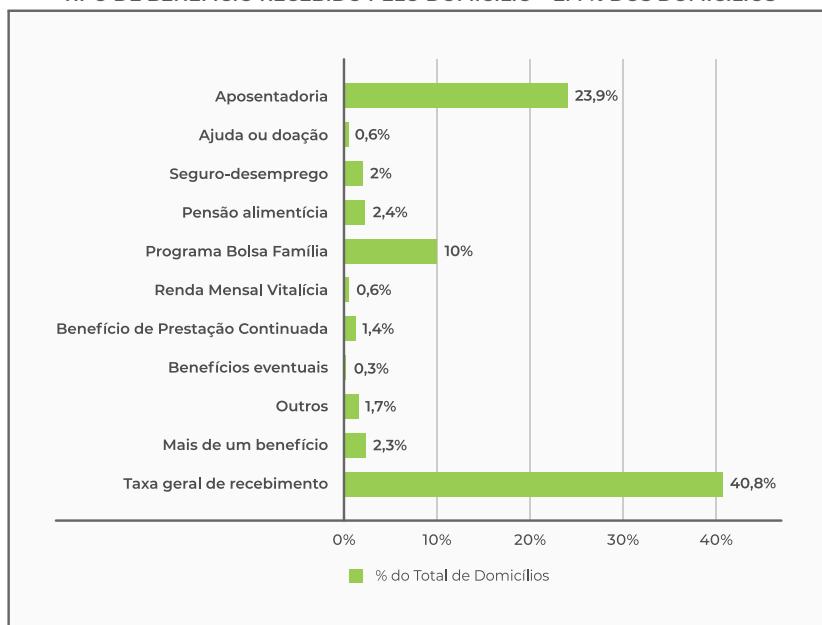
No que se refere especificamente à vulnerabilidade e a desproteção social, destaca-se a taxa de recebimento de benefícios, conforme representação no Gráfico 45.

GRÁFICO 48
TAXA DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS PELOS DOMICÍLIOS – EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: Mapa Social - Pesquisa Domiciliar (2017).

GRÁFICO 49
TIPO DE BENEFÍCIO RECEBIDO PELO DOMICÍLIO – EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

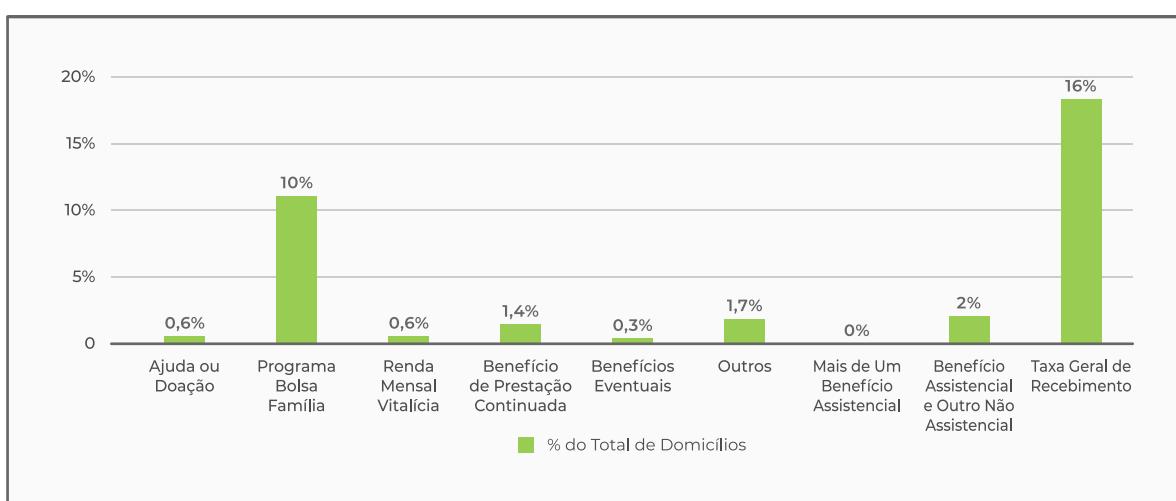
Apesar da vulnerabilidade das famílias, 57,6% diz não receber nenhum benefício, ainda que a renda seja inferior a outros bairros. Nesses benefícios estão contabilizados tanto os assistenciais como os não assistenciais, como previdenciários.

No Gráfico 49, há as taxas de recebimento por tipo de benefício no território.

Quase ¼ dos domicílios possuem pelo menos um membro que recebe aposentadoria. Em segundo lugar vem o benefício assistencial Bolsa Família, mas com incidência mais baixa de somente 10% dos domicílios. Os outros benefícios tiveram taxas de recebimento bem mais baixas.

No Gráfico 50 destacam-se os benefícios assistenciais, o que configura uma realidade de famílias vulneráveis que acessaram a assistência social para a garantia da proteção social não contributiva, e, portanto, dificuldades no acesso ao trabalho e previdência.

GRÁFICO 50
TAXA DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

A taxa de recebimento de benefícios assistenciais não é tão elevada, atingindo 16,6%. A taxa de recebimento de Benefícios de Prestação Continuada é baixa, de 1,4%, o que desafia o poder público a adotar estratégias de busca ativa e implementação do serviço de proteção social no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas.

A Tabela 12 a seguir traz os dados sobre a incidência de violências e violações de direitos registradas nos bairros.

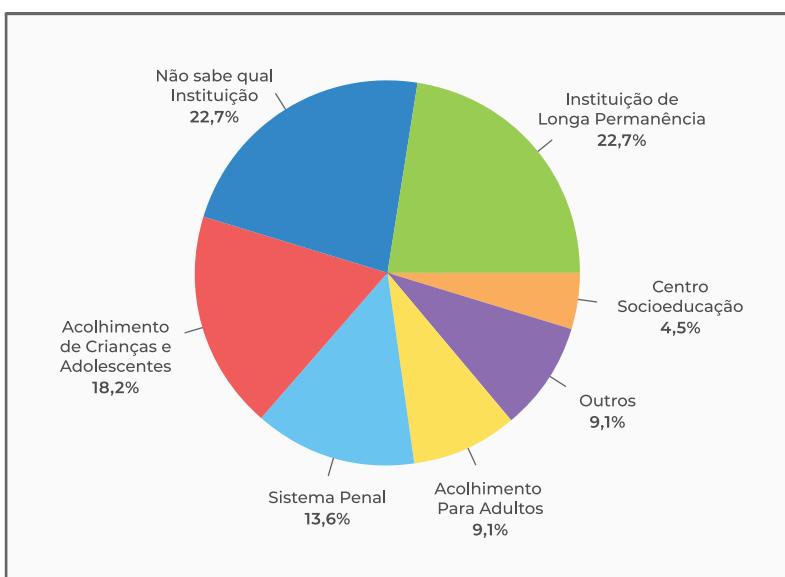
Tabela 12 – Violências e Violações de Direitos registradas por bairro

BAIRRO	VIOLÊNCIAS OU VIOLAÇÕES DE DIREITOS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Borda do Campo	Abuso/Violência Sexual	3	6,8%
	Negligência contra Criança / Adolescente	14	31,8%
	Negligência contra Idoso	5	11,4%
	Negligência contra PCD	2	4,6%
	Outras	5	11,4%
	Pessoa em Situação de rua	1	2,3%
	Trabalho Infantil	1	2,2%
	Violência Física	5	11,4%
	Violência Patrimonial contra Idoso ou PCD	2	4,6%
	Violência Psicológica	6	13,6%
Borda do Campo Total		44	100%
Roseira de São Sebastião	Abuso/Violência Sexual	2	25%
	Negligência contra Criança / Adolescente	2	25%
	Violência Física	1	12,5%
	Violência Psicológica	3	37,5%
Roseira de São Sebastião Total		8	100%
Total Geral		52	-

Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

As situações de violência podem ensejar acolhimento institucional. No Gráfico 51 são representados casos de maior risco e acolhimento:

GRÁFICO 51
INSTITUIÇÕES EM QUE OS INDIVÍDUOS ESTÃO
INSERIDOS – EM % DOS INSERIDOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

É possível observar alto grau de risco e fragilidade nos vínculos pela ocorrência de crianças em acolhimento, pessoas idosas em instituições de longa permanência, adolescentes em Centros de Sócio Educação e adultos no sistema penal.

Tabela 13 – Indivíduos inseridos em instituições – em % dos inseridos

INSTITUIÇÃO	% DO TOTAL DE INSERIDOS
Instituição de longa permanência	22,7%
Acolhimento para adultos	9,1%
Acolhimento de crianças e adolescentes	18,2%
Centro Sócio educação	4,6%
Sistema Penal	13,6%
Não sabe qual instituição	22,7%
Outros	9,1%

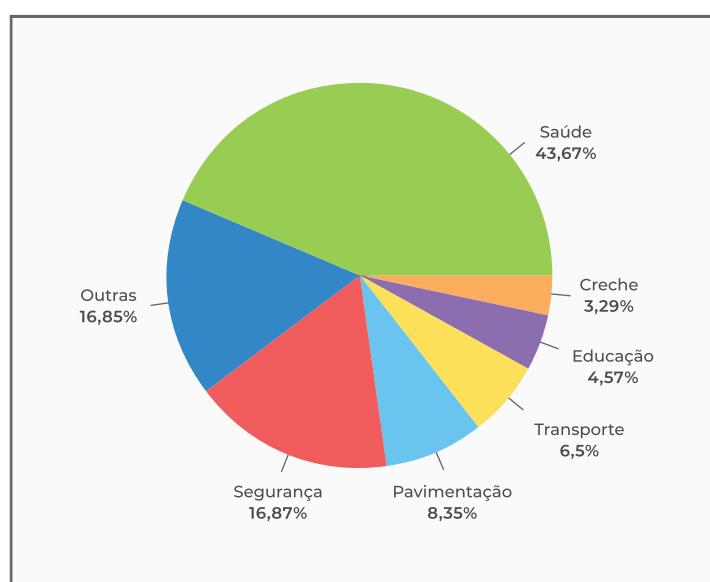
Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Os dados da Tabela 13 reforçam a importância do trabalho preventivo de violações de direitos com as famílias e nos espaços comunitários, assim como de acompanhamento em rede das pessoas e famílias em situações de risco, visando a reconstrução de projetos de vida.

6.7 Principais problemas

Dentre os problemas identificados que vulnerabilizam ainda mais o território, destaca-se na representação abaixo, a saúde.

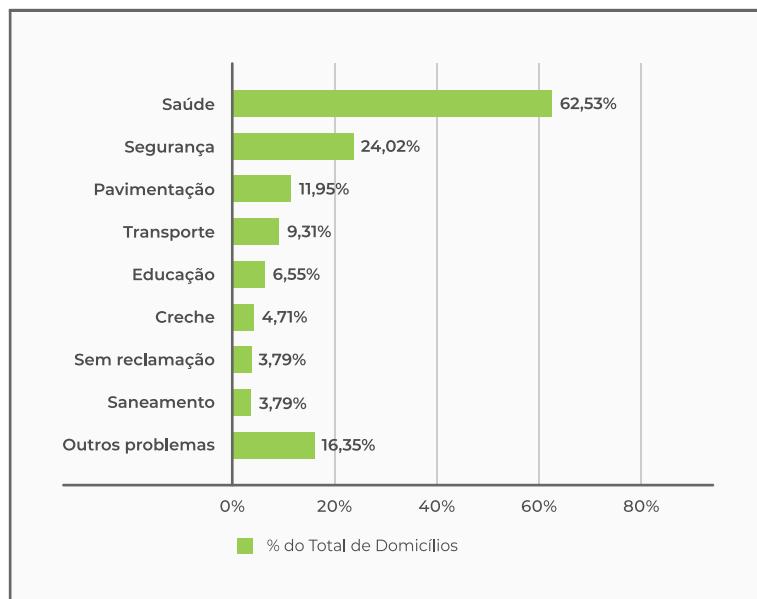
GRÁFICO 52
SAÚDE COMO PRINCIPAL PROBLEMA – EM % DAS RECLAMAÇÕES



Fonte: Mapa Social - Pesquisa Domiciliar (2017).

Pela percepção dos participantes da pesquisa, a segurança também é considerada uma problemática urgente.

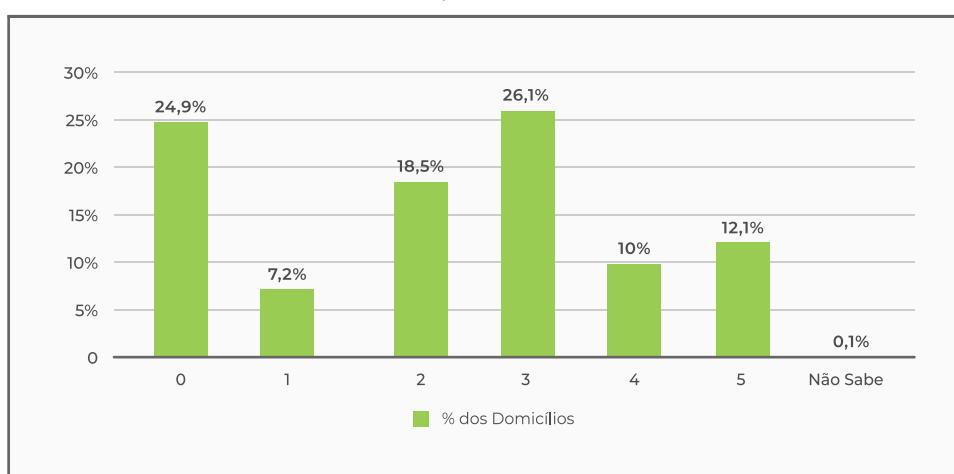
GRÁFICO 53
SEGURANÇA COMO UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS – EM %
DOS DOMICÍLIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

A percepção do grau de segurança, entretanto, não reforça a segurança como um problema prioritário. Os conflitos podem estar sendo minimizados ou naturalizados socialmente, ou não são relevantes, pela análise das percepções, em relação a problemas típicos dos serviços públicos em territórios vulneráveis.

GRÁFICO 54
PERCEPÇÃO DO GRAU DE SEGURANÇA DO TERRITÓRIO (DO MAIS INSEGURO PARA O MAIS SEGURO) – EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Tabela 14 – Percepção do grau de segurança no território (do mais inseguro para o mais seguro) – em % dos domicílios

GRAU DE SEGURANÇA	% DOS DOMICÍLIOS
0	24,9%
1	7,24%
2	18,5%
3	26,1%
4	10%
5	12,1%
Não sabe	0,11%

Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

O indicativo de “sem segurança” ou “pouco seguro” confirma a percepção da segurança pública como um problema presente no território, o que tende a comparecer em estudos desta natureza. Entretanto, a associação de outros problemas, como a violência e a exclusão de jovens da educação, torna a insegurança um fator de risco, o que se constitui em desafio central no desenvolvimento do território.

6.8 Indicativos das Lideranças

Foto 6 – Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades



Crédito: Jucimeri Silveira

VOZ DA
COMUNIDADE

Os Quadros a seguir trazem a síntese dos principais problemas citados pelos moradores nas oficinas realizadas no bairro.

Quadro 5 – Principais problemas em Saúde

- O sistema de saúde não é suficiente para o atendimento da população (3)
- Demora de agendamento de consulta para especialidades (3)
- Falta de profissionais nas unidades de saúde (8)
- Limitação de transporte para o acesso às unidades e hospitais (6)
- Adequação da estrutura física das unidades de saúde (pouco espaço)
- Conselho local de saúde sem participação ampliada da população
- Falta de informação da população sobre seus direitos de acesso à saúde (medicamentos, atendimento do Programa Saúde da Família)
- Locais da comunidade com acesso muito difícil a unidade de saúde (Planta Virgínia, Guarani, Vila Nova, Santana – média deslocamento 1h)
- Agente de saúde em número insuficiente na Borda
- Dificuldade de mobilização da população para atuar nas exigências de direito à saúde (2)
- Falta de atendimento em especialidades (5)
- Dificuldade de acesso a medicação gratuita na unidade de saúde
- Alta ocorrência de gravidez na adolescência
- Alta ocorrência de uso de drogas
- Dificuldade de relação com outras políticas no município

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

As maiores reclamações percebidas na área de Saúde são referentes à falta de Recursos Humanos e à dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde, em especial para situações mais complexas. A origem desse problema advém de outro problema citado pelos moradores, a falta de linhas de ônibus que atendam adequadamente a população. Além disso, a população enxerga o território como tendo um grave problema com o uso e tráfico de drogas.

Contudo, nem tudo são problemas. Os moradores enxergam os escassos profissionais de saúde atuantes no território como muito comprometidos com a comunidade, mesmo em face da falta de recursos básicos. Além disso, certos exames mais complexos estão começando a ser feitos no território, ajudando a amenizar o problema do deslocamento e acesso à saúde.

Quadro 6 – Potencialidades em Saúde

- Comprometimento dos profissionais de saúde nas unidades de saúde. Atendem bem a população, mesmo diante da escassez de recursos (3)
- Agentes comunitários conhecem a realidade das famílias (3)
- Fácil acesso às vacinas nas unidades de saúde (3)
- Estrutura física boa das unidades de saúde
- Conselho local de saúde atuante (3)
- Disponibilidade de duas farmácias básicas
- Existência de duas clínicas de fisioterapia
- Existência de programa de saúde específico para idoso
- Exames e eletro no atendimento na unidade de saúde
- Possibilidade de construção de unidade de saúde na região da Vila Nova
- Programa Saúde da Família – eficiente para crianças de até 2 anos e acompanhamento de gestante

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Em termos de violência, novamente aqui se repete a problemática do tráfico de drogas, assim como uso. Os moradores enxergam a instituição policial com certa reserva, assim como alta incidência de crimes variados, violentos ou não.

Quadro 7 – Principais problemas em Violência

- Atuação de grupos no comércio de produtos ilícitos (drogas). Tráfico (3)
- Ausência de políticas de prevenção ao uso de drogas
- Dificuldade de conseguir um internamento, falta de contraturno
- Assaltos, furtos, arrombamento nas residências (7)
- Moradores não possuem bom relacionamento com a força policial militar
- Alta incidência de violência relacionado ao tráfico de drogas (6)
- Alta incidência de violência intrafamiliar (3)
- Moradores têm medo de realizar denúncia e boletim de ocorrência sobre os crimes que ocorrem na comunidade (3)
- Casos de pedofilia
- Casos de estupro (situação evidenciada no ambiente familiar)
- Violência contra a mulher (2)
- Assaltos rápidos (durante os percursos na rua). Arrombamentos
- Predominação de drogas em ambientes escolares

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

As maiores potencialidades apontadas pelos moradores foram iniciativas comunitárias, em especial grupos de vigilância. Há também atuação de alguns aparelhos públicos, vistos positivamente pela comunidade.

Quadro 8 – Potencialidades quanto ao problema de Violência

- Formação de grupos de vigilância civil (vizinhos) (4)
- Ronda e presença das guardas municipais no bairro (3)
- Os próprios moradores compõem esse grupo de vigilância. Entretanto, não são todos os habitantes do bairro que o compõem
- Bom trabalho desenvolvido pelo Centros de Atenção Psicossocial – CAPS
- Boa conscientização realizada pela escola
- Existência de módulo policial na comunidade
- Associação dos comerciantes colabora para cobrar do poder público melhoria do espaço para o seu estabelecimento
- Atuação significativa do centro da juventude

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

A fragilidade mais evidente do território em termos de violência é a falta de contato da comunidade com o poder público. As vulnerabilidades mais destacadas pelos moradores nas oficinas foram variadas. Novamente se repetem o tráfico de drogas, a pobreza, a evasão escolar e a falta de espaços públicos para interação no território. O aumento da população em situação de rua, apesar de citado pelos moradores, não apareceu como relevante nos outros dados do estudo.

Quadro 9 – Principais problemas em Vulnerabilidade

- Aumento da população em situação de rua
- Atuação do tráfico na comunidade (3)
- Crime contra jovens
- Evasão escolar
- Ações assistencialistas não atendem de forma ampliada (2)
- Muitas famílias em situação de pobreza (4)
- Violência intrafamiliar
- Falta de cursos de capacitação (3)
- Falta de espaços públicos para interação no território
- Fechamento do correio na comunidade
- Falta de contraturno (2)

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

As potencialidades novamente destacam os equipamentos públicos locais. Há uma aproximação clara da comunidade com os funcionários desses equipamentos. O fortalecimento e coesão entre esses equipamentos e demais organizações comunitárias do território teria grande potencial de alavancar o desenvolvimento local.

Quadro 10 – Potencialidades em Vulnerabilidade

- Ações do projeto Borda Viva (4)
- Criação de uma página no Facebook (comunicação entre a comunidade, possibilitando a ajuda mútua para suprir determinadas dificuldades)
- Conselho multidisciplinar, educação-saúde-segurança-infraestrutura (3)
- Grande ajuda das igrejas no enfrentamento aos problemas da comunidade (3)
- Articulação das lideranças em conjunto com a comunidade
- Existência de centro da juventude
- Existência de programas de Adolescente Aprendiz
- Existência de ginásio de esportes para atividades que diminuem situações de vulnerabilidade

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

6.9 Recomendações

Assegurar que crianças e adolescentes sejam prioridade no investimento público é a oportunidade de garantir a efetividade dos seus direitos humanos, o crescimento econômico e as sociedades sustentáveis. Pelo contrário, a ausência de gastos públicos eficazes e inclusivos enfraquecem a política pública, cujos objetivos permanecem longe de serem alcançados, aprofundando ainda mais o descompasso entre as promessas legislativas e a sua implementação de fato. O adequado investimento na infância é uma questão de decisão estratégica e, portanto, exige incidência política contínua em seu benefício. A ineficiência e desigualdade dos gastos públicos e investimentos privados, por sua vez, requer instrumentos de monitoramento e avaliação e capacidade técnica que fomentem soluções inovadoras. A recomendação que se coloca ao poder público local é a criação de sistemas permanentes e contínuos de classificação, desagregação e disseminação pública do seu orçamento destinado às crianças. Para tanto, recomenda-se a ampliação de recursos públicos, mas também privados, considerando os benefícios e compromissos sociais e o seu retorno no futuro.

Observados os resultados encontrados nas análises estatísticas quer dos dados primários e secundários, quer na participação da comunidade em oficinas, é evidente que efetivar a prioridade absoluta na adolescência é a resposta mais sustentável neste contexto. Para tanto sugerem-se medidas preventivas de combate ao abandono e reprovação escolar, as quais incluem ações de ressignificação dos espaços escolares, sobretudo aqueles dedicados ao ensino fundamental e médio (remodelação, arquitetura participativa,

identidade e território adolescente). Nesta área, outras recomendações são fundamentais: fortalecer a participação cidadã de adolescentes – educação para a solidariedade e participação comunitária; implementar estratégias pedagógicas e comunitárias que contribuam na desconstrução de valores estigmatizantes da população adolescente, tais como beleza, consumo, violência, e conceitos excludentes dos territórios onde vivem; adotar medidas adequadas a favor do reconhecimento das diferentes identidades e modos específicos de socialização e cultura.

A ampliação das ofertas de aprendizagem profissional para adolescentes de 14 a 18 anos se coloca como central, na perspectiva de gerar oportunidades concretas de responder aos desafios socioeconômicos que enfrentam. Com relação ao tema da violência contra crianças, o fortalecimento da rede local de proteção infantil responde em parte ao desafio de um contexto com registos de ocorrência de violência em patamares elevados. Além do fortalecimento das redes locais de atendimento, destaca-se a importância do direito à participação de crianças e adolescentes em processos educativos de empoderamento, de modo a oportunizar recursos para sua proteção e pleno desenvolvimento. A ampliação da oferta de vagas para a educação infantil também é uma demanda identificada tanto nas considerações qualitativas do mapa como nos dados disponíveis em sistemas nacionais.

O município de São José dos Pinhais disponibiliza em portal web o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo elaborado em 2015, o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (2015) e o Plano Municipal de Acolhimento Institucional para

Crianças, Adolescentes e Jovens (2017). Embora o presente relatório não analise o Plano Decenal do Município, recomenda-se o monitoramento das ações previstas no mesmo, assim como dos demais instrumentos de gestão da política para a infância. Recomenda-se que as ações previstas no plano sejam adequadamente monitoradas e fortalecidas no âmbito municipal.

Além da ampliação de ofertas de profissionalização de adolescentes, acompanhada da qualificação da educação, destaca-se, especialmente para o território Borda do Campo e Roseira, o aumento na taxa de emprego formal das famílias vulneráveis e presença significativa de casos de violência. Esta realidade justifica a centralidade em políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para a ampliação de oportunidades para jovens e mulheres; o fortalecimento e fomento de iniciativas solidárias e empreendedorismo social nas comunidades; o aumento em porcentagem de jovens e adolescentes inseridos em atividades culturais e esportivas; o desenvolvimento de capital humano para a qualificação das políticas públicas; o fomento a projetos e negócios sociais.

Importante destacar, portanto, que a vulnerabilidade social territorial será reduzida com investimentos significativos em políticas públicas visando, especialmente, a geração de trabalho e renda; a melhoria na educação (acesso e permanência) e na sua relação com o perfil de trabalho local/regional; a implantação de medidas alternativas de solução de conflitos (espaços comunitários e nas escolas); projetos e programas que possibilitem maior acesso às famílias vulneráveis, visando a melhoria de suas condições de vida, o fortalecimento de vínculos e o acesso às políticas públicas; o fortalecimento da

atuação intersetorial e em rede no território.

Em relação ao projeto Borda Viva, recomenda-se, especialmente, a inserção das famílias vulneráveis no Borda Viva; o aumento em porcentagem de adolescentes e jovens inseridos em atividades culturais e esportivas; a autonomia das famílias e acesso ao mercado de trabalho; o monitoramento do desempenho escolar; o fortalecimento da rede de proteção; o monitoramento da redução da insegurança alimentar.

Transformar o território em espaço de viver e conviver “mais humano” requer, neste sentido, a ampliação e o aprimoramento de políticas sociais que viabilizem oportunidades de trabalho e renda, de proteção social e promoção da diversidade e cultura da paz. Coloca-se como central a importância de políticas, programas e projetos que reduzam desigualdade, especialmente de gênero e de fatores que tornam o território mais vulnerável. Projetos de maior abrangência no território poderão favorecer a coesão social territorial no fortalecimento dos laços sociais e da cidadania ativa.

7. Cidade Participativa

O eixo referente à Cidade Participativa tem como objetivo analisar cinco indicadores do território da Borda do Campo e Roseira de São Sebastião referentes a: grau de participação comunitária; líderes de referência no território; empresas que colaboram no território; famílias que conhecem a Associação Borda Viva; quantidade de organizações com atuação na comunidade.

Tabela 15 – Indicadores principais da Cidade Participativa

INDICADOR	RESULTADO
1. Grau de participação comunitária	43,7% Igreja – 67,3% dos participantes Grupos de convivência – 7,6%
2. Líderes de referência no território	Nenhum – 70,7% José Possebom – 6,5% Mari Temperasso – 3,5% Lúcia Stoco – 2,0% Rose – 1,0%
3. Empresas que colaboram com o território	Nenhuma – 66,4% Renault – 26,2% Borda Viva /Ecovia – 0,5%
4. Famílias que conhecem a Associação Borda Viva	42,4%
5. Quantidade de organizações com atuação na comunidade	34

Fontes: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017) e São José dos Pinhais (2017b).

Os dados revelam a prevalência da Igreja como referência no território, por motivação religiosa, convivência e ação social. Apesar de a Igreja se colocar como potencialidade no território, especialmente pelas ações comunitárias, é preciso superar o frágil reconhecimento de lideranças, desenvolver cidadania ativa e solidariedade empresarial.

Os indicadores analisados buscam dimensionar a Cidade Participativa e têm como proposta compreender o processo de organização e participação social na Borda do Campo e Roseira de São Sebastião. Essa análise valoriza o entendimento sobre o planejamento e organização das demandas coletivas da população, inserção dos moradores nos espaços organizativos e instituições que contribuem no território, permitindo uma visão abrangente sobre sua dinâmica e relações constitutivas:

“O território é o espaço da prática. [...] A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço de base territorial (BECKER, 2010, p. 17).”

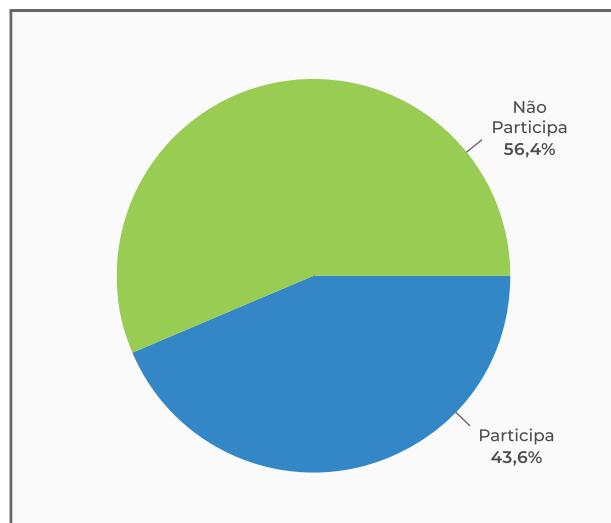
Deste modo, ao analisar as redes locais sociocomunitárias e a cidadania ativa, observa-se que o território expressa-se por significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida na comunidade referente à participação e às organizações em que se inserem.

Referente à participação social na Borda do Campo é relevante ponderar que o conceito de participação, segundo Simões e Simões (2015), pode ser denominado como “[...] inclusão social, participação de cidadãos, participação popular, participação democrática e participação

comunitária, podendo uma mesma prática ter vários nomes ou um mesmo nome representar práticas distintas [...]” (p. 52).

Sobre os dados referentes à participação no território, as informações coletadas apresentam que um percentual elevado de moradores não se insere em canais de participação (56,4%). Este dado demonstra a tendência nacional evidenciada pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015) referente aos dados do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*, que confirma que, no Brasil, 41% da população não tem interesse na política ou participação social.

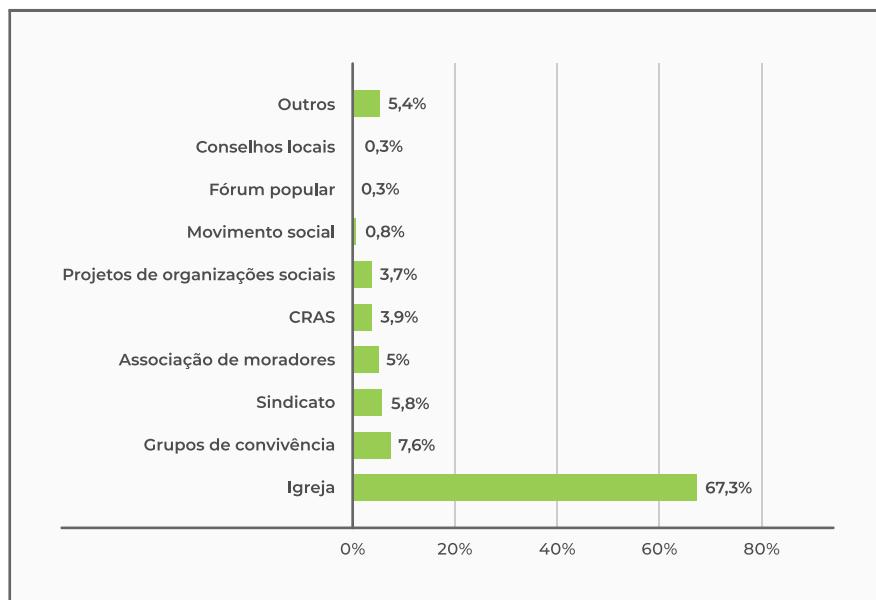
GRÁFICO 55
INDIVÍDUOS QUE PARTICIPAM DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

No levantamento das informações sobre os 56,4% que mencionam que participam de organizações no território, destaca-se como maior percentual de participação, conforme declaração dos moradores, a inserção participativa no âmbito das igrejas, com um percentual significativo de 67,3% entre os domicílios com algum tipo de participação. Seguem-se percentuais reduzidos de participação em grupos de convivência (7,6%), caracterizados no âmbito das políticas de Assistência Social (grupo de idosos, hortas comunitárias, clube de trocas, entre outros), Sindicatos (5,8%) e Associação de Moradores (5%).

GRÁFICO 56
TIPO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUE PARTICIPAM – EM % DOS DOMICÍLIOS QUE PARTICIPAM

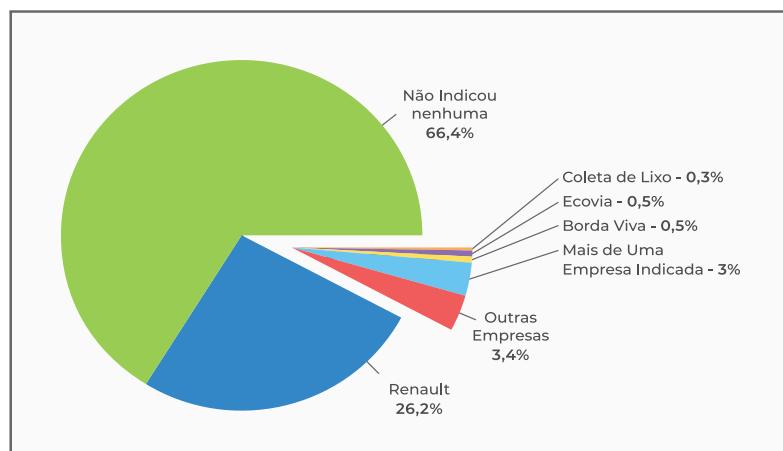


Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

No levantamento de dados com as 870 famílias entrevistadas, na identificação de empresas que colaboraram com o território, 66,4% dos moradores não indicaram nenhuma empresa como referência.

Das instituições que se destacam na análise dos moradores, a Renault aparece com o maior indicativo, com o percentual de 26,2% que reconhecem a contribuição da empresa no contexto do território.

GRÁFICO 57
EMPRESAS INDICADAS COMO COLABORADORAS NO TERRITÓRIO – EM % DOS DOMICÍLIOS



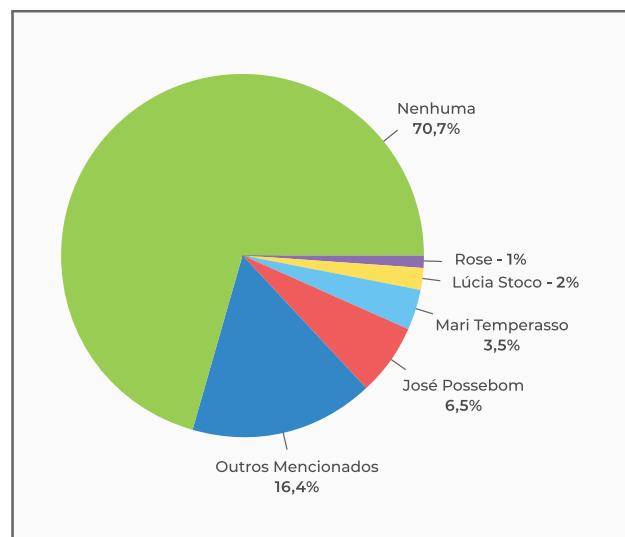
Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

No que se refere à indicação de lideranças como referência na Borda do Campo, há o dado expressivo de que 70,7% dos entrevistados não indicam nenhuma liderança como referência no território. Este dado confronta com a análise de diversas organizações e associações no contexto da Borda do Campo que atuam na comunidade. Em oficina sobre identificação dos problemas e potencialidades com os informantes-chave na Borda do Campo, os participantes afirmam que a falta de referência das lideranças está relacionada com a falta de participação dos moradores em espaços de participação política na comunidade, o que corrobora para a não identificação de líderes de referência.

Os Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial (2016), mostraram o posicionamento de mais de 200 países em seis dimensões de governança, entre essas a voz e responsabilização na escolha de representantes. Este dado apresenta a fragilidade do contexto brasileiro no que se refere ao preceito de representação – o reconhecimento e participação na escolha de representantes o país está na 82^a posição (BANCO MUNDIAL, 2016). Este dado corrobora a apresentação da falta de referência da representação e representatividade no contexto brasileiro, relacionadas com as informações coletadas na Borda do Campo e Roseira.

Quanto aos nomes de referência, foram mencionados moradores que contribuíram em ações no bairro e representações do poder legislativo.

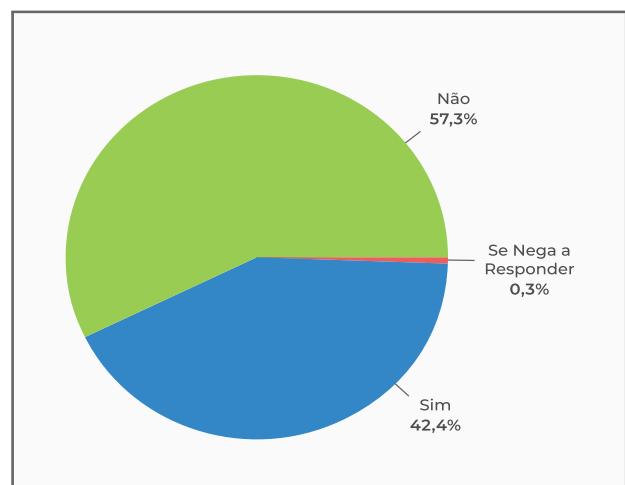
GRÁFICO 58
LIDERANÇAS DE REFERÊNCIA INDICADAS
- EM % DOS DOMÍCILIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

No levantamento do conhecimento dos moradores da Borda do Campo e Roseira sobre a existência da Associação Borda Viva, 57,3% dos entrevistados no território mencionam desconhecer a associação. Uma hipótese a ser levantada está relacionada à dimensão geográfica do território, que por sua vasta extensão faz com que a área de atuação da Borda Viva abranja uma parcela restrita do território, concentrando suas ações nas comunidades denominadas Nemari I, II e III.

GRÁFICO 59
CONHECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO
BORDA VIVA - EM % DOS DOMÍCILIOS



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Referente às organizações que atuam na rede socioassistencial do território, a Tabela 16 traz a classificação das mesmas quanto ao tipo de organização. Alguns deles são equipamentos públicos, havendo também a presença de organizações do terceiro setor e entidades relacionadas a empresas.

Na identificação do município referente ao território da Borda do Campo, foram caracterizadas diversas articulações no âmbito de trabalho em rede e o indicativo de diversas organizações públicas, bem como equipamentos disponíveis para a população, caracterizando-se assim as áreas descritas na Tabela 17.

Tabela 16 – Organizações que atuam na rede socioassistencial do território

ORGANIZAÇÕES NO TERRITÓRIO	QUANTITATIVO
Abrigos	2
Associação de Moradores	5
Associações de Igreja	2
Centro de Educação Infantil	8
Centro da Juventude	1
Escola Estadual	3
Conselho Tutelar	1
Organizações coletivas	2
Escolas Municipais	5
Pastoral da Criança	1
Subprefeitura	1
UBS	2
CRAS	1

Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Na análise de Neves (2009), a rede socioassistencial é compreendida como uma ação articulada e integrada que objetiva proporcionar aos usuários dos serviços sociais a proteção social no acesso aos seus direitos, estando esta rede relacionada ao conjunto de políticas sociais, em especial a política de assistência social. É papel do CRAS, equipamento estratégico nos territórios vulneráveis, articular a rede para fortalecer o protagonismo popular e o acesso e a atuação em rede.

Tabela 17 – Aparelhos públicos do território

DIMENSÃO	TIPO	NOME	BAIRRO
Assistência Social	Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	Abrigo Municipal do Adolescente – São José dos Pinhais	Roseira de São Sebastião
	Centro de Referência da Assistência Social	CRAS Affonso Celso de Araújo Franco	Borda do Campo
	Centro de Juventude	Centro de Juventude Borda do Campo	Borda do Campo
Cultura	Biblioteca Pública	Biblioteca Pública Borda do Campo	Borda do Campo
Segurança Pública	Polícia Civil	Delegacia de Polícia	Borda do Campo
Educação Especial	Centro de Atendimento Educacional Especializado	Centro de Atendimento Educacional Especializado Madre Teresa de Calcutá	Borda do Campo
Educação Infantil	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Borda Viva	Borda do Campo
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Caminhos da Serra	Borda do Campo
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Cantinho do Céu	Borda do Campo
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Luiz Stocco	Borda do Campo
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Sabiá Laranjeira	Borda do Campo
	Centro de Educação Infantil	Centro de Ed. Infantil A Árvore dos Sapatos	Roseira de São Sebastião
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Escola Municipal Antônio Franco da Rocha	Borda do Campo
		Escola Municipal Pref. Francisco Ferreira Claudino	Borda do Campo
		Escola Municipal Profª Maria Leni Haluch de Bastos	Borda do Campo
		Escola Municipal Maria Derocco Persegona	Roseira de São Sebastião
		Escola Municipal Profª Terezinha Toczek	Roseira de São Sebastião
	Ensino Fundamental – Anos Finais	Colégio Estadual Tiradentes	Borda do Campo
		Colégio Estadual Zilda Arns Neumann	Borda do Campo
		Colégio Estadual Tarsila do Amaral	Roseira de São Sebastião
Esporte e Lazer	Academia	Academia da Terceira Idade	Borda do Campo
		Academia da Terceira Idade	Borda do Campo
		Academia da Terceira Idade do Centro da Juventude	Borda do Campo
		Academia da Terceira Idade Centro de Esportes e Lazer Borda do Campo	Borda do Campo
		Academia da Terceira Idade	Borda do Campo
		Academia da Terceira Idade	Roseira de São Sebastião
	Campo de Futebol	Campo de Futebol	Borda do Campo
		Cancha de Futebol de Areia	Borda do Campo
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião
	Centro de Esportes e Lazer	Centro Roberto Cichella	Borda do Campo
	Pista de Caminhada	Pista de Caminhada	Borda do Campo
	Pista de Skate	Pista de Skate	Borda do Campo
	Parque Infantil	Parque Infantil	Roseira de São Sebastião
Meio Ambiente	Capela Mortuária	Capela Mortuária Borda do Campo	Borda do Campo
Meio Ambiente	Cemitério Municipal	Cemitério Borda do Campo	Borda do Campo
Prefeitura	Administração Regional	Administração Regional Borda do Campo	Borda do Campo
Saúde	Unidade de Saúde	Unidade de Saúde Borda do Campo	Borda do Campo
Saúde	Unidade de Saúde	Unidade de Saúde Martinópolis	Roseira de São Sebastião

Fonte: São José dos Pinhais (2017a).

A Tabela 17 revela que o território, apesar de ser extenso, com uma população grande, e apresentar demandas sociais, possui serviços insuficientes quanto a quantidade e potencial demanda reprimida.

Cabe ressaltar que, além da existência da articulação da rede social, a necessidade de participação dos moradores para qualificar e ampliar os recursos humanos de atendimento nos equipamentos públicos foi tema recorrente na fala dos moradores, que expressam que, apesar de haver diversos equipamentos públicos no território, esses necessitam ser melhorados e ampliados. A Tabela 18 mostra as organizações atuantes na rede de proteção no território.

Tabela 18 – Organizações atuantes na rede socioassistencial do território
(continua na página seguinte)

DIMENSÃO	TIPO	LOCAL
Assistência Social	Abrigo	Abrigo de Passagem de Meninos
		Lar Jesus, Maria, José
		Lar Mãe Maria
	Centro de Juventude	Centro da Juventude
	Centro de Referência em Assistência Social	CRAS Affonso Celso de Araújo Franco
	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Afonso Pena
Educação	Centro de Educação Infantil	CEMAE Borda do Campo
		CMEI Gente Feliz – Rua Monges Beneditinos, 186
		CMEI A Árvore dos Sapatos
		CMEI Borda Viva
		CMEI Caminhos da Serra
		CMEI Cantinho do Céu
		CMEI Luiz Stocco
		CMEI Sabiá Laranjeira
	Ensino Fundamental – Anos Finais	Col. Estadual Tarsila do Amaral
		Col. Estadual Tiradentes
		Col. Estadual Drª Zilda Arns Neumann
	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Escola Mun. Antonio Franco da Rocha
		Escola Mun. Profª Maria Leni Haluch de Bastos
		Escola Mun. Profª Terezinha Toczek
		Escola Mun. Maria de Rocco Persegona
		Escola Mun. Francisco Ferreira Claudino
Entidade Comunitária	Associação de Moradores	Associação Moradores Borda do Campo
		R. Cap. Jonas Mateus de Almeida 129
		Associação Moradores Borda Viva
		Associação Moradores Vila Nova e Jardim Guarani
		Associação Moradores Curralinho

Fonte: Elaborado a partir de São José dos Pinhais (2017b).

Tabela 18 – Organizações atuantes na rede socioassistencial do território (conclusão)

Igreja	Espaço para Eventos	Barracão Igreja São Sebastião
		CEI Gente Feliz
	Pastoral	Pastoral da Criança
Organizações Coletivas	Fundação	Fundação Itaquí
		Instituto Renault
		Representante Educação Rede
Políticas Públicas	Programa Mais Educação	Programa Mais Educação (E. M. Francisco Ferreira Claudino)
Prefeitura	Administração Regional	Subprefeitura Borda do Campo
Representante Público	Vereador(a)	Vereadora Mari Temperasso
Saúde	Unidade de Saúde	UBS Borda do Campo
		UBS Martinópolis

A Tabela 18 confirma que o território possui baixa presença também de iniciativas da sociedade civil para o atendimento em rede e a defesa de direitos na perspectiva da cidadania ativa.

A rede socioassistencial é o conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que buscam articular no território os serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, o compartilhamento de intencionalidades, objetivos e valores. No território o trabalho de articulação de rede é mobilizado pelo CRAS Affonso Celso de Araújo Franco.

7.1 Diagrama das organizações mais representativas

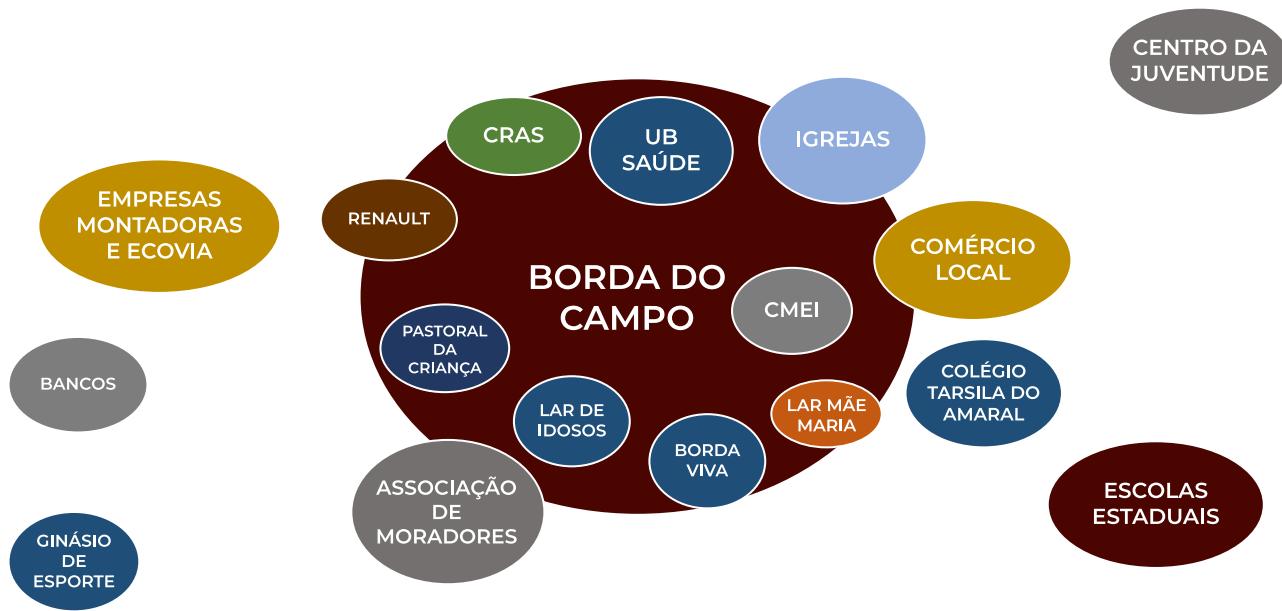
A proposta foi de realizar a atividade do Diagrama de Venn, que consiste na utilização desse instrumento para discussão com os grupos que estão envolvidos no cotidiano coletivo do território.

Esta atividade foi realizada na Oficina I (Levantamento de Problemas e Potencialidades da Borda do Campo). Após o levantamento das

organizações apresentadas e nominadas pelos grupos, os participantes discutiram a importância dessas organizações na Borda, tendo como referência central um círculo maior que representa a comunidade Borda do Campo.

A técnica do Diagrama de Venn foi desenvolvida com três grupos de informantes-chave e depois foram compiladas as informações conforme as indicações das lideranças, promovendo a discussão sobre organizações na comunidade. Os círculos que representavam as entidades e organizações foram desenhados pelos participantes, ao redor ou dentro deste grande círculo que está representado pela palavra-chave Borda do Campo. A distância entre os círculos representa a atuação dessas entidades, ou seja, quanto mais perto do círculo da palavra-chave as entidades aparecem, maior sua atuação e referência. O tamanho do círculo significa a importância da entidade para o desenvolvimento do território (TERRA, 1997; COELHO, 2005).

Figura 3 – Organizações de maior incidência e importância no território



Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Na construção da imagem representativa com os informantes-chave participantes da oficina observou-se que têm maior incidência e aproximação com os moradores do território os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, as Unidades Básicas de Saúde – UBS, as Instituições de acolhimento, como Lar dos Idosos e Lar Mãe Maria, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, as igrejas, o comércio local, a associação de moradores, a Renault, e a Pastoral da Criança.

Foto 7 - Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017)



Crédito: Jucimeri Silveira

O tamanho do círculo tem como representação as entidades de maior importância no território. A atividade demonstra que, na análise dos informantes-chave, as organizações com maior importância no território têm pouca incidência de ações coletivas com os moradores, destacando-se o Centro da Juventude, as Escolas Estaduais, as Montadoras e a Ecovia.

Como organizações de destaque e maior importância e incidência no território identificam-se as organizações da Igreja, o comércio local, o Colégio Tarsila do Amaral e as associações de moradores. Tal configuração revela a importância de fortalecer as organizações de referência e potencializar organizações que não estão comparecendo como mais relevantes, no sentido do fortalecimento de suas responsabilidades de relevância social.

7.2 Indicativos da Comunidade



A “Voz da Comunidade” realiza a identificação dos principais problemas e potencialidades, declarados pelos informantes-chave na compilação de dados de entrevista com 10 lideranças na Borda do Campo, e compilação dos dados da Oficina I, que teve como objetivo o levantamento dos problemas e potencialidades da Borda do Campo relacionados à dimensão de cidade participativa.

O número indicado ao lado das afirmações sinaliza quantas vezes foi apontado o mesmo problema e potencialidade na fala dos participantes da oficina e das entrevistas.

Quadro 11 – Principais problemas em Participação

- Ausência de participação da população nos espaços públicos, como conselhos, associação de moradores (4)
- A falta de estrutura proveniente do não investimento público (3)
- Associação de moradores precisa atuar de uma maneira mais efetiva/organizativa (2)
- Participação dos moradores nos espaços públicos é baixa (2)
- Conselho multidisciplinar tem participação restrita
- Baixa informação dos moradores sobre os canais de participação (2)
- Poder público não tem mobilizado os moradores para saberem sobre os problemas da comunidade (2)
- As pessoas não acreditam que podem mudar a realidade do bairro, fica somente na mão de lideranças
- Ocorrem apenas reuniões interventivas esporádicas, a população não se insere nos espaços, há uma descrença popular na política (2)
- A falta de participação da sociedade, ações que estimulem a participação da população (2)
- Demora do poder público no atendimento da população em suas necessidades (2)

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Quadro 12 – Principais potencialidades em Participação

- Início da organização de reuniões públicas na associação de moradores (2)
- Comerciantes mais unidos para cobrarem do poder público mais infraestrutura e segurança (2)
- Associação de moradores fica em localização de fácil acesso
- Atuação do conselho local de saúde
- Participação dos moradores na escola
- Possui espaços de participação suficientes
- Atuação assistencial por voluntários
- Grande solidariedade entre os vizinhos
- Atuação da igreja em auxílio assistencial (2)

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

7.3 Recomendações

A análise do Mapa possibilita evidenciar a frágil presença de redes que possam promover cidadania ativa. Nesse sentido, propõem-se o desenvolvimento de ações e projetos que fortaleçam a participação e o engajamento comunitário, visando, especialmente, o aumento no grau de reconhecimento e valorização do Borda Viva; o aumento no grau de reconhecimento e valorização dos investimentos sociais do conjunto de organizações públicas e privadas; o aumento no incentivo para o desenvolvimento de talentos locais (novas lideranças e apoio por meio de projetos); a melhoria no percentual de propostas e demandas dos bairros transformadas em política pública; o aumento no número de atores qualificados em democracia e governança democrática.

A dimensão cidade participativa é estratégica para o desenvolvimento sustentável e a coesão social territorial. Territórios que apresentam insuficiência em políticas públicas e equipamentos sociais coletivos, alto grau de vulnerabilidade, violências e desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais demandam ativação de cidadania e projetos coletivos, o que justifica o reconhecimento de lideranças e a criação de espaços participativos permanentes, assim como a adoção de mecanismos de atração de projetos e recursos.

8. Bem-Estar Urbano

A análise sobre o Bem-Estar Urbano baseou-se no conceito do Observatório das Metrópoles relacionado ao IBEU (Índice de Bem-Estar Urbano). Destaca-se que foram eleitas, de forma diferenciada, variáveis distintas para trazer a leitura desta dimensão no território da Borda do Campo, tendo a proeminência de análise dos seguintes indicadores:

Tabela 19 – Indicadores principais do Bem-estar Urbano

INDICADOR	RESULTADO
1. Domicílios declarados próprios	77,4%
2. Domicílios declarados alugados	17,7%
3. Déficit habitacional	753
4. Áreas de ocupação irregular	15
5. Domicílios sem calçamento adequado	80%
6. Domicílios sem calçadas acessíveis a cadeirantes	89,8%
7. Urbanismo como principal problema	15,0% (3º)
8. Número de moradores por viagem de transporte público	156
9. Número de linhas de ônibus	4
10. Trabalhadores que se deslocam para outro município para trabalhar	31,4%

Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017), São José dos Pinhais (2016) e IBGE (2010).

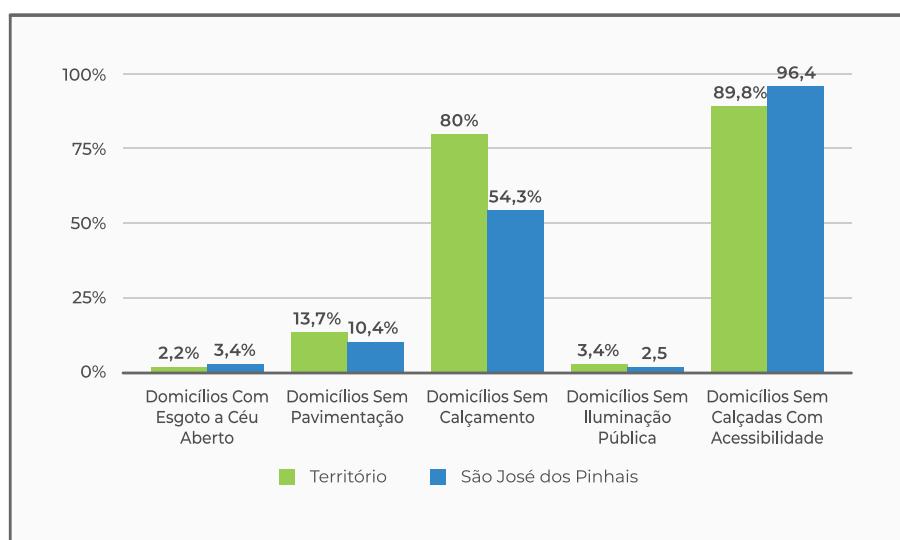
Importante observar que o território possui baixa mobilidade, insuficiência de infraestrutura e acessibilidade. Ao mesmo tempo, revela alto potencial de implantação de projetos inovadores. Na análise de Ribeiro (2013) referente ao entendimento sobre o Bem-Estar Urbano, o autor apresenta um contraponto com a “compreensão de bem-estar novamente vinculada a uma concepção de satisfação das necessidades concebidas no plano dos indivíduos e realizadas privadamente” (p. 45). Deste modo, diferentemente do conceito de qualidade de vida; que é basicamente a união de vários fatores físicos, psíquicos e emocionais, o bem-estar tem uma concepção bem clara, voltada um pouco para a economia, medindo a satisfação dos indivíduos quanto às suas necessidades.

Sendo assim, apesar de o bem-estar tradicional ser medido de forma individual, a proposta de análise sobre o Bem-Estar Urbano tenta se realizar no plano coletivo, compreendendo o “que a cidade deve proporcionar às pessoas em termos de materiais de vida, a serem promovidos e utilizados de forma coletiva” (RIBEIRO, 2013, p. 47).

Referente à análise do Bem-Estar Urbano no território da Borda do Campo e seus indicadores, buscou-se aprofundar a discussão em cinco dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana.

O Censo Demográfico de 2010 do IBGE realizou o levantamento de dados comparados sobre as principais problemáticas de indicadores de urbanização e acessibilidade entre o território da Borda do Campo e São José dos Pinhais. Destacam-se entre os principais problemas trazidos no território os domicílios sem calçamento (80% das residências), seguido do percentual de domicílios sem pavimentação.

GRÁFICO 60
INDICADORES DE URBANIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE – EM % DOS DOMICÍLIOS

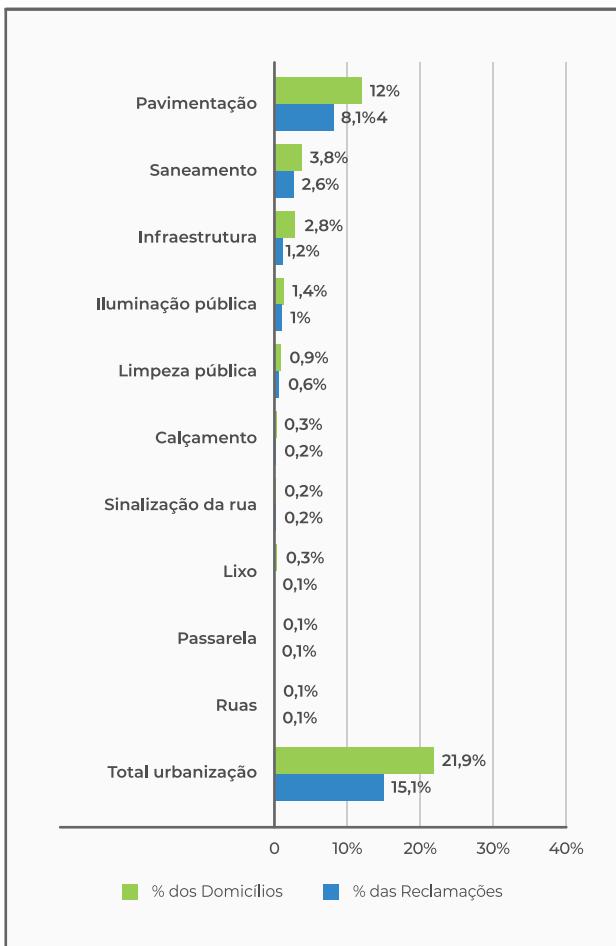


Fonte: IBGE (2010).

As reclamações relacionadas a urbanização foram caracterizadas na pesquisa, referente a pavimentação, saneamento, infraestrutura, iluminação pública, limpeza pública, calçamento, sinalização da rua, lixo, passarela e ruas.

Este dado corrobora para ressaltar o problema da pavimentação como prioritário na comunidade, mas seguido de outros problemas destacados, como: saneamento, infraestrutura no bairro, iluminação e limpeza pública.

GRÁFICO 61
URBANIZAÇÃO COMO PRINCIPAL PROBLEMA – EM % DOS DOMICÍLIOS E % DAS RECLAMAÇÕES



Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

No que se refere aos dados levantados nos 870 domicílios para a produção do Mapa Social da Borda do Campo e Roseira, constata-se um elevado percentual de domicílios próprios e quitados, 63,4%, tendo ainda o percentual de 12,5% de próprios, mas em financiamento.

Ainda, destaca-se o número de moradias alugadas no território, 18,9%. Este dado apresenta similaridade ao contexto nacional. A maioria dos domicílios existentes no país são casas próprias já pagas, como constatado pela pesquisa “Características gerais dos domicílios 2016”, apresentada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (IBGE, 2016a). Segundo a pesquisa, havia 69,2 milhões de domicílios no Brasil. É também relevante apresentar, como debate, que mesmo com o maior percentual de moradias próprias no território, há na evidência dos moradores a existência elevada de moradias inadequadas e dificuldades de acesso à mobilidade e direitos básicos.

Destaca-se também que nos dados apresentados no processo de Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social de São José dos Pinhais (2016) identificou-se o número de 753 demandas de déficit habitacional e a constatação de 15 áreas de ocupação irregular na Borda do Campo e Roseira.

Tabela 20 – Áreas de ocupação irregular no território

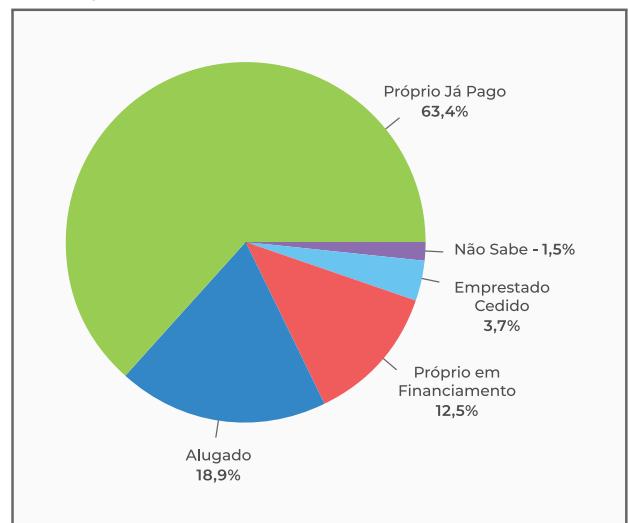
OCUPAÇÃO IRREGULAR	ÁREA	DÉFICIT 2016	DÉFICIT 2017	CARACTERÍSTICAS
Chácaras Bel Verde	Particular	15	37	Área de manancial
Estrada da Roseira	Pública	10	16	Área inundável, de manancial, de preservação e de risco
Fundos da Igreja Santa Tereza	Particular	22	30	Área de manancial
Jardim Cristian	Particular	103	90	Área de preservação e de manancial
Libanópolis	Particular	70	24	Área inundável, de manancial, de preservação e de risco
Loteamento Planta Auri Verde	Pública	124	9	Área de manancial
Loteamento Planta Perbiche	Particular	72	102	Área de preservação e de manancial
Loteamento Santa Tereza II	Público e particular	42	103	Área de preservação e de manancial
Nemari I	Pública	93	0	Área de preservação e de manancial
Nemari II	Pública	29	0	Área de preservação e de manancial
Nemari III	Pública	83	0	Área de preservação e de manancial
Nemari IV	Pública	154	0	Área de preservação e de manancial
Nemari II Sul da BR-277	Particular	24	38	Área de preservação e de manancial
Planta Correia Lima	Particular	5	0	Área de preservação e de manancial
Planta Santa Ana	Particular	10	15	Área de preservação e de manancial
Rotatória Renault	Particular	9	5	Área de manancial
Rua Fortaleza	Particular	15	48	Área de manancial
Santa Tereza I	Pública e particular	161	221	Área inundável, de manancial, de preservação, de risco e sobre ruas
Vila Roseli	Particular	8	12	Área de preservação e de manancial
Rua Manoel Pires Cordeiro	Pública	0	3	Área de preservação, de manancial e de risco
TOTAL	-	1049	753	-

Fonte: São José dos Pinhais (2016).

As ocupações irregulares existentes nos Jardins, Nemari I, Nemari II, Nemari III e Nemari IV, localizadas na área de intervenção direta do Projeto de Drenagem – Projeto do Parque Linear do Rio Itaqui, foram objeto de projeto de reassentamento em novos núcleos habitacionais entre os anos de 2014 e 2015, justificando a retração da demanda. De outro modo, a Revisão do PLHIS apontou a existência de um terreno de propriedade do Município com aproximadamente 5.000 m², onde residem 3 famílias/3 habitações. Esta área está identificada como Rua Manoel Pires Cordeiro.

O Gráfico 62 revela a situação de posse dos domicílios pesquisados, com predomínio de imóvel próprio.

GRÁFICO 62
SITUAÇÃO DE POSSE DO DOMICÍLIO – EM % DOS DOMICÍLIOS

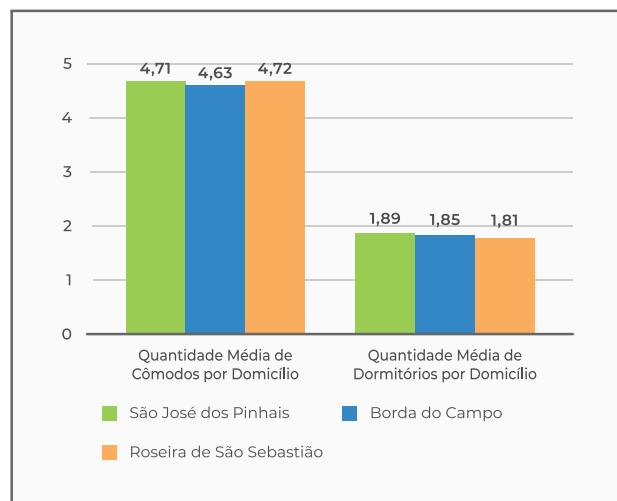


Fonte: Mapa Social – Pesquisa Domiciliar (2017).

Na identificação de dados do território referente a números de dormitórios e cômodos, identifica-se a semelhança dos percentuais na Borda do Campo e Roseira e a relação com o município de São José dos Pinhais.

Na identificação dos cômodos em cada residência, evidencia-se uma média de 4 cômodos por casa e, referente ao número de dormitórios por domicílio, há uma média de 1,85 quartos nas residências.

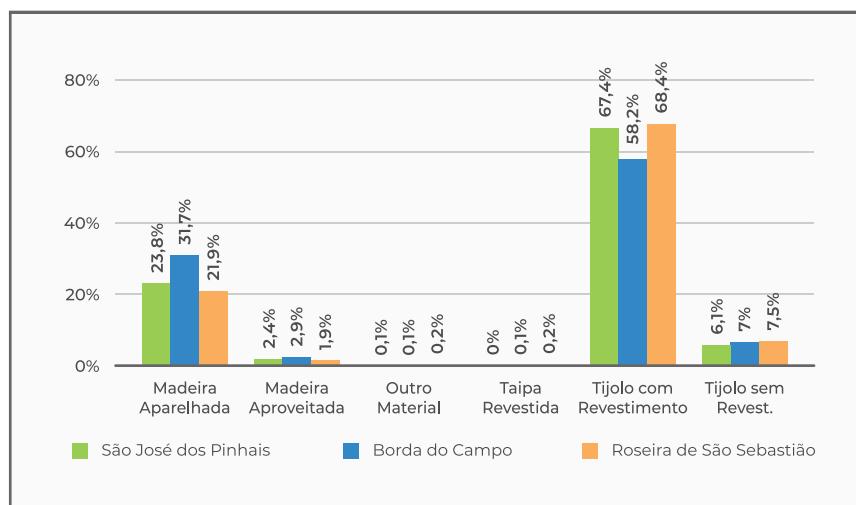
GRÁFICO 63
MÉDIA DE CÔMODOS E DORMITÓRIOS NOS DOMICÍLIOS DAS FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Sobre a edificação dos domicílios da Borda do Campo, constata-se que a maior parte das edificações das famílias cadastradas no Cadastro Único do território são construídas com tijolos e revestimentos. O que é apresentado no Gráfico 64 é que a região da Roseira de São Sebastião tem maior percentual (68,4%) em relação a São José dos Pinhais (67,8%) e Borda do Campo apresenta mais edificações de madeira aparelhada (31,7%) em relação a Borda do Campo e São José dos Pinhais.

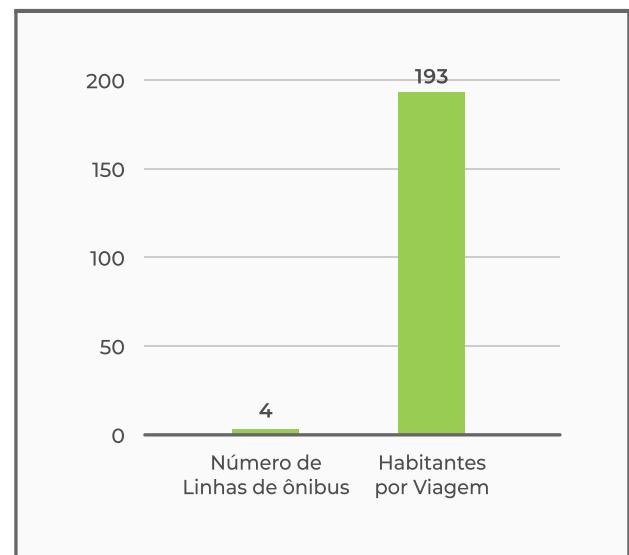
GRÁFICO 64
MATERIAL DAS PAREDES DOS DOMÍCIOS DAS FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO – EM % DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Os dados apresentados sobre a mobilidade, referente ao transporte público municipal, apresentam a insuficiência de linhas de ônibus atrelada à densidade de habitantes na Borda do Campo. O território dispõe de 4 linhas de ônibus e identifica-se o número de habitantes por viagem de ônibus das linhas em 193 habitantes por viagem de transporte público. Além disso, ainda é caracterizado que um alto percentual de moradores se desloca para outros municípios para trabalhar, totalizando 31,4%.

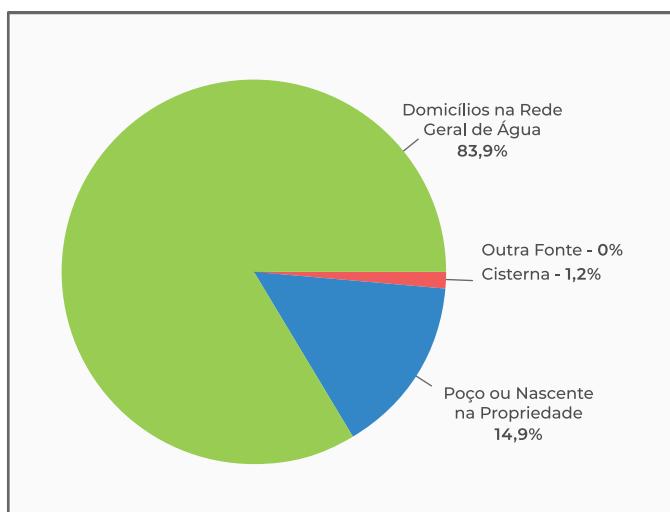
GRÁFICO 65
LINHAS DE ÔNIBUS E DENSIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO



Fonte: São José dos Pinhais (2017d).

Referente ao saneamento básico na Borda do Campo e ao acesso a água no território, segundo os dados do IBGE (2010), identifica-se que o território tem elevado percentual de água tratada e com esgoto (83,9%). Este percentual está acima da média nacional, em que, segundo os dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do Ministério da Saúde em 2013, as formas de acesso à água tratada abrangem aproximadamente 57,6% da população brasileira. Relacionado ao sistema de coleta de lixo, o território da Borda do Campo do campo apresenta alto percentual de sistema de coleta com o indicativo de 98,3% dos domicílios. Porém não foram localizados dados referentes a coleta seletiva e coleta diferenciada de resíduos, em que resíduos com características similares são selecionados pelo gerador (que pode ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição) e disponibilizados para a coleta separadamente.

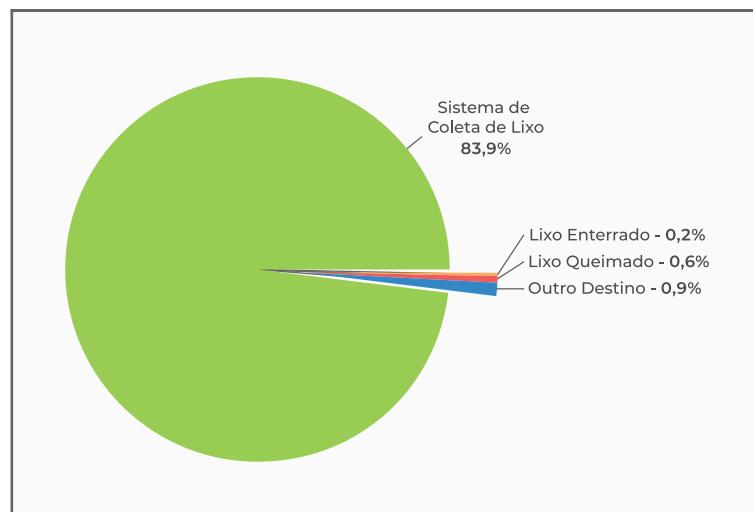
GRÁFICO 66
FORMAS DE ACESSO À ÁGUA NO TERRITÓRIO – EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a implantação da coleta seletiva é obrigação dos municípios e metas referentes à coleta seletiva fazem parte do conteúdo mínimo que deve constar nos planos de gestão integrada de resíduos sólidos dos municípios.

GRÁFICO 67
DESTINAÇÃO DO LIXO – EM % DOS DOMICÍLIOS

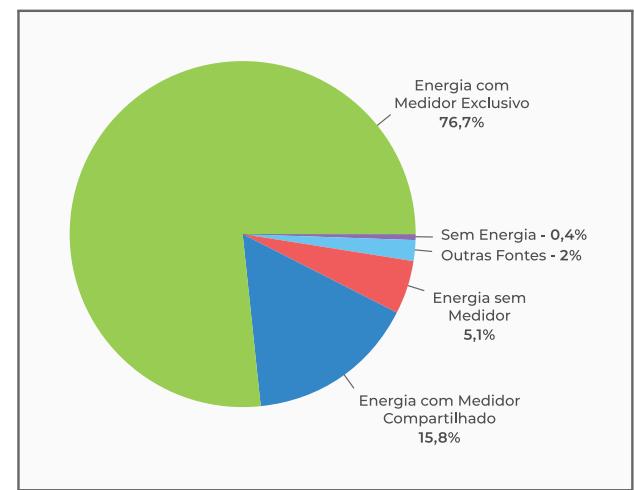


Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

No acesso a eletricidade na Borda do Campo, constata-se que o maior percentual de acesso à energia elétrica nos domicílios é com medidor exclusivo, 76,7%.

Entretanto, ao relacionar estes dados com a realidade brasileira, principalmente no meio rural, onde não existe o fornecimento desse tipo de energia, constata-se que o não acesso relaciona-se com a segregação dos indivíduos, sobretudo com base em suas desigualdades. Em 1980, por exemplo, o Censo registrou que 69% dos domicílios contavam com energia elétrica, servindo a 66% da população, estatística que havia melhorado se comparada com os dados de dez anos antes, quando o acesso à energia elétrica ocorria em apenas 48% dos domicílios (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 29).

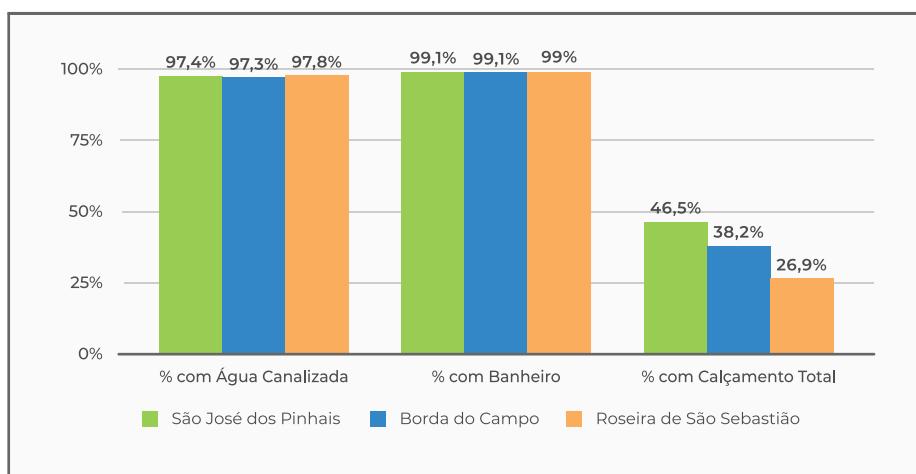
GRÁFICO 68
FORMA DE ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA
EM % DOS DOMICÍLIOS



Fonte: IPEA (2017) com base em IBGE (2010).

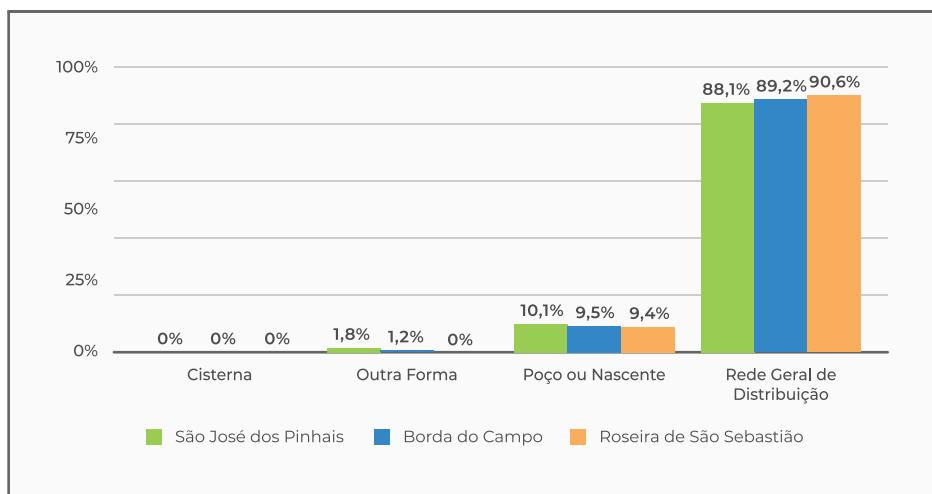
No que se refere a água canalizada e presença de banheiro nos domicílios de famílias inseridas no Cadastro Único das áreas pesquisadas, constata-se percentuais aproximados entre Borda do Campo, Roseira e o município de São José dos Pinhais. Já o indicador calçamento é menor no Roseira de São Sebastião. A forma de abastecimento de água dos domicílios de famílias inseridas no Cadastro Único é predominantemente da rede geral de distribuição. Com relação ao calçamento, os domicílios possuem um percentual inferior (26,9%) em comparação aos domicílios do Borda do Campo (38,2%) e ao município (46,5%). É importante ainda esclarecer que as redes de distribuição de água são formadas por vários componentes: tubulações, bombas, válvulas, reservatórios de nível fixo e reservatórios de nível variável. Para cada componente, têm-se as características do sistema de distribuição em estudo: os valores do caudal nas tubulações, a pressão em cada nó, a altura de água em cada reservatório de nível variável e a concentração de químicos na rede ao longo do tempo são medidos.

GRÁFICO 69
ÁGUA CANALIZADA, BANHEIRO E CALÇAMENTO TOTAL NAS FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO – EM % DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

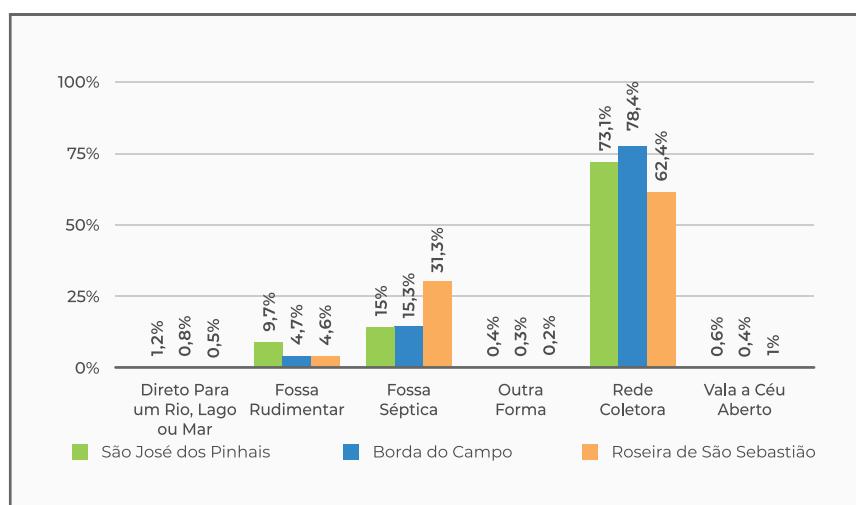
GRÁFICO 70
FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO – EM % DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

Referente ao escoamento sanitário das famílias inseridas no Cadastro Único na Borda do Campo e Roseira de São Sebastião, o maior percentual das formas de escoamento sanitário é via rede coletora, sendo 77,4% na Borda do Campo e 62,4% na Roseira de São Sebastião. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada unidade monetária investida na provisão de saneamento adequado para os domicílios, há uma redução de até cinco unidades monetárias com o tratamento de doenças que tenham origem na falta desse serviço. Mesmo com o percentual mais elevado de escoamento sanitário na Borda do Campo e Roseira (78,4%), há um percentual elevado de fossa séptica nos domicílios, principalmente na Roseira de São Sebastião (31,3%).

GRÁFICO 71
FORMA DE ESCOAMENTO SANITÁRIO DAS FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO – EM % DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS



Fonte: São José dos Pinhais (2017b).

A análise do Índice de Bem-Estar Urbano procurou considerar múltiplas dimensões da vida urbana. Deste modo, o atendimento de serviços coletivos e das condições habitacionais da Borda do Campo e da Roseira expressa-se com múltiplas dificuldades, sendo a mobilidade urbana apresentada como principal temática para intervenção.

8.1 Indicativos das lideranças

Foto 8 – Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades



Crédito: Jucimeri Silveira



Relacionado ao Bem-Estar Urbano, na identificação dos principais problemas e potencialidades apontados pelos informantes-chave, evidencia-se uma diversidade de questões apresentadas pelas lideranças do território Borda do Campo e Roseira.

Quadro 13 – Principais problemas em Bem-estar Urbano
(continua na próxima página)

- Não há uma política para as moradias mais precárias e para a população em maior vulnerabilidade
- Pouco incentivo para a integração de novos habitantes no bairro
- Conflitos dentro dos condomínios habitacionais (brigas por território de trânsito, espaço físico inadequado, conflito entre os moradores)
- Realidade extrema de condições de moradia: belas residências e áreas muito vulneráveis (2)
- Diversas ocupações em áreas de risco
- Crescimento do número de habitantes com a vinda de empresas, acarretando o crescimento de ocupações nas encostas e adensamento das moradias
- Muitos loteamentos (irregulares) que precisam ser regularizados
- Maioria das casas em situação precária e vulnerável

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Quadro 13 – Principais problemas em Bem-estar Urbano (conclusão)

- Dificuldade de acesso a equipamentos públicos (escola, creche e unidades de saúde)
- Ruas esburacadas e sem sinalização (2)
- Ruas sem iluminação
- Dificuldade de acesso a transporte (5)

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

Quadro 14 – Potencialidades em Bem-estar Urbano

- Moradores que residem há muito tempo no bairro, o que produz uma familiaridade e solidariedade entre diversos residentes
- Várias áreas com tratamento de esgoto
- Condomínio habitacional com a oferta de aproximadamente 450 residências
- Programa de financiamento para viabilizar acesso à moradia
- Bairro muito bem estruturado
- Bairro tem espaços vazios para construir conjuntos habitacionais, desde que haja um planejamento
- Acesso a serviços de supermercado e farmácia
- Bastante área verde no entorno das residências
- Pessoas que ocuparam terrenos que com o tempo foram se legalizando

Fonte: Oficina I: Identificação de Problemas e Potencialidades (2017).

8.2 Recomendações

Como síntese dos resultados apresentados, ao observar todas essas informações referentes aos indicadores e a voz da comunidade, identifica-se que é necessário para promover o bem-estar urbano eficiente em seus territórios incidir em ações governamentais e nas parcerias público-privadas no que se refere a melhoria da infraestrutura urbana e valorização das oportunidades oferecidas. Projetos estratégicos, vinculados a um planejamento urbano territorial, podem favorecer: o incremento do acesso ao transporte público no território; o aumento no

percentual de casas com pavimentação melhorias das condições de acessibilidade e mobilidade, especialmente quanto à segurança viária; a implantação de projetos coletivos; a utilização de áreas ociosas para projetos comunitários. Esta dimensão associada às demais abordadas no Mapa Social, favorecem o desenvolvimento territorial, em curto, médio e longo prazos, pela melhoria na qualidade dos serviços prestados, investimentos planejados no ciclo das políticas públicas, e atração de projetos sociais inovadores, visando o desenvolvimento sustentável.

9. Oficina de Hierarquização das Prioridades

Foto 9 – Oficina de hierarquização de prioridades



Crédito: Rosana Bovolin

A Oficina de Hierarquização de Prioridades teve como proposta a apresentação dos dados sistematizados da pesquisa qualitativa, resultantes das Entrevistas com informantes-chave e mapeamento dos problemas e identificação das potencialidades do território (Oficina I), assim como da pesquisa quantitativa realizada com 870 famílias. Outros dados fizeram parte da exposição e compõem o diagnóstico, coletados a partir de pesquisas exploratórias, além de prioridades de ação na Borda do Campo e indicativos de como intervir na realidade existente na comunidade.

Na Oficina II de Hierarquização das Prioridades para a Borda do Campo e Roseira foi adotada uma metodologia participativa com as lideranças e agentes públicos, totalizando 40 participantes que contribuíram com os debates nas oficinas e propostas.

As sugestões consolidadas foram organizadas nas dimensões definidas para análise do Mapa Social, sendo: (i) prosperidade social; (ii) cidade humana; (iii) cidade participativa; (iv) bem-estar urbano. As principais recomendações produzidas durante a Oficina II relativas à dimensão da Prosperidade Social são:

- O Instituto Borda Viva deve contemplar ações e projetos na região que ampliem a atuação para além do Nemari I, II, III;
- Grupo Renault poderia ampliar vagas de trabalho e postos para primeiro emprego de jovem aprendiz com foco de contratação para os moradores da Borda do Campo;
- As empresas da região podem atuar na comunidade no sentido de desenvolvimento do território, com projetos de responsabilidade social e formação técnica para os moradores;

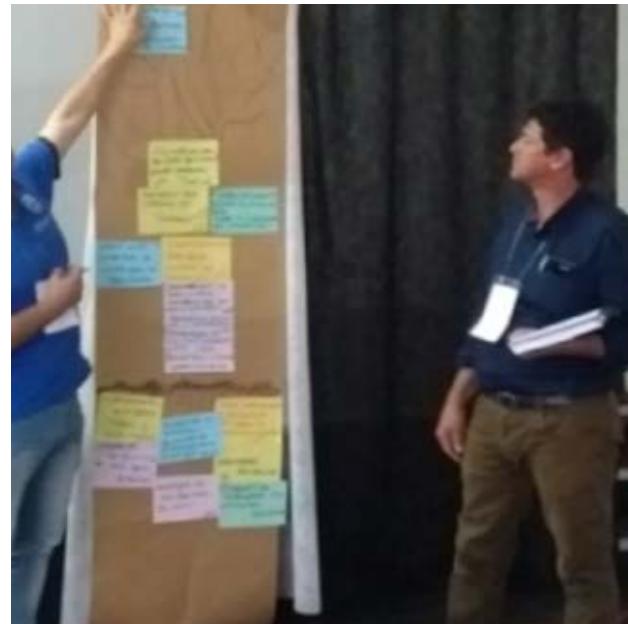
Foto 10 – Oficina Hierarquização de prioridades Borda do Campo



Moradores lideranças Borda, equipe projeto. Andréa Braga.

- Prioridade de melhoria no transporte público de qualidade na região (horários flexíveis, tarifas reduzidas e ampliação da frota) para que os moradores possam se deslocar de São José dos Pinhais para outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba – (RMC);
- Ampliação do número de vagas nas instituições de ensino, principalmente os Centros de Educação Infantil com horário integral. Essas instituições, além de não serem suficientes para a população, também estão instaladas em regiões distantes de muitas famílias, fato esse que dificulta o acesso das crianças à educação infantil;
- Prioridade de acesso à educação em todas as idades, pois a exclusão do acesso interfere na condição de trabalho dos pais e favorece a ampliação do desemprego no bairro, principalmente das mulheres, que ficam com maior responsabilidade de cuidado dos filhos;
- Ampliação da quantidade de unidades de saúde e de recursos humanos, e atendimento com especialistas em resposta às demandas específicas do território;
- Oferta de educação sexual que aborde formas de prevenção (a inclusão de dados sobre gravidez na adolescência, entre outras reflexões importantes, e para prevenção e enfrentamento de DSTs – doenças sexualmente transmissíveis);
- Ampliação de vagas nos CMEIs para crianças de 6 meses a 3 anos;
- Fomento de oportunidades de microempreendedorismo e cooperativismo;
- Fortalecimento dos aparelhos sociais que já existem nos Centros de Referência de Assistência Social – (CRAS);
- Educação como prioridade no território, com mais formação profissional nas escolas e melhoria das estruturas.

Foto 11 – Oficina hierarquização de prioridades



Crédito: Rosana Bovolin

As principais recomendações produzidas durante a Oficina II, relativas à dimensão da Cidade Humana, são:

- O grande problema do território é relacionado ao acesso à saúde, mas se inicia com a distância dos dispositivos de saúde que ficam afastados de determinadas regiões da Borda do Campo e Roseira;
- Problema com os transportes públicos defasados e insuficientes;
- Ampliação do atendimento em maternidade, considerando que o quadro da equipe médica é

extremamente precário, com falta de qualificação na atenção básica e negligência ao paciente, causando problemas ao feto pela demora no atendimento;

- Necessidade de uma unidade de saúde 24 horas na região para atendimento das demandas graves de atendimento à saúde;
- Maior segurança pública com foco em ações preventivas;
- Necessidade de ações para os jovens na comunidade, pois há pouco acesso a programas e espaços para a juventude;
- Ampliar a proposta de trabalho dos adolescentes com mais perspectivas de formação e futuro;
- Aumentar a contratação dos profissionais na área da saúde;
- O mapa deve ser ampliado, constantemente revisado e divulgado amplamente.

Principais recomendações da Oficina II – Borda do Campo e Roseira de São Sebastião referente à dimensão da Cidade Participativa:

- Fortalecimento das organizações coletivas do território, acompanhamento dos moradores referente à mobilização e à efetividade de representação na defesa de pautas coletivas e maior exigência das demandas do território para o poder público;
- Divulgação das atividades da Subprefeitura e fomento a sua potencialidade como um canal catalisador das problemáticas no território;
- Ampliação de centros de convivência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), ampliando a formação e as ações de fortalecimento de vínculos no território;
- Fortalecimento da associação de moradores para organização coletiva do território.

Foto 12 – Reunião da Comissão de Acompanhamento



Crédito: Rosana Bovolin

Principais recomendações da Oficina II – Borda do Campo e Roseira de São Sebastião referente à dimensão do Bem-Estar Urbano:

- Melhorar a infraestrutura dos espaços públicos: prioridade em mais iluminação e câmeras nos locais de maior periculosidade;
- Fomentar espaços de convivência coletiva no território;
- Incluir áreas específicas para pessoas com deficiência com foco na mobilidade e acessibilidade;
- Ampliar parcerias para melhor utilização dos espaços públicos na comunidade.

O Mapa Social revela problemas prioritários e potenciais soluções, com destaque para as seguintes:

Quanto à redução da vulnerabilidade, as soluções são: ampliação do acesso a programas de transferência de renda, a benefícios socioassistenciais e a benefícios previdenciários; implantação de uma política de geração de trabalho e renda (intermediação; qualificação e profissionalização); implantação de programas e projetos de economia solidária; fortalecimento da agricultura familiar e implantação de hortas comunitárias. Outras ações podem ser destacadas: programa Primeiro Emprego; ampliação de acesso a programas de esporte, cultura e lazer; ampliação do programa Aprendiz e outras estratégias como o programa Agente Cidadão.

Na redução da mortalidade infantil, outras ações se destacam: ampliação da cobertura da estratégia de saúde da família; realização de pré-natal e garantia da cobertura vacinal; melhora no acesso à saúde

(especialidades); políticas e ações de promoção da segurança alimentar e nutricional. Para o enfrentamento à violência familiar, é necessário investir na rede de proteção, em ações preventivas que fortaleçam a convivência comunitária e familiar; na adoção de ferramentas de gestão integrada (ficha de notificação), de protocolos e processos de capacitação; no fortalecimento dos serviços de proteção à família. Quanto às demandas relacionadas ao uso abusivo de drogas e outros conflitos, ressalta-se a necessidade de serviços e programas específicos (CAPS-Ad e Política de Redução de Danos), com atuação estratégica em equipamentos sociais, especialmente as escolas.

No que se refere aos fatores relacionados ao abandono escolar, é preciso investir na formação continuada de professores; na implantação de metodologias ativas e atividades criativas; na abertura da escola para atividades recreativas e culturais aos finais de semana; na potencialização dos serviços ofertados pela juventude.

Quanto às dificuldades no acesso à saúde, é fundamental garantir a composição de equipe mínima para atendimento da atenção básica com qualidade para a comunidade; a adequação da unidade proporcionalmente ao quantitativo populacional; a adoção do protocolo para pronto atendimento com critérios de risco para urgência e emergência; a avaliação de viabilidade de ofertas no território de especialidades e de implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento; a modernização do atendimento.

Por fim, o território possui demandas diversas que dependem de planejamento urbano municipal e de cooperações com iniciativas de organizações

privadas e de organizações da sociedade civil, com a implantação de inovações e soluções que possam impactar positivamente no território, visando-se desenvolvimento social, econômico e cultural.

10. Identificação das Lideranças

No levantamento da identificação das lideranças, foi realizada uma primeira aproximação, com a definição de nomes por 10 informantes-chave participantes da fase inicial do projeto, que contemplou a análise qualitativa dos dados do território. Esses informantes eram presidentes e representantes de associação de moradores, agentes públicos, lideranças ligadas a organizações de ampla incidência na Borda do Campo e Roseira. Para ampliar o contato com os nomes das lideranças indicadas, mobilizaram-se esses atores para participação em oficina de identificação de problemas e potencialidades do território e hierarquização das prioridades no território.

O Quadro 15 identifica as organizações que representam e o primeiro nome do representante.

Quadro 15 – Lideranças e suas organizações identificadas no território

ASSOCIAÇÕES DA BORDA DO CAMPO E ROSEIRA	
Associação de Moradores da Borda do Campo	Beatriz Fontana
Associação Borda	Celso Melh
Associação de Moradores da Borda Viva	Roseli
Associação de Moradores Libanópolis	Geovana
Associação Skatista Borda	Celso
ATUAÇÃO COM CRIANÇAS E JUVENTUDE	
Centro da Juventude	Jonathan
CMEI A Árvore dos Sapatos	Cristiane
CMEI Borda Viva	Cristina
Colégio Estadual Tiradentes	Regina
Colégio Maria Leni	Edmar Adão
Colégio Zilda Arns	Kelli
Colégio Zilda Arns	Lilian
Escola de Educação Infantil Motivação	Gisele
LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS	
Liderança Igreja Adventista	Mauro
Liderança Borda	Cristina Dias
Liderança Borda do Campo	Sirley
Liderança Borda do Campo	José Brígido
Liderança Borda do Campo	Artur Paulo
Liderança Borda do Campo	Mariano
Liderança Borda do Campo	Vianei
Liderança Igreja Adventista	Ronilda
Liderança Igreja Batista	Roger Magalhães
Liderança Igreja Fire	Israel
Liderança Igreja Quadrangular	Sirley
Liderança Planta Perbiche / Santa Tereza	João Dionísio
Liderança Planta Perbiche / Santa Tereza	Madalena
Liderança Comunitária (Pedagoga CMEI)	Eliane
AGENTES PÚBLICOS DE SETORES VINCULADOS À PREFEITURA	
Subprefeitura Borda do Campo	Celso
CRAS	Luzia
CRAS	Danielle
Unidade de Saúde Martinópolis	Ivone
INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO TERRITÓRIO	
Rotary Club	Sergio
Abrigo de Passagem de Meninos	Luiz Carlos de Oliveira
Lar Mãe Maria	Irmã Narcisa

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Em momento posterior à finalização do Mapa Social Borda do Campo e Roseira, será realizado contato

com as diversas lideranças identificadas para produção de mapeamento detalhado, bem como o perfil e histórico das lideranças, estratégicas para o desenvolvimento da cidadania ativa e fortalecimento do conselho de governança democrática.

11. Ciclo de Desenvolvimento Territorial e Análise Final

O processo de desenvolvimento do Mapa Social como uma ferramenta de leitura e análise dos territórios, especialmente os mais vulneráveis, se constitui como uma importante inovação social que, com engajamento de empresas, poder público, universidades e a própria comunidade, possibilita, especialmente, a intervenção urbana planejada, em busca de soluções para os problemas e demandas, tendo como objetivo central o desenvolvimento social e territorial, com impactos regionais.

O processo de pesquisa permitiu a identificação e hierarquização de problemas e tendências que podem ser enfrentadas a partir de ações estruturantes. Neste sentido, foram elencadas possibilidades para uma atuação mais estratégica, tendo em vista um segundo ciclo do Mapa Social:

Portal do Mapa Social: modelagem, desenvolvimento e gestão de uma plataforma virtual, na proposta de um observatório, para difusão da ferramenta, diagnósticos, fomento de projetos sociais, incidência nas políticas públicas, formação de lideranças e governança democrática; difusão de relatórios a partir dos indicadores de monitoramento e impacto social; banco de projetos, negócios sociais, novos empreendimentos e agenda comunitária; publicização de projetos de desenvolvimento de capital humano e de aprimoramento das políticas públicas; banco de projetos e indicadores de

investimentos; desenvolvimento de portfólio de investimentos; captação de ideias inovadoras; **Escritório de Projetos** (base física de desenvolvimento de projetos, inovação social e assessoria):

I – Assessoria e implantação de projetos: fomento de negócios sociais e assessoria ao Fórum de Investidores Sociais; desenvolvimento de planejamento urbano (curto, médio e longo prazos); formulação de projetos a partir do Mapa Social; produção de indicadores, avaliação de políticas públicas e incidência propositiva; produção de instrumentos de planejamento e controle social, visando o aprimoramento da governança democrática e qualidade dos serviços; assessoria à Comissão de Governança Democrática (comunidade); apoio às entidades e organizações da sociedade civil para desenvolvimento de projetos.

II – Desenvolvimento de Capital Humano e Consultoria: oferta de Cursos de curta duração para a rede pública local e entidades; implantação e novas metodologias de trabalho, novas formas de solução de conflitos (justiça restaurativa); desenvolvimento de projetos de promoção da diversidade e da cultura da paz no território/ equipamentos; avaliação de impactos dos projetos implementados; desenvolvimento de novas soluções e inovações sociais; implantação e processos para o aprimoramento das políticas públicas; formação de lideranças no território; promoção de empreendedorismo (individual e coletivo), de economia solidária e outras estratégias de autonomia e desenvolvimento econômico.

As dimensões abordadas no Mapa Social revelam a fotografia de território com demandas diversas que precisam ser inseridas num planejamento urbano

de curto, médio e longo prazos, com primazia do poder público para o provimento de serviços de melhor qualidade, assim como implantação de projetos e programas de impacto social e ambiental. É possível iniciar um processo de planejamento da atuação estratégica nos equipamentos existentes, considerando as potencialidades identificadas.

O investimento do Instituto Renault no projeto Mapa Social é orientado por uma perspectiva de atuação territorial fortalecida que possibilite maior impacto das ações locais e em escala para soluções identificadas. Ao mesmo tempo, permite maior influência na definição de políticas e oportunidades no território e cidades, em absoluta sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por cidades mais participativas, prósperas, inovadoras e humanas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1>>. Acesso em: jul. 2018.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório Anual de 2016*. 2016. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24985/210852PT.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.
- BASTOS, A.; FERNANDES, G.; PASSOS, J.; MALHO, M. *Um Olhar Sobre a Pobreza Infantil: Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra: Almedina, 2008. (Coleção Econômicas, n. 7, 2. série).
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- BRASIL. Lei nº 13,257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 mar. 2016.
- BROSE, M. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.
- CAVALCANTI, J. S. B. et al. (org.) *Lá no Território: um olhar do cidadão sobre o programa territórios da cidadania*. Recife: Ed. UFPE; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- COELHO, F. M. G. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: UFV, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Homicídios na Adolescência no Brasil – IHA 2014*. Brasília: UNICEF, 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/media_37371.html>. Acesso em: jun. 2018.
- GOMES, M. A. O. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD contínua – características gerais dos domicílios 2016*. Brasília: IBGE, 2016a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101379>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa mensal de emprego*. Brasília: IBGE, 2016b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2018. (Série Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Ipeadata*. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília: IPEA, [2016]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html>. Acesso em: jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5441>. Acesso em: 4 jan. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Perfil energético sob a ótica das questões ambientais. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar 2016*. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Caderno Estatístico Municipal de São José dos Pinhais*. Curitiba: IPARDES, 2017. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83000&btOk=ok>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

LIMA, C. B.; SILVEIRA, J. I. Práticas deliberativas e restaurativas em medidas socioeducativas: jovens como sujeitos de direitos. *Argumentum*, Vitória, v. 9, p. 140-153, 2017.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de Atendimento social: uma ação possível? *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/revistacatolica>. Acesso em: 25 fev. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Indicadores do Ensino Superior*. [S.I.]: Observatório do PNE, 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PARANÁ. *Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas relativos à morte (jan. a dez)*. Curitiba: Secretaria de Estado da Segurança Pública, 2018.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório de ações*: Departamento de Atendimento Socioeducativo, Paraná, 2015. Curitiba: SEJU, 2015

Disponível em: <http://www.dease.pr.gov.br/arquivos/File/relatorio_dease_2015.pdf>. Acesso em: jun. de 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório Desenvolvimento Humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano*. Nova York: PNUD, 2015. Disponível em: <<http://www.fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-Desenvolvimento-Humano.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

QEDU. *Censo Escolar*. [S.I.]: QEdU, 2017. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. *Índice de Bem-Estar Urbano IBEU*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Habitação. *Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLH/S*. 1. rev. São José dos Pinhais: [s.n.], 2016. Disponível em: <<http://conselhos.sjp.pr.gov.br/plano-local-de-habitacao-deinteresse-social/>>. Acessado em: 20 dez 2018.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura municipal. *Pedido de informações formalizado*. São José dos Pinhais, 2017a.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência Social. *Vigilância Socioassistencial*. São José dos Pinhais: [s.n.], 2017b.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde. *Saúde Transparente*. São José dos Pinhais: [s.n.], 2017c. Disponível em: <<http://saudetransparente.sjp.pr.gov.br/#/home>>. Acesso em: 11 out. 2017.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Transporte. *Pedido de informações formalizado*. São José dos Pinhais, 2017d.

SILVEIRA, J. I. (org.). *Diagnóstico dos direitos violados de crianças e adolescentes: município de São José dos Pinhais*. Curitiba: Blanche, 2012. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/xtras/diagnostico_direitos_ca_sjp.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

SILVEIRA, J. I. Desigualdades territoriais, políticas públicas e garantia de direitos. In: GUEBERT, M. C.; COSTA, R. *Educação, política e direitos humanos: diálogos necessários para o século XXI*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

SILVEIRA, J. I. Assistência Social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017.

SILVEIRA, J. I; COLIN, D. A proteção Social não contributiva no Brasil: processo histórico entre a residualidade e a universalidade. In: COSTA, L. DEL VALLE, A. H. *A Seguridade Social no Brasil e na América Latina: os direitos sociais em tempos de ajustes fiscais*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2017.

SIMÕES, G. L.; SIMÕES, J. M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

TERRA. *Relatório de diagnóstico e planejamento participativo do meio rural do município de Cabo Verde – Minas Gerais*. Cabo Verde: [s.n.], 1997.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília, DF: MDA. Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO; CEBELA, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

APÊNDICE I – Questionário da Pesquisa

MAPA SOCIAL BAIRROS: BORDA DO CAMPO / ROSEIRA DE SÃO SEBASTIÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR OUTUBRO 2017	REALIZAÇÃO 
--	--

QUESTIONÁRIO - PESSOA

Observações:	As demais perguntas deverão ser respondidas para todos os membros da família
	Código do domicílio (já preenchido): (_____)
	(____) Número de sequência das pessoas (MEMBROS DA FAMILIA) (Número sequencial que deverá identificar os dados de cada um dos membros da família)

Seção 1	Características do membro da família					
1.1. Sexo deste membro da família:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	1.2. Idade deste membro da família:		1.3. Cor deste membro da família:	<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Parda
1.4. Relação de parentesco deste membro da família com a pessoa responsável pela unidade familiar:	<input type="checkbox"/> Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF <input type="checkbox"/> Cônjuge ou companheiro(a) <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Neto(a) ou bisneto(a) <input type="checkbox"/> Pai ou mãe <input type="checkbox"/> Genro ou nora <input type="checkbox"/> Enteado(a) <input type="checkbox"/> Irmão ou irmã <input type="checkbox"/> Sogro(a) <input type="checkbox"/> Outro parente <input type="checkbox"/> Não parente					
1.5. Atualmente este membro da família está estudando?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTAO 2.1)	<input type="checkbox"/> Não sabe (PULE PARA A QUESTAO 2.1)			
1.6. Este membro da família frequenta qual série/curso?	<input type="checkbox"/> Educação infantil <input type="checkbox"/> Pré-escola (exceto CA) <input type="checkbox"/> Classe de Alfabetização - CA <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (duração 9 anos) <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Especial <input type="checkbox"/> Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal) <input type="checkbox"/> Ensino Médio Especial <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)					

PARCEIROS



Instituto RENAULT

MAPA SOCIAL
BAIRROS: BORDA DO CAMPO / ROSEIRA DE SÃO SEBASTIÃO
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR
OUTUBRO 2017

REALIZAÇÃO



QUESTIONÁRIO - DOMICÍLIO

Identificação e controle	
Código do domicílio (já preenchido):	
Telefone de contato:	
Loteamento:	
Data da entrevista (dd/mm/aa):	
Entrevistador/a:	
Assinatura:	
Comentários do entrevistador/a	

Seção 1	Características da moradia									
1.1. Tempo de residência no domicílio	<input type="checkbox"/> Até 1 ano	<input type="checkbox"/> De 1 a 3 anos	<input type="checkbox"/> De 3 a 5 anos	<input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos	<input type="checkbox"/> De 10 a 20 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 20 anos	<input type="checkbox"/> Não sabe			
1.2. Este domicílio é:	<input type="checkbox"/> Alugado	<input type="checkbox"/> Próprio financiado	<input type="checkbox"/> Próprio (já totalmente pago)	<input type="checkbox"/> Emprestado /cedido	<input type="checkbox"/> Ocupação irregular	<input type="checkbox"/> Não sabe				
1.3. Tem algum membro da família com deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)	<input type="checkbox"/> Não (PULE PARA A QUESTÃO 1.6)					<input type="checkbox"/> Sim				
1.4. Qual(is) deficiência(s)	<input type="checkbox"/> Cegueira	<input type="checkbox"/> Baixa visão	<input type="checkbox"/> Surdez severa/profunda	<input type="checkbox"/> Surdez leve/moderada	<input type="checkbox"/> Deficiência física	<input type="checkbox"/> Deficiência intelectual	<input type="checkbox"/> Síndrome de Down	<input type="checkbox"/> Transtorno /doença mental	<input type="checkbox"/> Outros, qual: _____	<input type="checkbox"/> Não sabe

PARCEIROS



Instituto RENAULT

ANEXO I – Lista dos equipamentos públicos disponíveis no território

Assistência Social:

- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Affonso Celso de Araújo Franco (Rua Joana Percegona Zen, 78 – CEP: 83.075-310).
- Centro de Juventude (Rua Leônio Correa, 311 – CEP: 83.075-296).

Cultura:

- Biblioteca Pública Borda do Campo (Estrada da Roseira, 5.800 – CEP: 83.075-010).

Educação:

- Escola Municipal Prof. Genoveva Sicuro de Brito – Ensino Fundamental (Rua Acre, 1.158 – CEP: 83.040-030).
- Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Madre Teresa de Calcutá – CEMAE Borda do Campo (Rua dos Monges Beneditinos, 186 – CEP: 83.075-320).
- Centro Municipal de Educação Infantil Borda Viva (Rua Evelize Aparecida Rosseti Mendes, 200 – CEP: 83.075-270).
- Centro Municipal de Educação Infantil Caminhos da Serra (Rua Vereador Altivir Stoco, 57 – CEP: 83.075-350).
- Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho do Céu (Rua Diolinda Ricardina de Jesus, 150 – CEP: 83.075-240).
- Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Stocco (Rua Marina Coelho, 91 – CEP: 83.075-295).
- Centro Municipal de Educação Infantil Sabiá Laranjeira (Estrada da Roseira, 5.850 – CEP: 83.075-010).
- Colégio Estadual Tiradentes (Rua Chapecó, 300 – CEP: 83.075-170).
- Colégio Estadual Zilda Arns Neumann (Rua Manoel Correa, 500 – CEP: 83.075-272).
- Escola Municipal Antônio Franco da Rocha – Ensino Fundamental (Rua Canoinhas, 250 – CEP: 83.075-050).
- Escola Municipal Prefeito Francisco Ferreira Claudino – Ensino Fundamental (Rua Matilde Brantil de Paula, 635 – CEP: 83.075-508).
- Escola Municipal Prof. Maria Leni Haluch de Bastos – Ensino Fundamental (Rua Ângelo Sgarbe, 333 – CEP: 83.075-280).

Esporte e Lazer:

- Academia da Terceira Idade (Av. dos Bosques, s/nº – CEP: 83.075-180).
- Academia da Terceira Idade (Estrada da Roseira, s/nº – CEP: 83.075-010).
- Academia da Terceira Idade (Rua Leônio Correa, s/nº – Centro de Juventude – CEP: 83.075-296).
- Academia da Terceira Idade (Rua Manoel Tiburcio Machado, 637 – Centro de Esporte e Lazer Borda do Campo – CEP: 83.075-390).
- Academia da Terceira Idade (Rua Marginal BR 277, s/nº).
- Campo de Futebol (Rua Julia da Costa, s/nº).
- Cancha de Futebol de Areia (Rua Canoinhas, s/nº – Praça da Borda do Campo – CEP: 83.075-050).
- Centro de Esporte e Lazer Borda do Campo – Roberto Cichella (Rua Manoel Tiburcio Machado, 637 – CEP: 83.075-390).

- Pista de Caminhada (Rua Manoel Tiburcio Machado, 637 – Centro de Esporte e Lazer Borda do Campo – CEP: 83.075-390).
- Pista de Skate (Rua Canoinhas, s/nº – Praça Borda do Campo – CEP: 83.075-050).

Meio Ambiente:

- Capela Mortuária Municipal Borda do Campo (Rua Canoinhas – esquina com Estrada da Roseira, s/nº – CEP: 83.075-050).
- Cemitério Municipal Borda do Campo (Estrada da Roseira, s/nº – CEP: 83.075-010).

Prefeitura:

- Administração Regional Borda do Campo (Estrada da Roseira, 5.800 – CEP: 83.075-010).

Saúde:

- Unidade de Saúde Borda do Campo (Estrada da Roseira, 5.850 – CEP: 83.075-010).
- Unidade de Saúde Martinópolis (Rua Pedro Batista Medeiros, 328-392 – São Sebastiao, CEP: 83.050-638).

ANEXO II – Formulário explicativo das principais variáveis

INDICADORES DE PROSPERIDADE SOCIAL

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	PERIODICIDADE	LINK
% trabalhadores por conta própria	Número de trabalhadores por conta própria dividido pela população com 14 anos ou mais	Questionário	A critério	Não se aplica
% de 18 a 64 anos que não trabalham, não estudam e não recebem aposentadoria	População entre 18 e 64 anos que possui as três características ao mesmo tempo, sendo que ninguém na família recebe a aposentadoria	Questionário	A critério	Não se aplica
Renda familiar média	Renda familiar declarada somada dividida pelo número de famílias	Questionário	A critério	Não se aplica
Taxa de pobreza CadÚnico	% das famílias do território cadastradas que possuem renda abaixo da linha da pobreza	Secretaria de Assistência Social (secundário)	A critério	Pedido formal de dados
Famílias cadastradas e inseridas no Bolsa Família	% das famílias cadastradas no CadÚnico que recebem o Bolsa Família	Secretaria de Assistência Social (secundário)	A critério	Pedido formal de dados
Distorção idade-série	% dos estudantes que estão com dois anos ou mais de defasagem na escola	Qedu (secundário)	Anual	www.qedu.org.br/
Taxa de interesse em empreender	População com 14 anos ou mais que declarou ter interesse em empreender	Questionário	A critério	Não se aplica
IDEB médio das escolas e colégios	IDEB de cada unidade educacional do território ponderado pelo número de alunos por unidade	INEP (secundário)	A cada dois anos	portal.inep.gov.br/consulta-ideb

INDICADORES DA CIDADE HUMANA

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	PERIODICIDADE	LINK
% trabalhadores por conta própria	Número de trabalhadores por conta própria dividido pela população com 14 anos ou mais	Questionário	A critério	Não se aplica
% de 18 a 64 anos que não trabalham, não estudam e não recebem aposentadoria	População entre 18 e 64 anos que possui as três características ao mesmo tempo, sendo que ninguém na família recebe a aposentadoria	Questionário	A critério	Não se aplica
Renda familiar média	Renda familiar declarada somada dividida pelo número de famílias	Questionário	A critério	Não se aplica
Taxa de pobreza CadÚnico	% das famílias do território cadastradas que possuem renda abaixo da linha da pobreza	Secretaria de Assistência Social (secundário)	A critério	Pedido formal de dados
Famílias cadastradas e inseridas no Bolsa Família	% das famílias cadastradas no CadÚnico que recebem o Bolsa Família	Secretaria de Assistência Social (secundário)	A critério	Pedido formal de dados
Distorção idade-série	% dos estudantes que estão com dois anos ou mais de defasagem na escola	Qedu (secundário)	Anual	www.qedu.org.br/
Taxa de interesse em empreender	População com 14 anos ou mais que declarou possuir interesse em empreender	Questionário	A critério	Não se aplica
IDEB médio das escolas e colégios	IDEB de cada unidade educacional do território ponderado pelo número de alunos por unidade	INEP (secundário)	A cada dois anos	portal.inep.gov.br/consulta-ideb

INDICADORES SUGERIDOS PARA MONITORAMENTO PARA A INFÂNCIA

INDICADOR	FORMULAÇÃO E MEDIDA EMPÍRICA	FONTES
Maternidade segura	Proporção de mulheres entre 15 e 49 anos que receberam cuidados pré e pós natal	DATASUS
Natalidade de adolescentes	Taxa de natalidade de adolescente (número de nascimentos anuais por x adolescentes entre 15 e 19 anos)	DATASUS
	Taxa de gravidez na adolescência (10 a 17 anos) – 2010	IPEA (2010) e Saúde Transparente (2017)
Mortalidade infantil	Expectativa de vida ao nascer (em anos) – 2010	IPEA (2010) e Saúde Transparente (2017)
	Mortalidade infantil (cada mil nascidos vivos) – 2010	IPEA (2010) e Saúde Transparente (2017)
	Tempo médio de espera na Unidade Básica de Saúde (em min) – 2017	IPEA (2010) e Saúde Transparente (2017)
Proteção infantil	% de crianças menores de cinco anos com registo de nascimento	IBGE - Estatísticas do Registro Civil
	% de mulheres entre 20 e 24 anos que foram casadas ou em união aos 18 anos	IBGE - Estatísticas do Registro Civil
	% de crianças entre 5 e 14 anos submetidas a trabalho infantil	Cadastro Único
	% crianças de 2 a 14 anos que sofreram alguma disciplina violenta (agressão psicológica, negligência e punição física) no último mês	SIPIA/Conselho Tutelar. Registro de violências e de aplicação de medidas socioeducativas em jovens no território.
Nutrição	% crianças e adolescentes em situação de sobrepeso e excesso	SISVAN
Primeira infância	Frequência na educação infantil	Sistemas municipais de informação
	Educação e creches como principais problemas – em % das famílias	Mapa Social Número de famílias que citaram educação e creches como um dos principais problemas do território dividido pelo número total de famílias.
Distorção	Taxa de distorção (idade x série) dos educandos (defasagem de +2 anos)	INEP Tx de Distorção = $(D / (D + I)) * 100$
Aprovação	Taxa de Aprovação do EF I, II e EM. Porcentagem de alunos que alcançaram os critérios mínimos para conclusão satisfatória.	INEP Tx de Aprov = $(\text{aprovados} / (\text{aprovados} + \text{reprovados} + \text{abandono})) * 100$
Abandono	Taxa de abandono dos educandos em comparação ao número total dos educandos. Indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.	INEP Tx de Aband = $(\text{ABAND} / (\text{APR} + \text{REP} + \text{ABAND})) * 100$
	% Crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos fora da escola	Coleta de dados primários
Escolaridade	% de 5 a 6 anos fora da escola	IPEA/IBGE
	% de 18 a 20 anos com médio completo	IPEA/IBGE
	% 18 anos ou mais com fundamental completo	IPEA/IBGE
	% de 11 a 13 anos nos anos finais ou com fundamental completo	IPEA/IBGE
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	IPEA/IBGE
	% de indivíduos em condição de estudante	Coleta de dados primários
	% população estudante por nível de ensino	Coleta de dados primários

CONTINUAÇÃO – INDICADORES SUGERIDOS PARA MONITORAMENTO PARA A INFÂNCIA

Qualidade da educação	Evolução do IDEB 4º/5º ano das escolas municipais do território	Nota da ESCOLA no IDEB ao longo do TEMPO, nesse as escolas municipais, alunos no 4º/5º ano
	Evolução do IDEB 8º/9º ano dos colégios estaduais do território	Nota do COLÉGIO no IDEB ao longo do TEMPO, nesse os colégios estaduais, alunos no 8º/9º ano
	Média de alunos por turma (número total de alunos dividido pelo número de turmas)	INEP
	Alunos por computador disponível (Número total de alunos dividido pelo número de computadores disponíveis para uso discente)	INEP
Formação docentes	% dos professores com formação na área em que atuam	Censo Escolar INEP
	% dos professores sem nenhum tipo de formação superior	Censo Escolar INEP
Violência	Violência e violação de Direitos de menores de 18 anos no município entre 2016 e 17 de novembro de 2017 por gênero	Sistema local de vigilância socioassistencial
	Homicídios na adolescência	DATASUS
Socioeducação	Ocorrência de violências e medidas socioeducativas	Registro de violências e de aplicação de medidas socioeducativas em jovens no território

INDICADORES CIDADE PARTICIPATIVA

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	PERIODICIDADE	LINK
Grau de civismo	% das famílias em que alguém participa de alguma organização social	Questionário	A critério	Não se aplica
Indicação de líderes de referência	Nome indicado pela família como um dos líderes do território	Questionário	A critério	Não se aplica
Indicação de empresas que colaboraram com o território	Nome da empresa indicada como uma das que colaboraram com o território	Questionário	A critério	Não se aplica
Conhecimento da associação Borda Viva	Número de pessoas que declararam conhecer a associação Borda Viva	Questionário	A critério	Não se aplica
Quantidade de organizações atuantes no território	Soma das organizações atuantes em direitos e desenvolvimento social no território	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	A critério	Não se aplica

BEM-ESTAR URBANO

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE	PERIODICIDADE	LINK
Taxa de domicílios próprios	% dos domicílios que são próprios, quitados ou em quitação	Questionário	A critério	Não se aplica
Taxa de domicílios alugados	% dos domicílios alugados de um terceiro	Questionário	A critério	Não se aplica
Déficit habitacional e áreas de ocupação irregular	Déficit de habitações conforme parâmetros estabelecidos e áreas com ocupação não formalizada	Secretaria de Habitação (secundária)	A critério	Pedido formal de dados
Área de ocupação irregular	Número de áreas com ocupação não registrada e irregular no território	Secretaria de Habitação (secundária)	A critério	Pedido formal de dados
Domicílios sem calçamento adequado	% dos domicílios sem calçada adequada na frente	IBGE (secundária)	A cada dez anos	https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm
Domicílios sem calçamento acessível a cadeirantes	% dos domicílios sem calçada com acesso para cadeirantes	IBGE (secundária)	A cada dez anos	https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm
Urbanismo como principal problema	Falta de pavimentação, calçadas, saneamento, iluminação e problemas de urbanismo correlatos como principal problema	Questionário	A critério	Não se aplica
Número de moradores por viagem de trans. público	Número de moradores dividido pelo número total de ônibus que passam no território	Secretaria de Transportes (secundária)	A critério	Pedido formal de dados
Número de linhas de ônibus	Contagem do número de linhas que passam pelo território	Secretaria de Transportes (secundária)	A critério	Pedido formal de dados
Transporte como problema principal	% que elencou transporte como principal problema	Questionário	A critério	Não se aplica

ANEXO III – Potencial da rede local

DIMENSÃO	LOCAL	DESCRÍÇÃO DA ATIVIDADE	INSCRIÇÃO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO MAPA SOCIAL	POTENCIAL DO PROJETO/ INSTITUIÇÃO	QUAL POTENCIAL DIMENSIONADO?
Assistência Social	Abrigo de Passagem de Meninos	Unidades de acolhimento institucional de abrigamento de meninos (crianças e adolescentes), provisório e excepcional.	Não	7	<p>Ações de formação continuada de equipe técnica;</p> <p>Fomentar e incidir em projetos para fortalecimento da rede de proteção da criança e adolescente no município e no estado;</p> <p>Trabalhar ações com a perspectiva de projeto de vida e fortalecimento de vínculos familiares ou em inserção em família substituta.</p>
	Lar Jesus, Maria, José	Atendem pessoas idosas sem vínculo familiar ou em situação de vulnerabilidade social.	Não	7	<p>Ações de formação continuada de equipe técnica;</p> <p>Fortalecer articulação e trabalho conjunto com a rede socioassistencial;</p> <p>Trabalhar ações de reestabelecimento de vínculo familiar.</p>
	Lar Mãe Maria	<p>Unidades de acolhimento institucional de abrigamento de meninas (crianças e adolescentes). Atualmente, são acolhidas, em média, 45 meninas nas casas lares.</p> <p>Atuação com projetos da Faurecia. Parcerias anteriores com Instituto Renault e fornecedores.</p> <p>Indicativo de projeto com a necessidade de transporte para os jovens.</p>	Sim	10	<p>Ações de formação continuada de equipe técnica;</p> <p>Fortalecer articulação e trabalho conjunto com a rede socioassistencial;</p> <p>Trabalhar ações na perspectiva de formulação de projeto de vida e fortalecimento de vínculos familiares, bem como inserção em família substituta;</p> <p>Mobilização de colaboradores do território para atendimento da demanda institucional.</p>
	Centro da Juventude	Espaço de convivência para adolescentes e jovens que oferece, em tempo integral, atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional.	Não	10	<p>Potencializar/Criar projetos de formação profissional, cultura, lazer e esporte;</p> <p>Atuar em projetos de justiça restaurativa e mediação de conflitos.</p> <p>Projetos de qualificação de equipe técnica e trabalho em rede.</p>
	CRAS Affonso Celso de Araújo Franco	Serviços de Proteção Social Básica destinados à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial.	Sim	10	<p>Formação continuada para técnicos com o objetivo de fortalecimento de trabalho em rede;</p> <p>Assessoria no levantamento e identificação de dados da rede socioassistencial no território;</p> <p>Qualificação para inclusão de projetos no PAIF, fomentar ações estratégicas nos centros de convivência.</p>

Continuação – Potencial da rede local

Assistência Social	Conselho Tutelar Afonso Pena	Instituição permanente para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente	Não	10	Assessoria para aprimoramento do sistema de informação e levantamento de dados; Formação e fomentar maior articulação com a rede de proteção da criança e adolescente, bem como rede socioassistencial.
	CEMAE Borda do Campo	Centro de Atendimento Especializado no atendimento educacional a crianças com deficiência	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
Educação	CMEI A Árvore dos Sapatos	Centro de atendimento infantil	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	CMEI Borda Viva	Centro de atendimento infantil	Sim	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	CMEI Caminhos da Serra	Centro de atendimento infantil	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	CMEI Cantinho do Céu	Centro de atendimento infantil	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	CMEI Luiz Stocco	Centro de atendimento infantil	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	CMEI Sabiá Laranjeira	Centro de atendimento infantil	Não	3	Avaliação de impactos de atendimento de criança e principais necessidades.
	Col. Estadual Tarsila do Amaral	Instituição de educação do ensino fundamental e médio	Não	0	
	Col. Estadual Tiradentes	Instituição de educação do ensino fundamental e médio	Não	0	
	Col. Estadual Drª Zilda Arns Neumann	Instituição de educação do ensino fundamental e médio	Não	0	
	Escola Mun. Antonio Franco da Rocha	Instituição de educação do ensino fundamental	Não	0	
	Escola Mun. Profª Maria Leni Haluch de Bastos	Instituição de educação do ensino fundamental	Não	0	

Continuação – Potencial da rede local

Educação	Escola Mun. Profª Terezinha Toczek	Instituição de educação do ensino fundamental	Não	0	
	Escola Mun. Maria de Rocco Persegona	Instituição de educação do ensino fundamental	Não	0	
	Escola Mun. Francisco Ferreira Claudino	Instituição de educação do ensino fundamental	Não	0	
Entidade Comunitária	Associação Moradores Borda do Campo	Organização coletiva comunitária	Sim	10	<p>Formação de lideranças e promoção de ações organizativas no território;</p> <p>Trabalho com metodologias participativas de mobilização e implementação de projetos comunitários.</p>
	Associação Moradores Borda Viva	Organização coletiva comunitária	Sim	10	<p>Formação de lideranças e promoção de ações organizativas no território;</p> <p>Trabalho com metodologias participativas de mobilização e implementação de projetos comunitários.</p>
	Associação Moradores Vila Nova e Jardim Guarani	Organização coletiva comunitária	Não	10	<p>Formação de lideranças e promoção de ações organizativas no território;</p> <p>Trabalho com metodologias participativas de mobilização e implementação de projetos comunitários.</p>
	Associação Moradores Curralinho	Organização coletiva comunitária	Não	10	<p>Formação de lideranças e promoção de ações organizativas no território;</p> <p>Trabalho com metodologias participativas de mobilização e implementação de projetos comunitários.</p>
Igreja	Barracão Igreja São Sebastião	Organização religiosa com projetos assistenciais	Não	0	
	CEI Gente Feliz	Centro de Educação infantil com vinculação a Igreja Adventista	Não	0	

Continuação – Potencial da rede local

Igreja	Pastoral da Criança	Organização comunitária de orientação e acompanhamento de ações básicas de saúde, nutrição com foco em gestantes e recém-nascidos	Não	0	
Organizações Coletivas	Fundação Itaqui	Organização não governamental de defesa de direitos	Não	10	Assessoria em projetos de defesa de direitos coletivos no território que envolvam cultura da paz, empreendedorismo social, acompanhamento de impactos no território
Políticas Públicas	Programa Mais Educação	Contraturno em escolas públicas	Não	0	
Prefeitura	Subprefeitura Borda do Campo	Atendimento a serviços de documentação, vagas de emprego e descentralização dos serviços públicos básicos	Não	0	
Saúde	UBS Borda do Campo	Atendimento básico à saúde pública	Não	6	Formação continuada para técnicos com o objetivo de fortalecimento de trabalho em rede; Assessoria para a organização de dados e ações estratégicas de saúde no território.
	UBS Martinópolis	Atendimento básico à saúde pública	Não	6	Formação continuada para técnicos com o objetivo de fortalecimento de trabalho em rede; Assessoria para a organização de dados e ações estratégicas de saúde no território.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de São José dos Pinhais (2017b)

ANEXO IV – Formulário dos indicadores primários e secundários coletados na pesquisa

FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE
1º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 25% dos restantes 75% da distribuição ordenada das rendas domiciliares	Questionário domicílio
1º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 25% dos restantes 75% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio
2º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 50% dos restantes 50% da distribuição ordenada das rendas domiciliares	Questionário domicílio
2º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 50% dos restantes 50% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio
3º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 75% dos restantes 25% da distribuição ordenada das rendas domiciliares	Questionário domicílio
3º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 75% dos restantes 25% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio
Áreas de atuação dos indivíduos com 14 anos ou mais com atividades e empreendimentos informais desenvolvidos – em % dos que desenvolvem	Distribuição percentual das atividades e empreendimentos informais desenvolvidos por áreas de atuação na economia	Questionário pessoas
Áreas de interesse em empreender dos indivíduos – em % dos com interesse em empreender	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais com interesse em empreender em áreas de atuação de interesse para empreender	Questionário pessoas
Composição racial da amostra – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos em raças	Questionário pessoas
Conhecimento da associação Borda Viva – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os que conhecem a Associação Borda Viva, os que não conhecem e os que não sabem	Questionário domicílio
Cor da pele e renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos dessa cor de pele	Distribuição relativa dos indivíduos por cor de pele de acordo com as faixas de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Crianças entre 5 e 11 anos fora da escola – em % das crianças nessa idade	Número de crianças fora da escola por idade dividido pelo total de crianças na mesma faixa etária	Questionário pessoas
Desenvolvimento de atividade/empreendimento informal – % dos com 14 anos ou mais	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais que aponta se desenvolvem ou não atividades/empreendimentos informais	Questionário pessoas
Desvio-padrão da renda domiciliar	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares individuais menos a renda domiciliar média dividida pelo número de domicílios menos um	Questionário domicílio
Desvio-padrão da renda <i>per capita</i>	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares <i>per capita</i> menos a renda domiciliar <i>per capita</i> média dividida pelo número de indivíduos menos um	Questionário domicílio e questionário pessoas
Distribuição da renda <i>per capita</i> domiciliar – em % dos indivíduos	Distribuição dos indivíduos por faixas de renda <i>per capita</i> a partir da renda total do domicílio, tendo como referência o salário mínimo nacional	Questionário domicílio e questionário pessoas
Distribuição da renda <i>per capita</i> domiciliar – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos por faixa de renda <i>per capita</i> domiciliar, obtida da divisão da renda domiciliar total pelo número de moradores do domicílio	Questionário domicílio e questionário pessoas
Distribuição da renda total domiciliar – em % dos domicílios	Distribuição percentual dos domicílios por faixas de renda total, tendo como referência o salário mínimo	Questionário domicílio
Distribuição etária – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos em faixas etárias	Questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

Distribuição etária dos indivíduos por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos dessa faixa etária	Distribuição relativa dos indivíduos por faixa etária de acordo com as faixas de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Domicílios alugados e em ocupação irregular – em % dos domicílios	Distribuição dos domicílios por tipo de ocupação, com destaque para os alugados e em ocupação irregular	Questionário domicílio
Domicílios com pessoas com deficiência – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os que possuem algum membro com deficiência, não possuem ou não sabem se possuem	Questionário domicílio
Educação e creches como principais problemas – em % das reclamações	Número de domicílios que citaram educação e creches como um dos principais problemas do território dividido pelo total de reclamações (pode haver mais de uma por domicílio)	Questionário domicílios
Educação e creches como principais problemas – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram educação e creches como um dos principais problemas do território dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílios
Formas de indicação da Renault como empresa que colabora com o território – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram a Renault como empresa que ajuda no território por tipo de indicação dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Gênero – em % dos indivíduos	Distribuição relativa da amostra por gênero	Questionário pessoas
Gênero e renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos desse gênero	Distribuição relativa dos indivíduos por gênero de acordo com a renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Indicação de empresas que colaboraram com o território – em % dos domicílios	Distribuição relativa das empresas indicadas como colaboradoras do território	Questionário domicílio
Indicação de lideranças de referência – em % dos domicílios	Distribuição relativa das indicações dos domicílios de quais lideranças são referência para eles no território	Questionário domicílio
Instituição em que os indivíduos estão inseridos – em % do total de inseridos	Distribuição relativa dos membros em instituições de longa permanência ou acolhimento institucional por tipo de instituição que está inserido	Questionário domicílio
Interesse em empreender dos indivíduos com 14 anos ou mais – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais	Distribuição dos indivíduos com 14 anos ou mais entre os com interesse em empreender, os sem interesse e os que não sabem	Questionário pessoas
Interesse em empreender por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos com vontade de empreender por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Jovens entre 17 e 25 anos cursando o ensino superior por gênero – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de jovens entre 17 e 25 anos que estão cursando o ensino superior dividido pelo número total de jovens nessa faixa etária	Questionário pessoas
Média da renda domiciliar	Soma da renda identificada de todos os domicílios dividido pelo total de domicílios com renda identificada	Questionário domicílio
Média da renda <i>per capita</i>	Soma da renda identificada de todos os domicílios dividido pelo total de indivíduos com renda identificada	Questionário domicílio e questionário pessoas
Mediana da renda domiciliar	Ponto central da distribuição ordenada das rendas domiciliares, que divide as rendas em duas partes iguais	Questionário domicílio
Mediana da renda domiciliar <i>per capita</i>	Ponto central da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i> , que divide a distribuição da renda <i>per capita</i> em duas partes iguais	Questionário domicílio e questionário pessoas
Número médio de membros por domicílio por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número total de indivíduos em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Ocupação principal e cor da pele – em % dos ocupados nessa cor de pele com 14 anos ou mais	Distribuição relativa dos ocupados com 14 anos ou mais por cor de pele por categoria de ocupação	Questionário pessoas
Ocupação principal por faixa etária – em % dos ocupados nessa faixa etária	Distribuição relativa dos ocupados por categoria de ocupação conforme faixas etárias	Questionário pessoas
Ocupação principal por gênero – em % dos ocupados desse gênero com 14 anos ou mais	Distribuição relativa dos ocupados com 14 anos ou mais por gênero em categorias de ocupação	Questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

Percepção da segurança e renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Distribuição relativa do nível de percepção de segurança dos domicílios por faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Percepção de segurança dos domicílios com membros em instituições de longa permanência e acolhimento institucional	Distribuição relativa dos domicílios conforme a indicação de segurança percebida no território em uma escala do menos para o mais seguro	Questionário domicílio
Percepção do grau de segurança do território (do mais inseguro para o mais seguro) – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios por grau de segurança percebida indicada no formulário	Questionário domicílio
População estudante – em % dos indivíduos	Distribuição percentual dos indivíduos entre os que estudam, não estudam ou não sabem	Questionário pessoas
População estudante por nível de ensino – em % dos estudantes	Distribuição percentual dos estudantes por nível de ensino	Questionário pessoas
Principais problemas – em % das reclamações	Número de citações de uma categoria de problemas dividido pelo total de reclamações	Questionário domicílio
Principais problemas – em % dos domicílios	Número de domicílios por citação de problemas categorizados dividido pelo total de domicílios	Questionário domicílio
Principais problemas do território (completa) – em % dos domicílios	Número de domicílios por citações de problemas ou combinações de problemas dividido pelo total de domicílios	Questionário domicílio
Principais problemas indicados no território por faixa de renda – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram um determinado problema como o principal do território em uma faixa de renda dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda	Questionário domicílio e questionário pessoas
Realização de atividades artísticas, culturais e esportivas – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os com membros que não realizam atividades artísticas, culturais e esportivas e os que realizam por tipo de atividade	Questionário domicílio
Recebimento de ajuda permanente de terceiros pelas pessoas com deficiência – em % dos domicílios com pessoas com deficiência	Distribuição relativa dos domicílios com algum membro com deficiência entre os que recebem ajuda permanente de terceiros, não recebem e os que não sabem se recebem	Questionário domicílio
Recebimento de benefícios assistenciais e renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Recebimento de benefícios e renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que recebem determinado benefício em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio
Relação de parentesco com o membro responsável pelo domicílio – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos residentes conforme a relação que possuem com o responsável pelo domicílio	Questionário pessoas
Saúde como principal problema – em % das reclamações	Número total de reclamações de saúde como principal problema dividido pelo número total de reclamações	Questionário domicílio
Saúde como principal problema – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram a saúde como um dos principais problemas dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Segurança como principal problema – em % das reclamações	Número de reclamações de segurança como principal problema dividido pelo número total de reclamações	Questionário domicílio
Segurança como principal problema – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram segurança como um dos principais problemas dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Segurança como principal problema e percepção da segurança no território	Número de domicílios que indicaram segurança como principal problema dividido pelo total de domicílios	Questionário domicílio
Segurança como principal problema e percepção da segurança no território – em % dos domicílios nesse nível de percepção da segurança	Proporção dos domicílios, conforme o nível de segurança percebida no território, que indicaram segurança como principal problema	Questionário domicílio

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

Situação do domicílio – em % dos domicílios	Situação de posse e ocupação dos imóveis dos domicílios entrevistados	Questionário domicílio
Situação ocupacional dos indivíduos com 14 anos ou mais – em % com 14 anos ou mais	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais por situação ocupacional, se está ocupado ou não e em que categoria de ocupação	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por cor da pele – em % nessa cor de pele com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais por cor de pele com atividades ou empreendimentos informais dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por faixa etária – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos com atividades ou empreendimentos informais por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por gênero – em % dos indivíduos desse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com atividades ou empreendimentos informais por gênero dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais do mesmo gênero	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos com atividades ou empreendimentos informais por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de desocupação dos indivíduos em idade produtiva	Número de indivíduos com 14 anos ou mais sem nenhuma ocupação dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais	Questionário pessoas
Taxa de domicílios com membros em instituições de longa permanência ou acolhimento institucional – em % dos domicílios	Número de domicílios com membros em instituições de longa permanência ou acolhimento institucional ou não dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Taxa de domicílios com pessoas com deficiência por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios com algum membro com deficiência por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior dos jovens entre 17 e 25 anos por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos nessa faixa etária e de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos entre 17 e 25 anos frequentando o ensino superior em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos entre 17 e 25 anos nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior dos jovens entre 17 e 25 anos por cor da pele – em % dos indivíduos nessa faixa etária e cor da pele	Número de indivíduos entre 17 e 25 anos frequentando o ensino superior de uma cor de pele dividido pelo total de indivíduos entre 17 e 25 anos da mesma cor de pele	Questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior e cor da pele – em % dos indivíduos por cor da pele	Número de indivíduos que frequentam o ensino superior por cor de pele dividido pelo total de indivíduos da mesma cor de pele	Questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior e gênero – em % dos indivíduos nesse gênero	Número de indivíduos que frequentam o ensino superior por gênero dividido pelo total de indivíduos do mesmo gênero	Questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos frequentando o ensino superior (graduação a doutorado) em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário pessoas
Taxa de frequência no ensino superior por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos que frequentam o ensino superior por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indicação da Renault como empresa que colabora no território por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios dessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram a Renault como uma empresa que colabora no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indicação de empresas que colaboraram com o território e renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram alguma empresa que colabora no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

Taxa de indicação de lideranças por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram alguma liderança de referência no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indivíduos em idade produtiva	Número de indivíduos com 14 anos ou mais dividido pelo número total de indivíduos	Questionário pessoas
Taxa de indivíduos que não trabalham, não estudam e em domicílios que não recebem aposentadoria entre 18 e 64 anos	Número de indivíduos entre 18 e 64 anos que não possuem ocupação, não estudam no momento e em domicílios em que ninguém recebe aposentadoria dividido pelo número total de indivíduos entre 18 e 64 anos	Questionário pessoas e questionário domicílio
Taxa de ocupação dos indivíduos em idade produtiva	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com alguma ocupação dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais	Questionário pessoas
Taxa de ocupação e gênero – em % dos indivíduos nesse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos ocupados com 14 anos ou mais por gênero dividido pelo total de indivíduos do mesmo gênero	Questionário pessoas
Taxa de ocupação geral da amostra	Número total de indivíduos ocupados dividido pelo número de indivíduos da amostra	Questionário domicílio
Taxa de ocupação por cor da pele – em % dos indivíduos por cor da pele com 14 anos ou mais	Número de ocupados com 14 anos ou mais por cor de pele dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele	Questionário pessoas
Taxa de ocupação por faixa etária – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos ocupados por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária	Questionário pessoas
Taxa de participação comunitária – em % dos domicílios	Número de domicílios que participam de alguma organização comunitária dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Taxa de participação comunitária por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios dessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que participam de alguma forma em organizações comunitárias por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de participação em atividades artísticas, culturais e esportivas por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios em que algum membro participa de alguma atividade artística, cultural ou esportiva em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de pessoas em instituições e acolhimento institucional por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios em que algum membro esteja em uma instituição de longa permanência ou acolhimento institucional em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de pobreza	Número de indivíduos com renda <i>per capita</i> domiciliar menor que 0,5 S.M. (R\$ 435) dividido pelo número total de indivíduos	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de posse do domicílio por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios próprios financiados somados a próprios já pagos por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de recebimento de benefícios assistenciais pelos domicílios – em % dos domicílios	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Taxa de recebimento de benefícios pelos domicílios – em % dos domicílios	Número de domicílios por situação de recebimento de benefícios dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Taxa de vontade de empreender por faixa etária – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos com vontade de empreender por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária	Questionário pessoas
Tempo de residência no território – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios por faixas de tempo de residência no território	Questionário domicílio
Tempo de residência por renda <i>per capita</i> – em % dos domicílios com esse tempo de residência	Distribuição relativa dos domicílios por tempo de residência em faixas de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS DAS FBV

Tipo de atividade/ empreendimento informal – % do total de atividades e empreendimentos	Distribuição das atividades/empreendimentos informais por tipo de estrutura	Questionário pessoas
Tipo de benefício assistencial por tipo – em % dos domicílios que recebem benefícios assistenciais	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial dividido pelo número total de domicílios que recebem algum benefício assistencial	Questionário domicílio
Tipo de benefício recebido – em % dos domicílios que recebem	Número de domicílios que recebem determinado benefício dividido pelo número total de domicílios que recebem algum benefício	Questionário domicílio
Tipo de benefício recebido pelo domicílio – % dos domicílios	Número de domicílios que recebem determinado benefício dividido pelo número total de domicílios	Questionário domicílio
Tipo de deficiência – em % dos domicílios com pessoas com deficiência	Distribuição relativa dos domicílios com algum membro com deficiência por tipo de deficiência	Questionário domicílio
Tipo de ocupação principal dos indivíduos com 14 anos ou mais – em % dos ocupados	Distribuição percentual dos indivíduos ocupados por categoria de ocupação	Questionário pessoas
Tipo de organização comunitária que participam – em % dos domicílios que participam	Distribuição relativa dos domicílios que participam de alguma organização comunitária por tipo de organização	Questionário domicílio
Tipo de relação empregatícia dos indivíduos com 14 anos ou mais – em % dos ocupados	Distribuição percentual dos ocupados por grau de formalização da relação de trabalho	Questionário pessoas
Urbanização como principal problema – em % dos domicílios e % das reclamações	% do total de reclamações relacionadas a urbanização (pavimentação, saneamento, infraestrutura, iluminação pública, limpeza pública, calçamento, sinalização da rua, lixo, passarela e ruas)	Questionário domicílio
Vontade de empreender – em % nessa cor de pele com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais por cor de pele com vontade de empreender dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele	Questionário pessoas
Vontade de empreender por gênero – % dos indivíduos desse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com vontade de empreender por gênero dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais do mesmo gênero	Questionário pessoas

FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE
1º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 25% dos restantes 75% da distribuição ordenada das rendas domiciliares das FBV	Questionário domicílio
1º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 25% dos restantes 75% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio
2º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 50% dos restantes 50% da distribuição ordenada das rendas domiciliares das FBV	Questionário domicílio
2º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 50% dos restantes 50% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio
3º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 75% dos restantes 25% da distribuição ordenada das rendas domiciliares das FBV	Questionário domicílio
3º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 75% dos restantes 25% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio
Áreas de atuação dos indivíduos com 14 anos ou mais com atividades e empreendimentos informais desenvolvidos – em % dos que desenvolvem das FBV	Distribuição percentual das atividades e empreendimentos informais desenvolvidos por áreas de atuação na economia das FBV	Questionário pessoas
Áreas de interesse em empreender dos indivíduos – em % dos com interesse em empreender das FBV	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais com interesse em empreender em áreas de atuação de interesse para empreender das FBV	Questionário pessoas
Composição racial das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos em raças das FBV	Questionário pessoas
Conhecimento da associação Borda Viva das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os que conhecem a Associação Borda Viva, os que não conhecem e os que não sabem das FBV	Questionário domicílio
Cor da pele e renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos indivíduos dessa cor de pele	Distribuição relativa dos indivíduos por cor de pele de acordo com as faixas de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Crianças entre 5 e 11 anos fora da escola – em % das crianças nessa idade das FBV	Número de crianças fora da escola por idade dividido pelo total de crianças na mesma faixa etária das FBV	Questionário pessoas
Desenvolvimento de atividade/empreendimento informal pelas FBV – em % dos com 14 anos ou mais	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais se desenvolvem ou não atividades/empreendimentos informais das FBV	Questionário pessoas
Desvio-padrão da renda domiciliar	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares individuais das FBV menos a renda domiciliar média dividido pelo número de domicílios menos um das FBV	Questionário domicílio
Desvio-padrão da renda <i>per capita</i>	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares individuais das FBV menos a renda domiciliar média dividido pelo número de domicílios menos um das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Distribuição da renda <i>per capita</i> domiciliar das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição dos indivíduos por faixas de renda <i>per capita</i> a partir da renda total do domicílio das FBV, tendo como referência o salário mínimo nacional	Questionário domiciliar e questionário pessoas
Distribuição da renda <i>per capita</i> domiciliar das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos por faixa de renda <i>per capita</i> domiciliar, obtida da divisão da renda domiciliar total pelo número de moradores do domicílio	Questionário domicílio e questionário pessoas
Distribuição da renda total domiciliar das FBV – em % dos domicílios	Distribuição percentual dos domicílios por faixas de renda total das FBV, tendo como referência o salário mínimo nacional	Questionário domicílios
Distribuição etária das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos em faixas etárias das FBV	Questionário pessoas
Distribuição etária dos indivíduos por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos indivíduos dessa faixa etária	Distribuição relativa dos indivíduos por faixa etária de acordo com as faixas de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS

Domicílios alugados e em ocupação irregular das FBV – em % dos domicílios	Distribuição dos domicílios por tipo de ocupação, com destaque para os alugados e em ocupação irregular das FBV	Questionário domicílio
Domicílios com pessoas com deficiência das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os que possuem algum membro com deficiência, não possuem ou não sabem se possuem das FBV	Questionário domicílio
Educação e creches como principais problemas das FBV – em % das reclamações	Número de domicílios que citaram educação e creches como um dos principais problemas do território dividido pelo total de reclamações (pode haver mais de uma por domicílio) das FBV	Questionário domicílio
Educação e creches como principais problemas das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram educação e creches como um dos principais problemas do território dividido pelo número total de FBV	Questionário domicílio
Formas de indicação da Renault como empresa que colabora com o território pelas FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram a Renault como empresa que ajuda no território por tipo de indicação dividido pelo número total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Gênero das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição relativa das FBV por gênero	Questionário pessoas
Gênero e renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos indivíduos desse gênero	Distribuição relativa dos indivíduos por gênero de acordo com a renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Indicação de empresas que colaboram com o território das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa das empresas indicadas como colaboradoras do território pelas FBV	Questionário domicílio
Indicação de lideranças de referência das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa das indicações dos domicílios de quais lideranças são referência para eles no território das FBV	Questionário domicílio
Interesse em empreender dos indivíduos com 14 anos ou mais das FBV – em % dos com 14 anos ou mais	Distribuição dos indivíduos com 14 anos ou mais entre os com interesse em empreender, os sem interesse e os que não sabem das FBV	Questionário pessoas
Interesse em empreender por renda <i>per capita</i> – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais nessa faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Número de indivíduos com vontade de empreender por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Jovens entre 17 e 25 anos cursando o ensino superior por gênero das FBV – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de jovens entre 17 e 25 anos que estão cursando o ensino superior dividido pelo número total de jovens nessa faixa etária das FBV	Questionário pessoas
Média da renda domiciliar	Soma da renda identificada de todos os domicílios dividido pelo total de domicílios com renda identificada das FBV	Questionário domicílio
Média da renda <i>per capita</i>	Soma da renda identificada de todos os domicílios dividido pelo total de indivíduos com renda identificada das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Mediana da renda domiciliar	Ponto central da distribuição ordenada das rendas domiciliares, que divide as rendas em duas partes iguais das FBV	Questionário domicílio
Mediana da renda domiciliar <i>per capita</i>	Ponto central da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i> , que divide a distribuição da renda <i>per capita</i> em duas partes iguais das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Número médio de membros por domicílio por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número total de indivíduos em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Ocupação principal e cor da pele nas FBV – em % dos ocupados nessa cor de pele com 14 anos ou mais	Distribuição relativa dos ocupados com 14 anos ou mais por cor de pele por categoria de ocupação das FBV	Questionário pessoas
Ocupação principal por faixa etária nas FBV – em % dos ocupados nessa faixa etária	Distribuição relativa dos ocupados por categoria de ocupação conforme faixas etárias das FBV	Questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS

Ocupação principal por gênero das FBV – em % dos ocupados desse gênero com 14 anos ou mais	Distribuição relativa dos ocupados com 14 anos ou mais por gênero em categorias de ocupação das FBV	Questionário pessoas
Percepção da segurança e renda <i>per capita</i> nas FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Distribuição relativa do nível de percepção de segurança dos domicílios por faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Percepção do grau de segurança do território (do mais inseguro para o mais seguro) das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios por grau de segurança percebida indicada no formulário pelas FBV	Questionário domicílio
População estudante das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição percentual dos indivíduos entre os que estudam, não estudam ou não sabem das FBV	Questionário pessoas
População estudante por nível de Ensino das FBV – em % dos estudantes	Distribuição percentual dos estudantes por nível de ensino das FBV	Questionário pessoas
Principais problemas das FBV – em % das reclamações	Número de citações de uma categoria de problemas dividido pelo total de reclamações das FBV	Questionário domicílio
Principais problemas das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios por citação de problemas categorizados dividido pelo total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Principais problemas das FBV, todas as citações – em % dos domicílios	Número de domicílios por citações de problemas ou combinações de problemas dividido pelo total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Principais problemas indicados por renda das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram um determinado problema como o principal do território em uma faixa de renda dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Realização de atividades artísticas, culturais e esportivas das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios entre os com membros que não realizam atividades artísticas, culturais e esportivas e os que realizam por tipo de atividade das FBV	Questionário domicílio
Recebimento de ajuda permanente de terceiros pelas pessoas com deficiência das FBV – em % dos domicílios com pessoas com deficiência	Distribuição relativa dos domicílios com algum membro com deficiência entre os que recebem ajuda permanente de terceiros, não recebem e os que não sabem se recebem das FBV	Questionário domicílio
Recebimento de benefícios assistenciais e renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Recebimento de benefícios e renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que recebem determinado benefício em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio
Relação de parentesco com o membro responsável pelo domicílio das FBV – em % dos indivíduos	Distribuição relativa dos indivíduos residentes conforme a relação que possuem com o responsável pelo domicílio das FBV	Questionário pessoas
Saúde como principal problema das FBV – em % das reclamações	Número total de reclamações de saúde como principal problema dividido pelo número total de reclamações das FBV	Questionário domicílio
Saúde como principal problema das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram a saúde como um dos principais problemas dividido pelo número total de FBV	Questionário domicílio
Segurança como principal problema das FBV – em % das reclamações	Número de reclamações de segurança como principal problema dividido pelo número total de reclamações	Questionário domicílio
Segurança como principal problema das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que citaram segurança como um dos principais problemas dividido pelo número total de FBV	Questionário domicílio
Situação dos domicílios das FBV – em % dos domicílios	Situação de posse e ocupação dos imóveis dos domicílios entrevistados das FBV	Questionário domicílio
Situação ocupacional dos indivíduos com 14 anos ou mais das FBV – em % com 14 anos ou mais	Distribuição percentual dos indivíduos com 14 anos ou mais por situação ocupacional, se está ocupado ou não e em que categoria de ocupação das FBV	Questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS

Atividades/empreendimentos informais por cor da pele das FBV – em % nessa cor de pele com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais por cor de pele com atividades ou empreendimentos informais dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele das FBV	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por faixa etária das FBV – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos com atividades ou empreendimentos informais por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária das FBV	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por gênero das FBV – em % dos indivíduos desse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com atividades ou empreendimentos informais por gênero dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais do mesmo gênero das FBV	Questionário pessoas
Taxa de atividades/empreendimentos informais por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos indivíduos com 14 anos ou mais nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de indivíduos com atividades ou empreendimentos informais por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de indivíduos na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de desocupação dos indivíduos em idade produtiva das FBV	Número de indivíduos com 14 anos ou mais sem nenhuma ocupação dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais das FBV	Questionário pessoas
Taxa de domicílios com membros em instituições de longa permanência ou acolhimento institucional das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios com membros em instituições de longa permanência ou acolhimento institucional ou não dividido pelo número total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Taxa de indicação da Renault como empresa que colabora no território por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios dessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram a Renault como uma empresa que colabora no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indicação de empresas que colaboram com o território por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram alguma empresa que colabora no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indicação de lideranças por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que indicaram alguma liderança de referência no território em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de indivíduos em idade produtiva	Número de indivíduos com 14 anos ou mais dividido pelo número total de indivíduos das FBV	Questionário pessoas
Taxa de indivíduos que não trabalham, não estudam e em domicílios que não recebem aposentadoria entre 18 e 64 anos das FBV	Número de indivíduos entre 18 e 64 anos que não possuem ocupação, não estudam no momento e em domicílios em que ninguém recebe aposentadoria dividido pelo número total de indivíduos entre 18 e 64 anos das FBV	Questionário pessoas e questionário domicílios
Taxa de ocupação dos indivíduos em idade produtiva	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com alguma ocupação dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais das FBV	Questionário pessoas
Taxa de ocupação e gênero das FBV – em % dos indivíduos nesse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos ocupados com 14 anos ou mais por gênero dividido pelo total de indivíduos do mesmo gênero das FBV	Questionário pessoas
Taxa de ocupação geral das FBV	Número total de indivíduos ocupados dividido pelo número de indivíduos da amostra das FBV	Questionário domicílio
Taxa de ocupação por cor da pele das FBV – em % dos indivíduos por cor da pele com 14 anos ou mais	Número de ocupados com 14 anos ou mais por cor de pele dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele das FBV	Questionário pessoas
Taxa de ocupação por faixa etária das FBV – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos ocupados por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária das FBV	Questionário pessoas
Taxa de participação comunitária das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que participam de alguma organização comunitária dividido pelo número total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Taxa de participação comunitária por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios dessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios que participam de alguma forma em organizações comunitárias por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS INDICADORES DOS QUESTIONÁRIOS

Taxa de realização em atividades artísticas, culturais e esportivas por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios em que algum membro participa de alguma atividade artística, cultural ou esportiva em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios na mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de pobreza das FBV	Número de indivíduos com renda <i>per capita</i> domiciliar menor que 0,5 S.M. (R\$ 435) dividido pelo número total de indivíduos das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de posse do domicílio por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios nessa faixa de renda <i>per capita</i>	Número de domicílios próprios financiados somados a próprios já pagos por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de domicílios nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Taxa de recebimento de benefícios assistenciais pelos domicílios das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial dividido pelo número total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Taxa de recebimento de benefícios pelos domicílios das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios por situação de recebimento de benefícios dividido pelo número total de domicílios das FBV	Questionário domicílio
Taxa de vontade de empreender por faixa etária das FBV – em % dos indivíduos nessa faixa etária	Número de indivíduos com vontade de empreender por faixa etária dividido pelo total de indivíduos da faixa etária das FBV	Questionário pessoas
Tempo de residência no território das FBV – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios por faixas de tempo de residência no território das FBV	Questionário domicílio
Tempo de residência por renda <i>per capita</i> das FBV – em % dos domicílios com esse tempo de residência	Distribuição relativa dos domicílios por tempo de residência em faixas de renda <i>per capita</i> das FBV	Questionário domicílio e questionário pessoas
Tipo de atividade/empreendimento informal das FBV – em % do total de atividades e empreendimentos	Distribuição das atividades/empreendimentos informais por tipo de estrutura das FBV	Questionário pessoas
Tipo de benefício assistencial por tipo das FBV – em % dos domicílios que recebem benefícios assistenciais	Número de domicílios que recebem determinado benefício assistencial dividido pelo número total de domicílios que recebem algum benefício assistencial das FBV	Questionário domicílio
Tipo de benefício recebido das FBV – em % dos domicílios que recebem	Número de domicílios que recebem determinado benefício dividido pelo número total de domicílios que recebem algum benefício das FBV	Questionário domicílio
Tipo de benefício recebido pelo domicílio das FBV – em % dos domicílios	Número de domicílios que recebem determinado benefício dividido pelo número total de FBV	Questionário domicílio
Tipo de ocupação principal dos indivíduos com 14 anos ou mais das FBV – em % dos ocupados	Distribuição percentual dos indivíduos ocupados por categoria de ocupação das FBV	Questionário pessoas
Tipo de organização comunitária em que participam, das FBV – em % dos domicílios que participam	Distribuição relativa dos domicílios que participam de alguma organização comunitária por tipo de organização das FBV	Questionário domicílio
Tipo de relação empregatícia dos indivíduos com 14 anos ou mais das FBV – em % dos ocupados	Distribuição percentual dos ocupados por grau de formalização da relação de trabalho das FBV	Questionário pessoas
Urbanização como principal problema nas FBV – em % dos domicílios e % das reclamações	% do total de reclamações relacionadas a urbanização (pavimentação, saneamento, infraestrutura, iluminação pública, limpeza pública, calçamento, sinalização da rua, lixo, passarela e ruas) nas FBV	Questionário domicílio
Vontade de empreender das FBV – em % dessa cor de pele com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais por cor de pele com vontade de empreender dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais da mesma cor de pele das FBV	Questionário pessoas
Vontade de empreender por gênero das FBV – em % dos indivíduos desse gênero com 14 anos ou mais	Número de indivíduos com 14 anos ou mais com vontade de empreender por gênero dividido pelo total de indivíduos com 14 anos ou mais do mesmo gênero das FBV	Questionário pessoas

FORMULÁRIO DADOS SECUNDÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INDICADOR	FÓRMULA	FONTE
1º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 25% valores dos restantes 75% da distribuição ordenada da renda familiar	Cadastro Único
1º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 25% valores dos restantes 75% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
2º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 50% valores dos restantes 50% da distribuição ordenada da renda familiar	Cadastro Único
2º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 50% valores dos restantes 50% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
3º quartil de renda domiciliar	Valor que separa os primeiros 75% valores dos restantes 25% da distribuição ordenada da renda familiar	Cadastro Único
3º quartil de renda <i>per capita</i>	Valor que separa os primeiros 75% valores dos restantes 25% da distribuição ordenada da renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
Adolescentes incluídos em medidas socioeducativas no período de janeiro a novembro de 2017 por bairro, gênero e tipo de medida	Número total de jovens incluídos em medidas socioeducativas por bairro, gênero e tipo de medida	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Água canalizada – em % das famílias cadastradas	Número de domicílios com água canalizada das famílias cadastradas dividido pelo total de domicílios	Cadastro Único
Banheiro – em % das famílias cadastradas	Número de domicílios com banheiro das famílias cadastradas dividido pelo total de domicílios	Cadastro Único
Calçamento total – em % das famílias cadastradas	Número de domicílios com calçamento total na frente de casa dividido pelo total de domicílios	Cadastro Único
Categorias de despesa das famílias cadastradas – em % do total de despesas das famílias cadastradas da região	Distribuição relativa da despesa total das famílias cadastradas em categorias de despesa	Cadastro Único
Composição racial da população entre 0 e 17 anos cadastrada	Distribuição relativa dos menores de 18 anos por raça cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Composição racial dos cadastrados – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos cadastrados por raça	Cadastro Único
Crianças e adolescentes que não sabem ler nem escrever por faixa etária – em % das crianças ou adolescentes nessa faixa etária	Número de crianças ou adolescentes que não sabem ler ou escrever por faixa etária dividido pelo total de crianças ou adolescentes na mesma faixa etária cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Defasagem escolar dos cadastrados por gênero em Borda do Campo	Número de alunos com um ano ou mais de atraso em relação ao ideal na série de estudo por gênero no bairro Borda do Campo	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Defasagem escolar dos cadastrados por gênero em Roseira de São Sebastião	Número de alunos com um ano ou mais de atraso em relação ao ideal na série de estudo por gênero no bairro Roseira de São Sebastião	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Defasagem escolar dos cadastrados por gênero em São José dos Pinhais	Número de alunos com um ano ou mais de atraso em relação ao ideal na série de estudo por gênero no município	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Desvio-padrão da renda familiar	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares individuais das FBV menos a renda domiciliar média dividido pelo número de domicílios menos um das FBV	Cadastro Único
Desvio-padrão da renda <i>per capita</i>	Raiz quadrada do somatório do quadrado das rendas domiciliares individuais das FBV menos a renda domiciliar média dividido pelo número de domicílios menos um das FBV	Cadastro Único
Distribuição das despesas familiares cadastradas por faixa de renda <i>per capita</i> no território	Distribuição relativa das despesas totais das famílias por faixa de renda <i>per capita</i>	Cadastro Único

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DADOS SECUNDÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Distribuição das famílias cadastradas por renda <i>per capita</i> antes e depois de receber o benefício do Bolsa Família	Distribuição relativa das famílias cadastradas em faixas de renda <i>per capita</i> antes e após receber o benefício do Bolsa Família	Cadastro Único
Distribuição das famílias por bairro – em % das famílias cadastradas no município	Distribuição relativa de todas as famílias cadastradas no município pelos bairros do município	Cadastro Único
Distribuição dos indivíduos cadastrados por renda familiar total – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos indivíduos cadastrados por faixas de renda familiar total	Cadastro Único
Distribuição dos indivíduos cadastrados por renda total obtida do trabalho – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos indivíduos cadastrados por faixas de renda obtida do trabalho no período anterior ao da coleta dos seus dados	Cadastro Único
Distribuição etária dos indivíduos cadastrados no CadÚnico no território – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos indivíduos cadastrados em faixas etárias	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Famílias em regiões urbanas e rurais – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias cadastradas com residência em regiões urbanas ou rurais	Cadastro Único
Formas de abastecimento de água – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de abastecimento de água	Cadastro Único
Formas de destinação do lixo – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de destinação do lixo	Cadastro Único
Formas de escoamento sanitário – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de escoamento sanitário	Cadastro Único
Formas de iluminação – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de forma de iluminação	Cadastro Único
Frequência escolar na educação obrigatória por faixa etária – em % dos cadastrados nessa faixa etária	Número de indivíduos em idade escolar obrigatória com frequência na escola por faixa etária dividido pelo total de menores em idade escolar obrigatória	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Frequência escolar relativa dos indivíduos com menos de 18 anos – em % dos cadastrados nessa faixa etária	Número de indivíduos com menos de 18 anos por situação de estudo dividido pelo total de menores de 18 anos cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Gênero dos cadastrados no Cadastro Único – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos cadastrados por gênero	Cadastro Único
Material das paredes dos domicílios – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de material das paredes	Cadastro Único
Material das paredes no território – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias de acordo com o tipo de material das paredes do seu domicílio por faixa de renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
Material do piso dos imóveis das famílias – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios das famílias cadastradas por tipo de material do piso	Cadastro Único
Material do piso no território – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias de acordo com o tipo de piso do seu domicílio por faixa de renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
Média da renda familiar	Somatório das rendas familiares de todas as famílias dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único
Média da renda <i>per capita</i>	Somatório das rendas <i>per capita</i> individuais de todos os indivíduos cadastrados dividido pelo total de indivíduos cadastrados	Cadastro Único
Mediana da renda domiciliar	Ponto central da distribuição ordenada das rendas familiares, que divide a distribuição da renda familiar em duas partes iguais	Cadastro Único
Mediana da renda domiciliar <i>per capita</i>	Ponto central da distribuição ordenada das rendas <i>per capita</i> , que divide a distribuição da renda <i>per capita</i> em duas partes iguais	Cadastro Único
Número de crianças e adolescentes cadastrados entre 0 e 17 anos por gênero	Número de crianças e adolescentes cadastrados entre 0 e 17 anos separados por gênero	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DADOS SECUNDÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número de menores em situação de trabalho infantil, de rua e com deficiência cadastrados	Número de menores de 18 anos em situação de trabalho infantil, de rua e com deficiência cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Ocupação principal dos cadastrados ocupados com 15 anos ou mais – em % dos cadastrados ocupados com 15 anos ou mais	Distribuição relativa dos ocupados com 15 anos ou mais por categoria de ocupação principal	Cadastro Único
Parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Social – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias que possuem ou não parcerias com o MDS e o tipo de parceria possuída	Cadastro Único
População até 17 anos com deficiência – em % das pessoas cadastradas nessa faixa etária	Número de pessoas até 17 anos com deficiência dividido pelo total de pessoas com até 17 anos cadastradas	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
População estudante com menos de 18 anos cadastrada por nível de ensino	Distribuição relativa dos estudantes com menos de 18 anos por nível de ensino em que estuda	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
População urbana – em % das famílias cadastradas	Número de famílias que residem em áreas urbanas em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de famílias nessa mesma faixa	Cadastro Único
Quantidade de membros das famílias – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias cadastradas por número de membros	Cadastro Único
Quantidade média de cômodos nos domicílios das famílias cadastradas	Número total de cômodos dos domicílios das famílias cadastradas dividido pelo número total de domicílios	Cadastro Único
Quantidade média de dormitórios nos domicílios das famílias cadastradas	Número total de dormitórios dos domicílios das famílias cadastradas dividido pelo número total de domicílios	Cadastro Único
Recebimento de benefícios das famílias cadastradas – em % das famílias cadastradas	Número de famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência ou idosos por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de famílias nessa mesma faixa	Cadastro Único
Recebimento de Bolsa-Família pelas famílias cadastradas – em % das famílias cadastradas	Número de famílias cadastradas que recebem o Bolsa Família dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único
Relação de parentesco dos cadastrados com o responsável familiar – em % dos indivíduos cadastrados	Distribuição relativa dos cadastrados por relação de parentesco com o responsável pela unidade familiar	Cadastro Único
Renda <i>per capita</i> das famílias cadastradas	Distribuição relativa das famílias em faixas de renda <i>per capita</i> em concordância com as faixas estipuladas para os dados primários do estudo	Cadastro Único
Saneamento e serviços coletivos adequados – em % das famílias cadastradas	Proporção das famílias por faixa de renda <i>per capita</i> que possuem os seguintes serviços: água encanada, banheiro interno, esgotamento sanitário adequado, lixo coletado, energia elétrica ou calçamento total ou parcial	Cadastro Único
Situação do domicílio – em % das famílias cadastradas	Distribuição relativa dos domicílios por tipo de organização das famílias cadastradas	Cadastro Único
Tamanho médio das famílias cadastradas por renda <i>per capita</i>	Média do número de membros das famílias por faixa de renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
Taxa de famílias cadastradas e atendidas pelo Programa Bolsa Família	Número de famílias cadastradas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família dividido pelo número total de famílias cadastradas	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Taxa de famílias cadastradas no Cadastro Único	Número de famílias cadastradas no Cadastro Único no território dividido pelo número total de famílias do território	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Taxa de famílias com membros internados – em % das famílias cadastradas	Número de famílias com membros internados em alguma instituição dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DADOS SECUNDÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Taxa de famílias inseridas no programa BPC idosos – em % das famílias cadastradas	Número de famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada para pessoas idosas dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único
Taxa de famílias inseridas no programa BPC PCD – em % das famílias cadastradas	Número de famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único
Taxa de famílias inseridas no programa PETI – em % das famílias cadastradas	Número de famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil dividido pelo total de famílias cadastradas	Cadastro Único
Taxa de pessoas internadas – em % das famílias cadastradas	Número de famílias com pessoas internadas por faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de famílias nessa mesma faixa de renda <i>per capita</i>	Cadastro Único
Taxa de recebimento de Bolsa Família – em % das famílias cadastradas	Número de famílias que recebem o Bolsa Família em uma faixa de renda <i>per capita</i> dividido pelo total de famílias nessa mesma faixa	Cadastro Único
Taxa de trabalho infantil e pessoas com deficiência menores de 18 anos – em % dos cadastrados nessa faixa etária	Número de menores de 18 anos em situação de trabalho infantil ou com deficiência dividido pelo total de indivíduos menores de 18 anos cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Taxa dos com 15 anos ou mais que trabalharam na semana anterior – em % dos com 15 anos ou mais	Número de indivíduos cadastrados com 15 anos ou mais que trabalharam na semana anterior à coleta de seus dados dividido pelo total de cadastrados com 15 anos ou mais	Cadastro Único
Trabalho infantil e pessoas internadas e abrigadas com menos de 18 anos entre os cadastrados	Número de indivíduos menores de 18 anos em situação de trabalho infantil ou internada ou abrigada em instituições cadastrados	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Violência e violação de Direitos de menores de 18 anos no município entre 2016 e 17 de novembro de 2017 por gênero	Número total de violências e violações de Direitos de menores de 18 anos registradas no município	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Violências e violações de Direitos no Bairro Borda do Campo	Número total de violências e violações de Direitos diversas registradas no bairro da Borda do Campo e sua distribuição por tipo de violência ou violação	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social
Violências e violações de Direitos no Bairro Roseira de São Sebastião	Número total de violências e violações de Direitos diversas registradas no bairro Roseira de São Sebastião e sua distribuição por tipo de violência ou violação	Pedido formal de dados à Secretaria Municipal de Assistência Social

FORMULÁRIO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO	FONTE
% 18 anos ou mais com fundamental completo	Número de indivíduos com 18 anos ou mais com fundamental completo dividido pelo total de indivíduos com 18 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% com fundamental completo e médio incompleto	Número de adultos com 25 anos ou mais com fundamental completo e médio incompleto dividido pelo total de adultos com 25 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% com fundamental incompleto e alfabetizados	Número de adultos com 25 anos ou mais com fundamental incompleto e alfabetizados dividido pelo total de adultos com 25 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% com fundamental incompleto e analfabetos	Número de adultos com 25 anos ou mais com fundamental incompleto e analfabetos dividido pelo total de adultos com 25 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% com médio completo e superior incompleto	Número de adultos com 25 anos ou mais com médio completo e superior incompleto dividido pelo total de adultos com 25 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% com superior completo	Número de adultos com 25 anos ou mais com superior completo dividido pelo total de adultos com 25 anos ou mais	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% de 11 a 13 anos nos anos finais ou com fundamental completo	Número de indivíduos entre 11 e 13 anos nos anos finais ou com fundamental completo dividido pelo total de indivíduos entre 11 e 13 anos	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	Número de indivíduos com entre 15 e 17 anos com fundamental completo dividido pelo total de indivíduos entre 15 e 17 anos	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% de 18 a 20 anos com médio completo	Número de indivíduos entre 18 e 20 anos com ensino médio completo dividido pelo total de indivíduos entre 18 e 20 anos	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% de 5 a 6 anos fora da escola	Número de indivíduos entre 5 e 6 anos fora da escola dividido pelo total de indivíduos entre 5 e 6 anos	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
% de escolas do município com IDEB inferior	Proporção de todas as escolas municipais do município com índice IDEB inferior à média das escolas do território ou das escolas tomadas individualmente	INEP	IDEB, link: ideb.inep.gov.br
% dos colégios estaduais do município com IDEB inferior	Proporção de todos os colégios estaduais do município com índice IDEB inferior à média das escolas do território ou das escolas tomadas individualmente	INEP	IDEB, link: ideb.inep.gov.br
% que se desloca para outro município para trabalhar	Número de trabalhadores que trabalham em outro município no território dividido pelo número total de trabalhadores do território	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	Pedido de dados especial sobre o território
Alunos por computador disponível nas escolas municipais do território	Número total de alunos dividido pelo número de computadores disponíveis para uso discente	INEP	IDEB, link: ideb.inep.gov.br
Alunos por computador disponível nos colégios estaduais do território	Número total de alunos dividido pelo número de computadores disponíveis para uso discente	INEP	IDEB, link: ideb.inep.gov.br
Destinação do lixo – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios em formas de destinação do lixo	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Distorção idade-série das escolas municipais	% dos alunos que estão dois ou mais anos defasados em relação a série ideal para sua idade	QEDU	QEDU (2017)
Distorção idade-série dos colégios estaduais	% dos alunos que estão dois ou mais anos defasados em relação a série ideal para sua idade	QEDU	QEDU (2017)
Distribuição da renda <i>per capita</i> domiciliar no território e no estado do Paraná – em % dos indivíduos em 2010	Distribuição dos indivíduos por faixa de renda <i>per capita</i> domiciliar nos bairros do território e no estado do Paraná, tendo como referência o salário mínimo nacional de 2010	IBGE	Censo (2010) e Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (2017)
Domicílios com esgoto a céu aberto	Número de domicílios com esgoto a céu aberto dividido pelo total de domicílios	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Domicílios sem calçadas com acessibilidade	Número de domicílios com calçadas sem acessibilidade para cadeirantes dividido pelo total de domicílios	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Domicílios sem calçamento adequado	Número de domicílios sem calçamento considerado adequado dividido pelo total de domicílios	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Domicílios sem iluminação pública	Número de domicílios sem iluminação pública na frente dividido pelo total de domicílios	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Domicílios sem pavimentação	Número de domicílios sem pavimentação na rua dividido pelo total de domicílios	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Especialidades de atendimento na Unidade Básica de Saúde local – de jan. a nov. de 2017	Distribuição relativa das especialidades de atendimento das consultas realizadas na Unidade Básica de Saúde do território	Saúde Transparente	www.saudetransparente.sjp.gov.br
Evolução do IDEB 4º/5º ano das escolas municipais do território	Série temporal dos resultados dos alunos do 4º/5º ano no índice IDEB por escola	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Evolução do IDEB 8º/9º ano dos colégios estaduais do território	Série temporal dos resultados dos alunos do 8º/9º ano no índice IDEB por colégio estadual	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Expectativa de vida ao nascer	Média do tempo de vida dos moradores da região	IPEA	Censo 2010
Forma de acesso à energia elétrica – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios em formas de acesso à energia elétrica	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Forma de esgotamento sanitário – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios em formas de esgotamento sanitário	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Formas de acesso à água no território – em % dos domicílios	Distribuição relativa dos domicílios em formas de acesso à água	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm

CONTINUAÇÃO – FORMULÁRIO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

Grau de acessibilidade das escolas	Número de estruturas adequadas a pessoas com deficiência nas escolas e colégios do território dividido pelo número total de estruturas. Foram consideradas três: presença de sala multifuncional, banheiros adequados a pessoas com deficiência e dependências e instalações adequadas a pessoas com deficiência	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Habitantes por viagem de ônibus diária	Número total de habitantes dividido pelo número de partidas no território de todas as linhas de ônibus	Próprio	Viação São José. Link: www.viacaosaojose.com.br/
IDH educação	Raiz cúbica do percentual da população com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo vezes o fluxo escolar da população jovem ao quadrado (sendo ele a média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, percentual de jovens de 11 a 13 anos no final do fundamental, percentual de jovens entre 15 a 17 anos com fundamental completo e percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo)	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
IDH geral	Índice de desenvolvimento humano. Calculado a partir da média simples de indicadores de educação, longevidade e renda normalizados pelas unidades de maior valor	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
IDH longevidade	$I = (\text{expectativa de vida do local} - \text{valor mínimo registrado de expectativa de vida}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
IDH renda	Logaritmo da renda <i>per capita</i> local – logaritmo do valor mínimo da renda <i>per capita</i> dividido pelo valor máximo menos o mínimo de renda <i>per capita</i> registrado	IPEA	Censo 2010. Link: www.ipea.gov.br/sites/idhm
Média de alunos por turma nas escolas municipais do território	Número total de alunos dividido pelo número de turmas	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Média de alunos por turma nos colégios estaduais do território	Número total de alunos dividido pelo número de turmas	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Mortalidade infantil	Número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida para cada mil nascidas vivas	IPEA	Censo 2010
Número de linhas de ônibus	Contagem das linhas de ônibus que passam pelo território	Viação São José	Viação São José. Link: www.viacaosaojose.com.br/
Principais procedimentos realizados na UBS local – em % dos procedimentos	Distribuição relativa dos procedimentos utilizados nas consultas realizadas na Unidade Básica de Saúde do território	Saúde Transparente	www.saudetransparente.sjp.gov.pr.br
Professores com formação na área que atuam	% dos professores com formação na área que atuam	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Professores sem formação superior	% dos professores sem nenhum tipo de formação superior	INEP	INEP, link: ideb.inep.gov.br
Taxa de criação líquida de vagas	Número de vagas de emprego criadas no território menos o número de vagas encerradas no período dividido pelo número total de vagas existentes	CAGED	CAGED
Taxa de gravidez na adolescência	Número de adolescentes mulheres entre 10 e 17 anos que engravidam no ano dividido pelo total de adolescentes mulheres entre 10 e 17 anos no território	IPEA	Link: trabalho.gov.br/trabalhador-caged
Tempo médio de espera na Unidade Básica de Saúde	Média do tempo entre a entrada no sistema da Unidade Básica de Saúde e de saída do atendimento	Saúde Transparente	www.saudetransparente.sjp.gov.pr.br

ANEXO V – Equipamentos sociais

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM SÃO JOSÉ DO PINHAIS

DIMENSÃO	TIPO	NOME	BAIRRO	ENDEREÇO
Assistência Social	Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	Abrigo Municipal do Adolescente – São José dos Pinhais	Roseira de São Sebastião	Rua Júlia da Costa, 314
	Centro de Referência da Assistência Social	CRAS Affonso Celso de Araújo Franco	Borda do Campo	Rua Joana Percegona Zen, 78
	Centro de Juventude	Centro de Juventude Borda do Campo	Borda do Campo	Rua Leônicio Correa, 311
Cultura	Biblioteca Pública	Biblioteca Pública Borda do Campo	Borda do Campo	Estrada da Roseira, 5800
Segurança Pública	Polícia Civil	Delegacia de Polícia	Borda do Campo	Rua Pastor Boleslau Olcha, 146
Educação Especial	Centro de Atendimento Educacional Especializado	Centro de Atendimento Educacional Especializado Madre Teresa de Calcutá	Borda do Campo	Rua dos Monges Beneditinos, 186
Educação Infantil	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Borda Viva	Borda do Campo	Rua Evelize Aparecida Rosseti Mendes, 200
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Caminhos da Serra	Borda do Campo	Rua Vereador Altivir Stoco, 57
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Cantinho do Céu	Borda do Campo	Rua Diolinda Ricardiana de Jesus, 150
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Luiz Stocco	Borda do Campo	Rua Marina Coelho, 91
	Centro de Educação Infantil	Centro de Educação Infantil Sabiá Laranjeira	Borda do Campo	Estrada da Roseira, 5850
	Centro de Educação Infantil	Centro de Ed. Infantil A Árvore dos Sapatos	Roseira de São Sebastião	Rua Paraíso, 1111
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Escola Municipal Antônio Franco da Rocha	Borda do Campo	Rua Canoinhas, 250
		Escola Municipal Pref. Francisco Ferreira Claudino	Borda do Campo	Rua Matilde Brantil de Paula, 635
		Escola Municipal Prof. Maria Leni Haluch de Bastos	Borda do Campo	Rua Ângelo Sgarbe, 333
		Escola Municipal Maria Derocco Persegona	Roseira de São Sebastião	Rua Ayrton Senna, 480
		Escola Municipal Prof. Terezinha Toczek	Roseira de São Sebastião	Rua São Lucas, 86
	Ensino Fundamental – Anos Finais	Colégio Estadual Tiradentes	Borda do Campo	Rua Chapecó, 300
		Colégio Estadual Zilda Arns Neumann	Borda do Campo	Rua Manoel Correa, 500
		Colégio Estadual Tarsila do Amaral	Roseira de São Sebastião	Rua Francisco Muñoz Madrid, 1800
Esporte e Lazer	Academia	Academia da Terceira Idade	Borda do Campo	Av. dos Bosques, s/nº
		Academia da Terceira Idade	Borda do Campo	Estrada da Roseira,, s/nº

CONTINUAÇÃO – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM SÃO JOSÉ DO PINHAIS

Esporte e Lazer	Academia	Academia da Terceira Idade do Centro da Juventude	Borda do Campo	Rua Leônio Correa, s/nº
		Academia da Terceira Idade Centro de Esportes e Lazer Borda do Campo	Borda do Campo	Rua Manoel Tibúrcio Machado, 637
		Academia da Terceira Idade	Borda do Campo	Rua Marginal BR 277, s/nº
		Academia da Terceira Idade	Roseira de São Sebastião	Rua Antônio Gonçalves Sobral, s/nº
	Campo de Futebol	Campo de Futebol	Borda do Campo	Rua Júlia da Costa, s/nº
		Cancha de Futebol de Areia	Borda do Campo	Rua Canoinhas, s/nº
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião	Rua Antônio Gonçalves Sobral, s/nº
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião	Rua Tsunessaburo Makiguti, s/nº
		Cancha de Futebol de Areia	Roseira de São Sebastião	Estrada da Roseira,, s/nº
	Centro de Esportes e Lazer	Centro Roberto Cichella	Borda do Campo	Rua Manoel Tibúrcio Machado, 637
	Pista de Caminhada	Pista de Caminhada	Borda do Campo	Rua Manoel Tibúrcio Machado, 637
	Pista de Skate	Pista de Skate	Borda do Campo	Rua Canoinhas, s/nº
	Parque Infantil	Parque Infantil	Roseira de São Sebastião	Rua Antônio Gonçalves Sobral, s/nº
Meio Ambiente	Capela Mortuária	Capela Mortuária Borda do Campo	Borda do Campo	Rua Canoinhas, s/nº
Meio Ambiente	Cemitério Municipal	Cemitério Borda do Campo	Borda do Campo	Estrada da Roseira, s/nº
Prefeitura	Administração Regional	Administração Regional Borda do Campo	Borda do Campo	Estrada da Roseira, s/nº
Saúde	Unidade de Saúde	Unidade de Saúde Borda do Campo	Borda do Campo	Estrada da Roseira, 5850
Saúde	Unidade de Saúde	Unidade de Saúde Martinópolis	São Sebastião	Rua Pedro Batista Medeiros, 382

REDE DE SERVIÇOS

DIMENSÃO	TIPO	LOCAL	COORDENADORES/ REPRESENTANTES
Assistência Social	Abrigo	Abrigo de Passagem de Meninos	Luiz Carlos de Oliveira
		Lar Jesus, Maria, José	Luciana Neves (Enfermeira) Rosiane (Ass. Social)
		Lar Mãe Maria	Daniele C. Lima (Psicóloga) Debora G. Rosa (Ass. Social) Virgínia C. da Silva (Ass. Social) Irmã Narcisa
	Centro de Juventude	Centro da Juventude	Jhonathan
	Centro de Referência em Assistência Social	CRAS Affonso Celso de Araújo Franco	Luzia Zorze
	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar Afonso Pena	Aleff/Bruna/Claudemir
		CEMAE Borda do Campo Rua Monges Beneditinos, 186	Melody/Delmara/Lauren
Educação	Centro de Educação Infantil	CMEI A Árvore dos Sapatos	Pricilla
		CMEI Borda Viva	Priscilla
		CMEI Caminhos da Serra	Juliana Taborda
		CMEI Cantinho do Céu	Karin
		CMEI Luiz Stocco	Rosana Debora
		CMEI Sabiá Laranjeira	Karla
		Col. Estadual Tarsila do Amaral	Joelma
	Ensino Fundamental – Anos Finais	Col. Estadual Tiradentes	Helena (pedagoga)
		Col. Estadual Drª Zilda Arns Neumann	Marcia
		Escola Mun. Antonio Franco da Rocha	Cristiane
	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Escola Mun. Profª Maria Leni Haluch de Bastos	Edmar Fraga
		Escola Mun. Profª Terezinha Toczek	Tania Regina S. Dalmolin Gilvanete
		Escola Mun. Maria de Rocco Persegona	Lucia Valente Schuster
		Escola Mun. Francisco Ferreira Claudino	Alfranio da Rosa Marcia Valaski
		Associação Moradores Borda do Campo R. Cap. Jonas Mateus de Almeida, 129	Beatrix Basso
Entidade Comunitária	Associação de Moradores	Associação Moradores Borda Viva	Roseli de Fátima Oliveira Santos
		Associação Moradores Vila Nova e Jardim Guarani	José Possebom
		Associação Moradores Curralinho	Nd
		Barracão Igreja São Sebastião	Bras
Igreja	Espaço para Eventos	CEI Gente Feliz	Seiko
		Pastoral da Criança	Beatriz
	Pastoral		

CONTINUAÇÃO – REDE DE SERVIÇOS

Organizações Coletivas	Fundação	Fundação Itaqui	Tereza Romanó/ Cecília
		Instituto Renault	Silvia Barcik
		Representante Educação Rede	Isa Fabíola Raquel
Políticas Públicas	Programa Mais Educação	Programa Mais Educação (E. M. Francisco Ferreira Claudino)	Maria Wolff
Prefeitura	Administração Regional	Subprefeitura Borda do Campo	Celso
Representante Público	Vereador(a)	Vereadora Mari Temperasso	Sergio Ulson
Saúde	Unidade de Saúde	UBS Borda do Campo	Gisele Zanlorenzi
		UBS Martinópolis	Nayla Gural

ANEXO VI – Lideranças

Associação de Moradores da Borda do Campo	Beatriz Fontana
Associação de Moradores da Borda Viva	Roseli
Colégio Maria Leni	Edmar Adão
Escola de Educação Infantil Motivação	Gisele
Associação de Moradores Libanópolis	Geovana
Subprefeitura Borda do Campo	Celso
Unidade de Saúde Martinópolis	Ivone
Colégio Estadual Tiradentes	Regina
Centro da Juventude	Jonathan
Lar Mãe Maria	Irmã Narcisa
Liderança Borda	Cristina Dias
Liderança Borda do Campo	Sirley
Liderança Borda do Campo	José Brígido
Liderança Borda do Campo	Artur Paulo
Liderança Borda do Campo	Mariano
Liderança Borda do Campo	Vianei
Liderança Planta Perbiche / Santa Tereza	João Dionísio
Liderança Planta Perbiche / Santa Tereza	Madalena
Liderança Igreja Batista	Roger Magalhães
Liderança Igreja Fire	Israel
Pedagoga CMEI	Eliane
Liderança Igreja Adventista	Ronilda
Colégio Zilda Arns	Kelli
Colégio Zilda Arns	Lilian
Associação Skatista Borda	Celso
Igreja Adventista	Mauro
CRAS	Danielle
Liderança Igreja Quadrangular	Sirley
CMEI Borda Viva	Cristina
Rotary Club	Sergio
Associação Borda	Celso Melh
CMEI A Árvore dos Sapatos	Cristiane

2018